

cadernos do

# terceiro mundo

VI - Nº 62  
R\$ 1.000,00

**DANIEL  
ORTEGA**  
A Ofensiva Política  
da Nicarágua

**LA BOCA  
PRESENTE**



# ARGENTINA

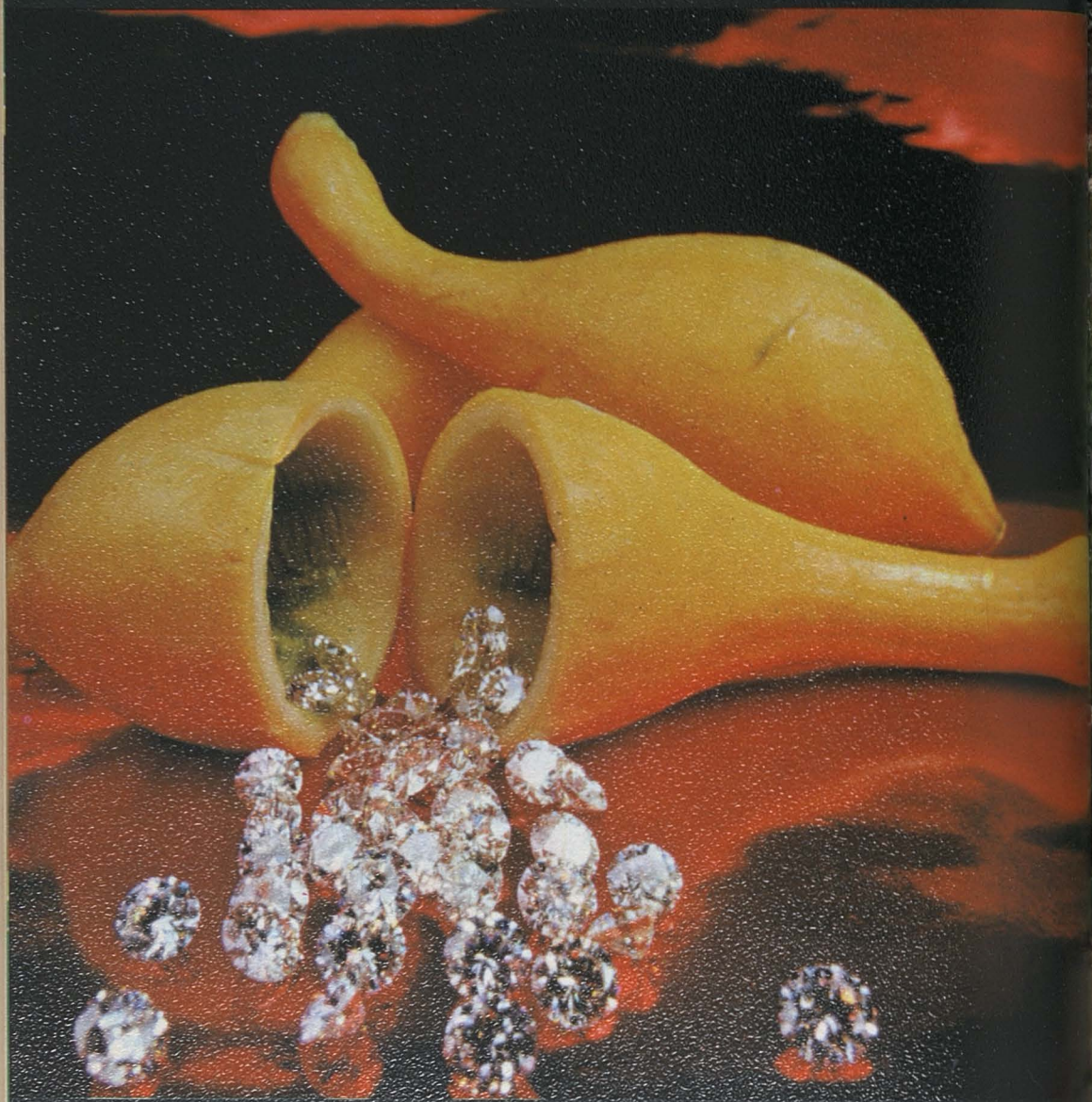
**MORATÓRIA E  
PROCESSO AOS TORTURADORES**

**A VEZ DO URUGUAI**

**ORIENTE MÉDIO: O VIETNÃ DE REAGAN**



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



**Diamantes de Angola**  
A Serviço da Reconstrução Nacional





**nosso petróleo  
onde  
é necessário...**

Sociedade Nacional  
de Combustível de Angola



**ONANGOL**

rua duarte pacheco pereira, 8  
c.p. 1316 • Luanda  
telex 3148 3260



# Angola, terra da liberdade.



**TAAG**

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
A Serviço da Reconstrução Nacional



aos leitores

## Democracia, a grande protagonista

Este ano está destinado a ser um marco se nos guiarmos pelo romance de Orwell (no qual se prevê a instalação do totalitarismo do "Grande Irmão" e que se intitula exatamente "1984") e começa efetivamente com mudanças no continente latino-americano, porém em sentido inverso: democratizante. A recente tomada de posse do presidente Raúl Alfonsín, na Argentina, a vitória eleitoral da Ação Democrática que, agora em fevereiro, leva Jaime Lusinchi ao governo da Venezuela, eleições no Equador, um cronograma que prevê eleições em novembro no Uruguai, um ano de definições para o processo de retorno à democracia no Brasil (com eleições diretas ou indiretas?), campanhas eleitorais na Nicarágua e no Panamá, clima de mobilização e expectativa de mudanças no Chile, tudo isso faz de 1984 um ano que se inicia com boas perspectivas. No continente africano, o começo do ano também foi de mudanças, a começar pelo golpe de estado na Nigéria (do qual nos ocuparemos no próximo número). E começou marcado pelas resoluções da recente reunião de cúpula dos países africanos de língua portuguesa, onde foram analisados os problemas econômicos comuns, assim como pela revolta popular na Tunísia. Também em Túnis, concentrava-se a atenção do mundo árabe, atraída pela reunião do alto comando do

*Al Fatah*, presidida por Yasser Arafat, com uma longa agenda, incluindo a eventualidade de um governo palestino no exílio. Na África Austral o ano se apresenta com algumas perspectivas de que prosperem negociações tendentes a assegurar a paz na região.

No Oriente Médio, 84 começou com a incerteza quanto ao destino da força internacional de paz no Líbano e às possibilidades reais de se chegar a uma saída para a crise nesse país e continua o empenho internacional em pôr fim à guerra do Golfo, entre o Irã e o Iraque. Na Ásia, prevê-se um ano tumultuado nas Filipinas, difícil no Paquistão, importante para o povo maubere que luta contra o invasor indonésio, de tensões étnicas e sociais em Sri Lanka.

Porém há um dado de particular importância no panorama de 84: as eleições nos Estados Unidos. Elas poderão marcar ou a consolidação de Reagan e de sua política belicista na Casa Branca ou uma guinada para os democratas, ambas hipóteses com notórias repercussões no Terceiro Mundo e na Europa, hoje angustiada pelo crescimento alucinante da corrida armamentista.

Quanto a nós, começamos o ano com o destaque desta edição para a democracia, que esperamos se torne a grande protagonista de 84 em todas as latitudes.



Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

**Editor Geral**  
Neiva Moreira

**Editores Associados**  
Pablo Piacentini e Beatriz Bizio

**Conselho Editorial Internacional**  
Darcy Ribeiro - Juan Somavia  
Henry Pease Garcia  
Aquino de Bragança  
Wilfred Burchett+

Revista Mensal nº 62

Janeiro - 1984

Preço de Capa: Cr\$ 1.000,00

Nºs atrasados: ao preço do último exemplar

• **Edições em português**

**BRASIL**

**Diretor e Editor**  
Neiva Moreira

**Administração**  
Marinete Silva

**Secretário de Redação**  
José C. Gondim

**Arte**  
Samaryl (editor de arte)  
Sonia Freitas/Miguel Efe

**Revisão**  
Cláudia Guimarães

**Documentação e Arquivo**  
Lídia Freitas  
Eunice H. Senna

**Composição**  
Ronaldo Fonseca

**Depto. de Circulação,  
Assinaturas e Promoção**  
Henrique Menezes  
Inácio dos Santos  
Macário Costa

**Representantes**  
Clóvis Sena (Brasília)  
Paulo Cannabava Filho (São Paulo)  
Caixa Postal 60086 - CEP 05033  
Josemar Pinheiro Silva  
Rua Tamandaré, 1 - Sala 1  
65000 - São Luís (Maranhão)  
Horacio Verbitsky  
Uruguay, 560/59/55  
Buenos Aires, Argentina  
Fernando Reyes Matta  
Casilla 16637 - Correo 9  
Providencia - Santiago, Chile

**Fotolito e Impressão**  
Ebano Gráfica e Editora Ltda.  
Rua Gal. Bruce, 799  
Tels.: 580-4476/580-4326

**Circulação em 70 países**  
editora terceiro mundo Ltda.  
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106  
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR  
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ  
Registrado na Junta Comercial do Estado  
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291  
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32  
Inscrição Estadual nº 81.341.400  
Registro no SCDP/SR/DPF  
nº 2.195 - P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Capa: Mariano

**ANGOLA - CABO VERDE  
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE  
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

**Editor**  
Artur Baptista

**Redação**  
Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora Ltda.  
Calçada do Combro, 10/1º  
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200

**Birô Africano**  
Angola  
Eduardo Segui - Luis Henrique  
Caixa Postal 3.593 - Luanda  
Moçambique  
Etevaldo Hipólito - João Escadinha  
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

• **Edições em espanhol**  
**MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL  
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE**

**Editor**  
Roberto Remo

**Gerente Geral**  
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.  
Calle California, 98A - Coyoacán  
México, 21 DF - telefone: 689-1740  
Correspondência: Apartado Postal, 20 572  
México, 20, DF

**BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA  
EQVADOR - PERU - VENEZUELA**

(Edição Andina)  
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y  
Promoción del Desarrollo  
Avenida Salaverry, 1945  
Lima, 14 - Peru - Telefone: 724-712

• **Edições em inglês**  
**ESTADOS UNIDOS - CANADÁ  
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

**Editor**  
Fernando Molina

**Editor Consultivo**  
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

**DISTRIBUIDORES**

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Central Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones Sociales, Córdova 601 y Merchucuro, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendipex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 162 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Bookellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4738 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BREITANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional de Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Università, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Faltrimestri, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uesita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D. F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S. A., Mir y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mir y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitan de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: IMELSA, A. P., nº 2705, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramésta, S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Djornal, Rua Joaquim António de Aguiar 98, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Teresita, Amalia Marín Esc. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th Inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMÁNHA: Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério da Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S. A., Ave México Luchoso a Pta. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro.



*LEITOR: Você é indispensável na divulgação de nossa revista. Mostre CADERNOS aos amigos e participe desta promoção.*

**ARRANJE 3 ASSINANTES E GANHE UM BRINDE**

*Escolha entre: • uma assinatura grátis para você ou de presente a um amigo(a), ou o 3 (três) livros da "Estante do Terceiro Mundo" constante desta edição*

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou va le postal no valor correspondente a 3 assinaturas. Não deixe de escolher seu brinde no cupom próprio.

**CUPOM DO BRINDE**

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 9.600,00). Remeto  **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou  **vale postal** no valor acima. 62

Nome: .....  
Profissão: ..... Idade: .....  
Endereço: ..... Bairro: .....  
CEP: ..... Estado: ..... Cidade: .....

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 9.600,00). Remeto  **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou  **vale postal** no valor acima. 62

Nome: .....  
Profissão: ..... Idade: .....  
Endereço: ..... Bairro: .....  
CEP: ..... Estado: ..... Cidade: .....

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 9.600,00). Remeto  **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou  **vale postal** no valor acima. 62

Nome: .....  
Profissão: ..... Idade: .....  
Endereço: ..... Bairro: .....  
CEP: ..... Estado: ..... Cidade: .....

Por conseguir mais três assinaturas de cadernos, pelas quais remeto Cr\$ 28.800,00 em  **cheque nominal** ou  **vale postal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., tenho direito a receber: ( ) Uma assinatura anual de cadernos ou ( ) três livros da Estante do Terceiro Mundo: códigos ( ) ( ) e ( ) .

Nome: .....  
Profissão: ..... Idade: .....  
Endereço: ..... Bairro: .....  
CEP: ..... Estado: ..... Cidade: .....



# estante do terceiro mundo

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 62, válida exclusivamente, para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

● Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

● Comprador:  não-assinante  
 já assinante  
 assinante novo:

estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: ..... Data: ...../...../.....

Profissão: ..... Idade: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... Estado: ..... CEP: ..... Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

## TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 25% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito aodesconto especial de assinante (até 25%) desta seção.



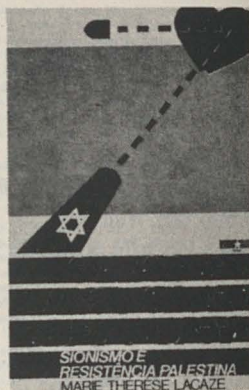
**EDUCAÇÃO DE ADULTOS**  
 — TEXTOS E PESQUISAS  
 de Geraldina P. Witter e Edna da C. P. Dália e outros

A realidade educacional brasileira, com seus problemas sociais e culturais, encontra neste livro — através da compreensão crítica do que seria a Psicopedagogia do Adulto —, importante referencial teórico e prático. As autoras discutem temas como a formação universitária no contexto da educação de adultos; tarefas do adulto: o caminhar para a aposentadoria; novos tempos, diferentes necessidades, outros tipos de educação; a pesquisa educacional e o adulto, e outros.  
 E-25 Cr\$ 2.300,00



**PARA UMA PSIQUIATRIA DA LIBERTAÇÃO**  
 de Washington Loyello

A história da Psiquiatria no Brasil não pode mais ser uma história a serviço das classes dominantes. O discurso da Psiquiatria, sobretudo nos países de capitalismo dependente, passa necessariamente pelo discurso político. O temário do livro é o seguinte: a loucura como expressão da cultura; a depressão na adolescência; a contribuição de Pavlov à Teoria do Conhecimento; Fanon, psiquiatra do Terceiro Mundo; considerações em torno da Psiquiatria Social além de outros tópicos polêmicos.  
 E-26 Cr\$ 1.750,00



**O AMOR MAIS FORTE QUE A MORTE**

(Sionismo e Resistência Palestina)  
 de Marie Thérèse Lacaze  
 O livro prende a atenção de quem sonha com um mundo transformado, de quem não se resignou diante da miséria e da morte, de quem se apaixonou pela vida. Cumpre dizer, no entanto, que a causa palestina e dos trabalhadores é defendida, abraçada e vivida por Marie Thérèse no embalo de um universalismo sem fronteira nacional ou de raça.  
 E-27 Cr\$ 2.800,00



6 Cartas

9 Panorama Tricontinental

11 Editorial: O fim de um ciclo

14 Matéria de capa: A democracia no Cone Sul

Dossiê Argentina, *Horacio Verbitsky*

- 16 A proposta política do governo  
22 Alfonsín e o peronismo  
25 Militares: o maior expurgo da história  
28 A longa noite do terror  
34 Augusto Conte, o deputado dos direitos humanos  
38 Os nós a serem desfeitos  
41 Buenos Aires, para não esquecer, *Neiva Moreira*

Uruguai: O povo na rua exige democracia, *Beatriz Bissio*

- 43 Wilson Ferreira: "Não queremos o Uruguai como praça financeira"  
48 Jorge Batlle: "Temos que reparar os danos sofridos"  
53 Semproni: A voz dos trabalhadores  
55 Arismendi: "Vamos enterrar a ditadura"  
58 Cardoso: "Construir a democracia sobre novas bases"  
61 Sosa Dias: "Não há diálogo com a DC enquanto Seregni estiver preso"

América Latina

- 65 Nicarágua: A ofensiva política, entrevista com o comandante Daniel Ortega  
68 Venezuela: O Pacto Social de Lusinchi, *Héctor Escobar*

Oriente Médio

- 72 EUA/Síria: A marcha rumo ao confronto, *Mohamed Salem*

África

- 76 Ciskei: O "corredor da vergonha", *Carlos Castilho*

Comunicação

- 79 Reflexões sobre a informação alternativa, *Javier Riosanti*  
83 Notas

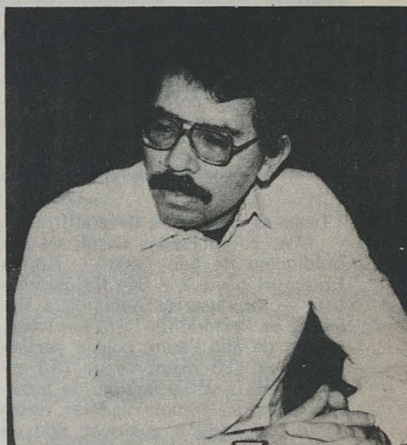
84 Livros do Terceiro Mundo

- 86 Notas de Cultura

Especial/Documento

- 87 A história do ANC

- 96 Humor: Mariano



Ortega:  
"O fracasso de Reagan"



ANC: uma história de luta



## CARTAS



### Clube de Amigos

Estou reunindo publicações (livros, revistas, jornais, documentos, estudos) sobre a América Latina, em particular, e o Terceiro Mundo em geral. Por esse motivo escrevo, interessado em saber quais os objetivos dos Clubes de Amigos do Terceiro Mundo, como funcionam, etc., etc. Celso Martins, Valgas Neves, 284, Joinville - CEP 89.200 - SC - Brasil.

*Os "Clubes de Amigos" são uma iniciativa dos leitores dos cadernos do terceiro mundo. Os interessados podem trocar correspondência diretamente com os membros dos diversos clubes.*

### "Tirem as mãos da A. Central!"

Nós, comunidades cristãs da Arquidiocese de São Paulo - Região Episcopal Leste 2 - São Miguel Paulista - reunidos na Assembléia Regional de Pastoral de 1983 em Itaici, estado de São Paulo, com a participação de 430 membros de 153 comunidades e várias equipes de trabalho pastoral, vimos registrar nosso repúdio a todo e qualquer tipo de intervenção militar, sobretudo na América Latina, por parte do imperialismo norte-americano e da política genocida e fascista de Ronald Reagan. Confiantes na força do povo e na presença libertadora de Deus presente na História, acreditamos que a Nicarágua continuará seu processo de construção da sociedade socialista e que El Salvador e Guatemala, a exemplo daquele país, conquistarão sua auto-determinação. Pa. Antonio F. Falcone, Itaquera, São Paulo, SP, Brasil.

### "cadernos" na Austrália

Estou interessada em ser assinante dos cadernos. Gostaria muito que me informassem quanto custa uma assinatura de sua revista por seis meses, via aérea, para meu país. Também preciso saber como fazê-la. F. Moppert, Saint Kilda, Austrália.

6 - terceiro mundo

### Imparcialidade

Venho, pela primeira vez, parabenizar-lhes pelo excelente trabalho que vocês vêm desenvolvendo em prol do Terceiro Mundo. (...) Fiquei surpreso pelo nível e profundidade das reportagens. (...) Esta é a forma mais correta de se fazer um trabalho jornalístico: apontando as causas e mostrando as soluções, sem tomar partido e sem se preocupar com pessoas, grupos e governos que procuram, a todo custo, manter esses países presos ao subdesenvolvimento. (...) Daqui, fico torcendo pelo trabalho de vocês e só sinto que ele não seja divulgado por outros órgãos de comunicação. Juarez Batista da Cruz, Salvador, BA, Brasil.

### Mudar a encadernação

Há muito tempo desejava fazer uma reclamação com relação aos cadernos. Não tem nada a ver com o conteúdo, que por sinal é ótimo. (...) Ultimamente, as pessoas têm me procurado bastante para reclamar a respeito da encadernação da revista. Elas afirmam que é péssima, que nem se pode abrir direito os cadernos que ele se quebra ao meio, e a partir daí as folhas começam a cair. (...) Acho que existe encadernação melhor. Por exemplo: aquele tipo no qual as folhas são amarradas com cordão. Porque não adotá-lo? Rubismar M. Galvão, Cajazeiras, PB, Brasil.

*Sua observação foi encaminhada à gráfica que imprime cadernos. Vamos estudar o aprimoramento de nossa encadernação.*

### Dimensão crítica

Há poucos meses tomei conhecimento da revista que com dimensão crítica da informação vocês publicam. Gostei muito do enfoque e da preocupação em dar a conhecer as realidades concretas de nossos países terceiro-mundistas. É vital produzir material informativo sem a manipulação das transnacionais da comunicação e por isso penso que sua revista pode desempenhar um papel importante na consecução desse objetivo. Rodrigo Flores, Bogotá, Colômbia.

### Intercâmbio com grupos negros

Quero externar minha satisfação em poder ver que esta instrutiva e culta revista vem sempre divulgando fatos que ocorrem na nossa mãe África e em todos os países de maioria negra ou que tenham em sua população setores negros. Por esse motivo, solicito que divulguem nossa mensagem de criação de um clube de intercâmbio destinado aos grupos negros de todo o Brasil, como também africanos e de outros continentes, para que possamos nos conhecer, como grupos, como pessoas e como irmãos, e com isso reatar laços culturais e se aproximar mais de nossos irmãos de outros estados ou países, pois é juntos que descobriremos a fonte de nossa cultura e a fonte de força para nossa luta. Adivair Augusto Francisco (Kilamba), coordenador-geral do GICNGA - Grêmio Interiorano de Cultura Negra Garra Africana, Rua Serrana, 657, Vila Queiroz - Limeira - SP - Brasil.

### Uso do trema

Ratificando missiva anterior, informo que nos cadernos está sendo negligenciado o uso do acento ortográfico do trema. Álvaro R. de Oliveira, Rio Claro, SP, Brasil.

*Para simplificar o trabalho em jornais e revistas, que pelas suas próprias características têm uma dinâmica muito rápida, decidiu-se há algum tempo que o uso do trema seria facultativo. E por isso, não por esquecimento ou ignorância, os cadernos não o usam mais.*

### Estudantes costarriquenhos

Somos um pequeno grupo de estudantes da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da Costa Rica e nos últimos meses temos nos interessado muito por diferentes edições de sua revista, as quais discutimos construtivamente em atividades extra-classe. Estamos muito interessados em receber os cadernos (...), nos ajudaria muito e passaria a aumentar a nossa biblioteca revolucionária. G. Heilbron, San José da Costa Rica.

no. 62 - janeiro - 1984



## CARTAS



### Maior divulgação da CUT

Esperei receber três números de cadernos para fazer uma solicitação ou contestação. Muito me surpreendeu que na edição de setembro nada tenha saído sobre a criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), criada na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), em São Bernardo, SP, com a presença de 5.059 delegados, representando mais de 12 milhões de trabalhadores brasileiros, nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983. cadernos têm sido para mim uma fonte de informação valiosa e acredito que o seja para todos que a lêem ou assinam, mas considero uma grande falha, uma falta, digamos até de consideração para com os trabalhadores brasileiros que estiveram presentes criando a CUT, a ausência de notícia a respeito. **Clarice Coppetti, Porto Alegre, RS, Brasil.**

### Eduardo Galeano

Gostaria de obter o endereço do historiador e jornalista uruguaio Eduardo Galeano, com o qual pretendo manter correspondência. **Kleber C. Amora, Fortaleza - CE - Brasil.**

*Não temos essa informação. Sugere-mos que você escreva para a Editora "Paz e Terra", que publicou o mais recente livro do escritor, "Memória do Fogo".*

### Lutando pelo Terceiro Mundo

Conheci cadernos no ano passado, na edição sobre a Bolívia. No primeiro contato, li e gostei. Eu não soube antes da existência da revista porque, entre outras coisas, ela é colocada nas bancas em locais quase escondidos. cadernos serve de apoio a todos aqueles que vestem literalmente a camisa do Terceiro Mundo. Por isso, é única. A América Latina é uniforme até mesmo na subnutrição, no analfabetismo. Vocês me ensinaram muita coisa. Posso dizer sem medo de errar: mas que baita revista, tché! **Jacson J. Moreira, Palmeira das Missões, RS, Brasil.**

### Dificuldades de intercâmbio

É crescente o meu interesse por cadernos. Acompanho com real atenção as notícias divulgadas nessa prestigiosa revista, tendo particular interesse pela seção Intercâmbio. Venho, por meio dessa chamar a atenção para um fato: escrevi para oito pessoas, das quais só três me responderam. (...) O que será que está acontecendo? Será que as cartas estão chegan-

do ao destinatário? Ou será que são eles que não conseguem fazer suas cartas chegarem a mim? (...) Deixo o nome dos cinco para que eles possam me responder: Carlos Alberto Lemos (Portugal); Ernesto A. Ambrozio (Moçambique); Wilson da Silva (Guiné-Bissau); Miguel Antônio (Angola); Vitor Gaspar (Angola). **Renan Falcão A. de Souza, Salvador - BA - Brasil.**

### Intercâmbio

#### Rita Serrão

Av. Uruguai, 51, 6º E  
1500 - Lisboa - Portugal

#### Roberto Rezende

Rua Rosário do Sul, 540 - Jardim  
Maringá - São Paulo - SP  
CEP 03523 - Brasil

#### Miriam Lucia B. Pendenza

Av. São José, 135 - Centro - Arara-  
quara - SP - CEP: 14800 - Brasil

#### Luis Domingos dos Santos (Chiclym)

a/c de Manuel Domingos Guimarães  
CP 18539 - Luanda - República  
Popular de Angola

#### Domingos José Quiteque

a/c de José Manuel Quiteque  
CP 5380 - Luanda - República  
Popular de Angola

#### Laércio da Silva Ramos

Rua Leão 13, 1372 - Itanhaém - SP  
CEP 11740 - Brasil

#### Gustavo Coelho de Souza

Rua São José, 596 - Pito Aceso  
CEP: 36520 - Visconde do Rio  
Branco - MG - Brasil

#### Domingos Taquia Muatxengue

a/c do sr. Sucari Gustavo - CP 18  
Dundo - Lunda Norte - República  
Popular de Angola

#### Patrícia Costa Coelho de Souza

Praça Júlio de Castilhos, 92/apto. 42  
Moinhos de Vento - Porto Alegre  
RS - CEP.: 90.000 - Brasil

#### Artur Bastos Correia Neto

Caixa Postal 251 - Wako Kungo, Ceta  
República Popular de Angola

#### Daisy PETERS Richter

Rua Aristarco Ramos, 118/201  
Monero - Dendê - Ilha do  
Governador - CEP: 21920 - RJ -  
Brasil

#### Delfina Batista P. Gomes Neta

Victor Jurema, 341 - Cajazeiras  
Paraíba - CEP 58900 - Brasil

#### Nelson Macedo Liporaci

Rua Fernão Dias Paes Leme, 283  
Ituverava - SP - CEP: 14500 - Brasil

#### Raimundo Correia Neto

CP 1681 - Luanda - República  
Popular de Angola

#### Mário Luiz Milani

Av. Piquiri, 389 - CP 295 - Cascavel  
PR - CEP: 85800 - Brasil

#### Carlos Santana F. Guimarães

Rua Dr. Miguel V. Ferreira, 301/101  
Torrões - Recife - PE - CEP: 50000  
Brasil

#### Nelson Twyst

Rua Henrique Gago da Graça, 155/191  
Terra Nova - Luanda - República  
Popular de Angola

#### Sergio Inácio Hobi

Rua Mario Beni, 148/01 - Itanhaém  
SP - CEP: 11740 - Brasil

#### Antônio Rodrigues

Livraria Vitória - CP 49 - Bissau  
República da Guiné-Bissau



## “Angola Agredida” Cadernos do Terceiro Mundo promove ato na A.B.I.

□ Mais de mil pessoas lotaram o salão nobre da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no dia 29 de novembro passado para assistir o ato intitulado “Angola Agredida”,

os brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima; representantes do Movimento Negro Unificado e um representante pessoal do secretário de Trabalho e Habitação do Rio de Ja-



Neiva Moreira faz sua exposição sobre Angola; ao lado, a militante sul-africana Jennifer Dunjwa Blajberg

organizado pelos cadernos do terceiro mundo. Estiveram presentes o arquiteto Oscar Niemeyer, o dirigente comunista Luis Carlos Prestes, uma delegação angolana, representantes da Guiné e Cabo Verde, o deputado Lizt Vieira do PT (RJ), Anastassios Krichoukis, cônsul da Grécia no Rio de Janeiro, o escritor Edmundo Muniz, o historiador José Joffily, Villas Boas do Conselho da ABI, o deputado estadual José Miguel, do PDT; Cícero Sandroni, Moacir Werneck de Castro e outros jornalistas; o ex-deputado Modesto da Silveira (PMDB-RJ),

neiro, Carlos Alberto Oliveira, entre outras personalidades.

Os participantes do ato assistiram inicialmente um audiovisual mostrando a história da luta de libertação do povo angolano antes e depois da independência. Em seguida, o diretor de cadernos, jornalista Neiva Moreira, fez um relato de sua recente viagem a Angola onde entrevistou lideranças políticas do país sobre a agressão sul-africana. Neiva Moreira mostrou como os angolanos estão se mobilizando em todos os setores, desde a frente militar até a economia e na organiza-

ção política para enfrentar tanto os soldados racistas como os grupos terroristas financiados pela África do Sul e que agem sob o nome de Unita. No final, a militante negra sul-africana Jennifer Dunjwa Blajberg falou sobre a luta contra o racismo em seu país, salientando especialmente a interrelação entre todos os movimentos de libertação da África Austral. João do Vale, com Julinho no acodeom, se juntou à homenagem à terra de onde chegaram ao Maranhão os seus antepassados africanos. Aos presentes foi distribuído um texto com informações básicas sobre as origens da política expansionista do *apartheid* e suas estreitas ligações com os Estados Unidos.



Entre a numerosa assistência, destacam-se as presenças (acima) do deputado José Miguel, do líder comunista Luis Carlos Prestes, do escritor Edmundo Muniz, de um membro da delegação angolana e do cônsul grego, Anastassios Krichoukis





## Brunei: A independência de mãos vazias

□ No último dia de 1983 um novo estado — Brunei — ingressou na comunidade internacional. Formalmente possui todos os títulos que correspondem a uma nação independente. Na prática continua girando na órbita da influência britânica e é controlado pela transnacional petrolífera Shell a um tal ponto que chegam a denominá-lo um "shellfare state" (jogo de palavras com a expressão inglesa "wellfare", que significa bem-estar).

Brunei é um pequeno sultanato de 5.800 quilômetros quadrados situado ao norte da ilha de Kalimantan (Bornéus) e tem pouco menos de 200 mil habitantes.

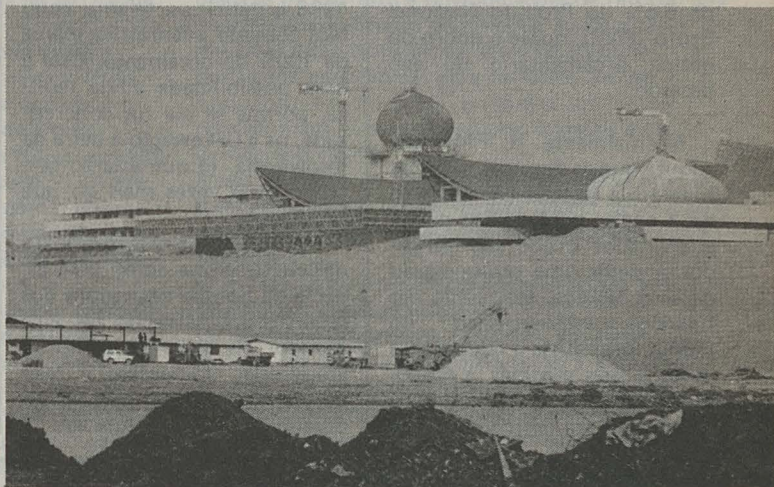
No século passado britânicos e holandeses disputaram entre si o domínio da ilha. O sultão de Brunei aliou-se aos ingleses, que em 1888 o converteram em protetorado. Naquele tempo a coroa britânica não lhe atribuía nenhum interesse especial, mas em 1929 foram descobertas importantes jazidas de petróleo. Brunei exporta hoje uma média de 150.000 barris diários de óleo cru e cinco milhões de toneladas anuais de gás liquefeito. Em termos de renda per cápita é o mais rico estado asiático. Contudo essas riquezas são repartidas entre as empresas britânicas, a família real e uma pequena e corrupta classe dirigente.

Brunei ganhou em 1959 a condição de território autônomo. Posteriormente, o sultão Omar Ali Saifuddin discutiu com o governo da Malásia a possibilidade de ingresso na Federação Malásia. O Partido Popular de Brunei (PRB — Parti Rakyat Brunei) que controla

va a metade do parlamento local se opôs, por considerar que a Federação perpetuaria o colonialismo britânico. O PRB era apoiado pelo presidente indonésio Sukarno, na ocasião em que Kuala Lumpur e Jacarta estavam em acirrado conflito.

nal Bolkiah aperfeiçoou em 1970. Nesse ano dissolveu o parlamento local, que até então era eleito em parte por votação. Agora todos os seus integrantes são nomeados pelo sultão. Os opositores continuam presos e não está previsto nenhum tipo de consulta democrática.

Entretanto, o problema étnico parece destinado a agravar-se. À semelhança da Malásia, em Brunei existe uma minoria de origem chinesa de mais ou menos 30% da popula-



Uma vista do novo palácio real de Brunei, ainda em construção

O PRB organizou um movimento de protesto para obter a independência, sendo reprimido pelas tropas britânicas. O Partido foi posto na ilegalidade e seus dirigentes presos ou exilados. O sultão preferiu continuar fiel a Londres, pois assim garantia o trono, que, em 1967, foi ocupado por seu filho, Hassanal Bolkiah.

A independência que acaba de obter é resultado dos acordos negociados em 1978, porém o destacamento britânico permanecerá em Brunei. Para os habitantes nada mudará. Eles continuarão sob um estado autocrático instaurado com a repressão de 1963, que Hassa-

ção local, que controla grande parte do comércio e tem um nível de renda superior ao dos habitantes de origem malásia. Estes, os denominados "filhos da terra" — *bumiputra* — somam 65% da população.

Trata-se de uma situação inquietante para os chineses, cuja cidadania não é reconhecida em Brunei. Sendo apenas considerados residentes, possuem passaporte britânico por fazerem parte da Commonwealth. Eles temem perder a proteção inglesa como consequência da independência e converter-se em apátridas. É por isso que muitos chineses já emigraram enquanto outros preparam-se para fazer o mesmo.



## EUA/FMI: Dois pesos, duas medidas

Se o governo norte-americano fosse pedir ajuda ao Fundo Monetário Internacional, ele certamente não a teria, porque o déficit orçamentário dos EUA no final de 1983 é percentualmente muito superior ao que o Fundo tolera nos países subdesenvolvidos. O balanço final das contas do governo Reagan mostrou um déficit de 6,5% do Produto Nacional Bruto (PNB), quase o dobro do déficit orçamentário do ano passado.

Normalmente o FMI não admite que as despesas públicas superem a arrecadação em mais de 3 a 4%, no caso dos países endividados e que são obrigados a pedir uma renegociação de seus débitos. Mas como nas finanças internacionais do mundo capitalista a regra é dois pesos e duas medidas, a economia norte-americana continua a se afundar em déficits crescen-

tes sem que isto mereça qualquer tipo de reparo do Fundo.

O déficit de 1983 nos Estados Unidos será financiado em 20% com o aumento da renda interna e em 30% com financiamentos externos. Os restantes 50% irão se acumulando deliberadamente. Se nada for feito ou continuar a atual política econômica de Reagan, em 1988 o déficit norte-americano terá chegado à fantástica marca de 100% do orçamento. Esta é uma possibilidade ainda teórica, porque se ela for concretizada, os EUA estarão à beira da insolvência, já que estarão gastando duas vezes mais do que produzem.

Na verdade o mecanismo do déficit funciona como uma espécie de bomba aspiradora dos recursos dos países do Terceiro Mundo. As autoridades norte-americanas aumentam a taxa de juros bancários para atrair dólares do exterior que vão fi-

nanciar o déficit orçamentário. Sem juros altos, os ricos não aplicariam seus recursos em bancos norte-americanos. Mas em compensação, os países devedores ficam devendo cada vez mais porque são obrigados a pagar juros crescentes pelos débitos contraídos. E isto é outra nova forma de financiar o déficit norte-americano.

Reagan está gastando mais do que a economia de seu país permite, para pagar os bilionários projetos militares destinados a lograr uma hipotética supremacia nuclear sobre a União Soviética. Segundo alguns economistas europeus e inclusive ex-assessores de Reagan, o presidente norte-americano segue uma política duplamente suicida. A corrida armamentista não leva a lugar nenhum e a espiral deficitária ameaça afundar todo o sistema financeiro capitalista, porque Reagan, ainda segundo os economistas europeus, está forçando o resto do mundo a pagar a conta das despesas militares norte-americanas, com as vistas grossas do FMI.

## Chade Sudão entra na guerra

Desde os primeiros dias de dezembro aumentou enormemente a concentração de tropas do Sudão ao longo da fronteira com o Chade. Foi confirmado também que as forças francesas e zaienses que apóiam o governo de Hissène Habré duplicaram de tamanho. Toda esta ampla movimentação militar torna evidente que está próximo o início dos preparativos de uma ofensiva geral contra as forças do ex-presidente Goukouni Oueddei, concentradas no norte e na região central

do Chade.

A movimentação militar ocorreu simultaneamente aos esforços da Organização da Unidade Africana (OUA) para tentar uma reconciliação entre Habré e Oueddei. As forças do governo de N'Djamena usaram a pausa para as negociações da OUA com o objetivo de rearticular a ofensiva contra o norte. Habré é apoiado pelos Estados Unidos, França, Zaire, Sudão, Israel e África do Sul. Oueddei procura implantar um governo nacionalista, com o apoio de

vários outros grupos e movimentos militares do centro e do sul do Chade.

A mobilização de tropas sudanesas ocorre pouco depois da recente visita do general Numeiry a Washington para encontros com o presidente Ronald Reagan e com o secretário de Estado George Shultz. Enquanto isto no Chade aumentaram as denúncias de arbitrariedades cometidas por soldados do exército de Hissène Habré contra pessoas suspeitas de simpatias com o líder Goukouni Oueddei. Segundo um relatório da Anistia Internacional mais de 500 opositores foram massacrados em pelo menos quatro cidades do sul do Chade, a área que ainda continua sob o controle de Habré.



## O fim de um ciclo

O fracasso do regime militar argentino, a realização de eleições e a chegada à presidência de Raúl Alfonsín implicam o fim de um ciclo e o início de um processo com muitas consequências em escala latino-americana.

O autoritarismo militar é um dos mais antigos males da região, e na Argentina remonta a 1930, quando um pronunciamento militar derrubou o presidente Hipólito Irigoyen, líder da União Cívica Radical (UCR), cuja herança foi aproveitada por Alfonsín. A nível latino-americano, o último ciclo começou em março de 1964, com o golpe que derrubou o governo de João Goulart no Brasil. Em 1966, outro presidente da UCR, Arturo Illia, foi deposto pelos militares argentinos.

Na sucessão golpista, o ano mais sombrio foi o de 1973, quando a força das armas instalou os primeiros regimes militares conhecidos nos dois países latino-americanos de mais longa tradição democrática, o Uruguai e o Chile. Na Argentina, em 1976, uma junta militar acabou com o governo civil e com um interregno democrático que durou menos de três anos.

Essas três ditaduras que enlutaram o Cone Sul da América desencadearam uma feroz repressão, que correspondeu negativamente ao desenvolvimento alcançado pelos setores e organizações populares. Outra nota diferente foi uma orientação econômica ultraliberal, segundo os postulados da escola monetarista norte-americana, que arruinou as indústrias nacionais e provocou o colapso dessas economias.

O longo e trágico ciclo percorrido sob a palavra-de-ordem militar da doutrina da segurança nacional está abrindo caminho ao processo de democratização. Em 1982, o governo civil e progressista de Hernán Siles Zuazo assumiu o comando na Bolívia, depois de uma era militar que começou em 1971. As forças armadas se retiraram divididas, desprestigiadas e manchadas por uma corrupção cujo aspecto mais clamoroso foi a cumplicidade de seus chefes com o tráfico de cocaína.

No Uruguai e no Chile, dois governos militares

incapazes e falidos, apesar do monopólio das armas, observam desconcertados a vigorosa ressurreição da atividade política, das mobilizações maciças de protesto e reivindicações de retorno aos quartéis e a realização de eleições. As cúpulas militares estão isoladas, carecem de fórmulas políticas e econômicas para enfrentar a crise. Enquanto isso, no Brasil, produz-se um lento e relativamente ordenado regresso à vigência da democracia liberal.

Nesse contexto de trânsito e de retrocesso militar, insere-se a vitória argentina, que parece destinada a se constituir num acelerador da redemocratização regional.

Quais são as características desse processo em relação aos que o precederam?

Os governos derrubados no Brasil, em 1964, na Bolívia em 1971, e no Chile em 1973, tinham em comum sua identidade progressista e programas de reformas estruturais profundas. Ao mesmo tempo, na Argentina e no Uruguai, as forças de esquerda tinham crescido rapidamente, enquanto fortes organizações guerrilheiras se insurgiram.

Naqueles anos turbulentos, parecia possível que, no Cone Sul, a democracia liberal (que em geral tinha estado associada aos sistemas vigentes) derivasse em democracias de conteúdo popular e matiz socialista. Elas removeriam as velhas instituições da dependência, o atraso e os privilégios minoritários, mediante programas de transformações que, a partir do Cone Sul, fariam todo o continente girar para a esquerda e o tirariam da órbita de influência dos Estados Unidos. O Chile de Salvador Allende e da Unidade Popular foi o que mais nitidamente encarnou essa perspectiva.

Na verdade, as condições para tais mudanças, objetivamente, tinham amadurecido. Mas esse mesmo fato deu origem a uma coalizão conspirativa dos interesses que já não poderiam se valer dos mecanismos da democracia liberal para se prevalecerem, e empregaram a força como razão última para a preservação de suas posições.

As forças progressistas que foram, uma a uma,



derrotadas e reprimidas pela reação militar, podem ter cometido muitos erros, mas a sua queda não se deu em função desses erros, já que elas mantinham um majoritário respaldo popular. Os golpes militares foram possíveis em razão da aliança dos setores oligárquicos com o imperialismo norte-americano, cuja influência sobre as forças armadas da América Latina foi a causa eficiente da série de golpes inspirados na doutrina da segurança nacional que, efetivamente, conjuraram os perigos que alarmavam os interesses coligados.

Hoje, não há dúvida de que os governos militares fracassaram e carecem de viabilidade, mas também é certo que o ciclo autoritário condicionou o presente em aspectos importantes.

A repressão militar se concentrou na destruição dos partidos, das organizações e dos sindicatos do âmbito das esquerdas, e na eliminação física ou na prisão ou exílio de seus dirigentes. Os dirigentes progressistas, portanto, foram literalmente dizimados e agora estão empenhados nas tarefas de reorganização, formação de quadros e de organizações, processo que é necessariamente lento. Por outro lado, a longa e dura luta contra a ditadura favoreceu a unidade e a valorização dos princípios comuns entre todas as forças democráticas e contrárias ao autoritarismo, independente de diferenças doutrinárias.

A consequente polarização deixou de um lado as cúpulas militares, os tecnocratas monetaristas, os interesses financeiros e os pequenos grupos favorecidos pelo regime. Do outro lado, um amplíssimo espectro que, no plano político, abrange a quase totalidade do panorama: liberais, centristas, social-democratas e as diferentes formações de esquerda. No plano social compreende desde os estratos mais baixos até as classes médias, como também os expoentes de indústrias nacionais devastadas pelo ultraliberalismo.

Pode-se, portanto, supor que essa experiência, uma vez recobrados os mecanismos democráticos, fará com que a natural competição ideológica interpartidária careça da combatividade que teve no período precedente e se desenvolva de forma compatível com a afirmação do processo democrático. A ninguém interessa a volta a um passado de infâmia que fez mal a todos e por isso é de se imaginar que a dialética política não se afastará dos cânones democráticos. Estes, por sua vez, deverão admitir e garantir o funcionamento e

as opções das organizações progressistas que, previsivelmente, no processo de sua reorganização no âmbito democrático adquirirão uma importância crescente.

Entre a pesada carga que os hierarcas militares legam a seus países, se destaca, pela sua gravidade, a bancarrota econômica. A resposta a essa crítica situação consiste também num acordo para a reconstrução econômica, que é correlato à aliança político-social. Como as ditaduras coincidiram em aprofundar a dependência das transnacionais, contrair uma dívida externa intolerável, deprimir o mercado interno e as indústrias nacionais, existe um consenso sobre as tarefas fundamentais para os próximos anos.

Trata-se de realizar um grande esforço coletivo para sair da crise. A defesa das indústrias nacionais deverá ser paralela a uma expansão do mercado interno que aumentará o poder aquisitivo das classes trabalhadoras e que em termos globais procurará um rápido crescimento dos Produtos Nacionais Brutos (PNBs). Isso não será obtido, de forma significativa e duradoura, sem um acerto entre os diferentes agentes econômicos que não poderá deixar de observar as aspirações básicas dos trabalhadores. Os fundamentos para esse acerto provêm do interesse comum em acabar com uma orientação econômica voltada para o exterior e, ao contrário, imprimir uma guinada endógena sem a qual não se poderá conseguir a reconstrução das economias nacionais.

Além disso, há problemas comuns aos diversos países da região. O sentido endógeno da economia não pode se esgotar na esfera das fronteiras nacionais devido a realidades inquestionáveis como as reduzidas dimensões dos mercados individuais. Ela deve, isso sim, dar-se no quadro da integração latino-americana, pois só nesses termos a região é viável e poderá superar a dependência. No mesmo caminho se acha a harmonização de políticas para conseguir que as condições do pagamento da dívida sejam compatíveis com a soberania nacional e as situações de cada país e não acarretem, como até agora, um impedimento para a recuperação e o desenvolvimento econômicos.

O caso argentino tem, como é natural, conotações específicas. Essas eleições foram disputadas por dois partidos, a UCR e o peronismo. Sabia-se que a direita e a esquerda tradicionais careciam de possibilidades, e os resultados — 52% para o radicalismo, 40% para o peronismo — confirmam isso.



A escassa presença da esquerda, que não é nova na Argentina, deve-se ao fato do peronismo ter absorvido os setores trabalhadores e promovido a partir do governo o sindicalismo organizado, articulado com a Confederação Geral de Trabalhadores (CGT). A irrupção do peronismo, em meados dos anos 40, produziu uma polarização em virtude da qual os setores de baixa renda (em particular, a classe operária) foram atraídos, enquanto as camadas médias se identificaram com o radicalismo. Foi assim que o peronismo tornou-se majoritário e venceu todas as eleições realizadas sem limitações nem proscricções entre 1946 e 1974, sem exceção.

A vitória de Alfonsín, por isso, implica uma ruptura desse quadro político pois ela não teria sido possível sem a transferência de uma importante porcentagem do eleitorado operário em favor de sua candidatura.

O declínio do peronismo obedece a diversos fatores. Dentro desse movimento original, formado em torno de um líder, coexistiram diversas alas e correntes que travaram uma violenta luta interna pelo controle partidário. Isso já acontecia antes da morte de Juan Domingo Perón em 1974, que no entanto era o ponto de referência essencial de todos os setores. A disputa interna, porém, sem a presença do líder, tirava do movimento uma perspectiva de solução de sua unidade. A campanha do peronismo só fez dar maior destaque aos conflitos partidários.

Muito bem, um triunfo peronista teria necessariamente levado a batalha intestina ao Estado e teria dado lugar a um governo dividido pela discórdia. O peronismo não apresentava garantias de estabilidade e conduzia ao perigo de que, por isso mesmo, com o passar do tempo e dos problemas, oferecesse pretextos para outra aventura militar. Ainda estava fresca a lembrança do último governo peronista, facilmente derrubado pelos comandantes das três armas, que se apoderaram de um país aturdido pela violência e com medo do caos.

Além disso, a burocracia sindical peronista, corrompida, inclinada a entendimentos com os militares, e escassamente representativa de suas bases, exercia uma forte influência sobre o aparelho partidário. Por isso, verificou-se uma dissociação entre os dirigentes políticos e sindicais e o tradicional eleitorado peronista, facilitando a vitória de Alfonsín.

O novo presidente apresenta, pelo contrário, os

requisitos para um governo estável. Como Alfonsín representa a ala progressista do Partido Radical, sua abertura para as camadas populares em desacordo com a cúpula peronista, gozou de credibilidade e deu-lhe uma maioria suficiente para poder governar. É muito provável que a perspectiva de colocar no governo um partido não minado pelas rivalidades internas e portanto menos exposto aos perigos de conspirações militares, tenha tido bastante peso na maciça tendência por Alfonsín.

A afirmação da democracia e a reconstrução nacional devem ser assumidas agora por todos os setores políticos, inclusive os peronistas. A proposta de Alfonsín sobre um consenso para os grandes problemas do país, corresponde sem dúvida aos interesses nacionais e populares nessa etapa, e com certeza receberá o respaldo solicitado.

Mas, independentemente do governo radical e do desejável consenso nacional, o futuro do peronismo esboça-se como uma incógnita. Uma das possibilidades é que o debate interno derive numa depuração dos dirigentes não-representativos e burocratizados. Nesse caso, haveria uma relação direta entre os líderes políticos e sindicais e as bases. E o peronismo poderia reafirmar sua condição de partido popular com raízes nos núcleos operários e nos segmentos marginais da sociedade argentina.

Se isso não acontecer, as bases continuarão divorciadas do aparelho peronista e o declínio do movimento prosseguirá. Isso, por sua vez, deixaria um espaço disponível para a articulação de um pólo progressista que poderia se constituir na futura esquerda argentina.

Depois da redistribuição das forças que ocorreu na Argentina, o dilema parece colocado nos seguintes termos: ou o peronismo se transforma na esquerda argentina ou decai para dar lugar a ela. Numa ou outra eventualidade, a Argentina teria um leque político normal, correspondente às opções clássicas e vigentes em termos de classes e doutrinas políticas.

Não se pode descartar a menos construtiva das hipóteses, ou seja, de que os dois termos se neutralizem e, durante mais algum tempo, a Argentina continue sendo um país que não saiba onde estão a sua direita, o seu centro e a sua esquerda.



# A democracia

## O povo toma as ruas

Argentina





# no Cone Sul

Uruguai

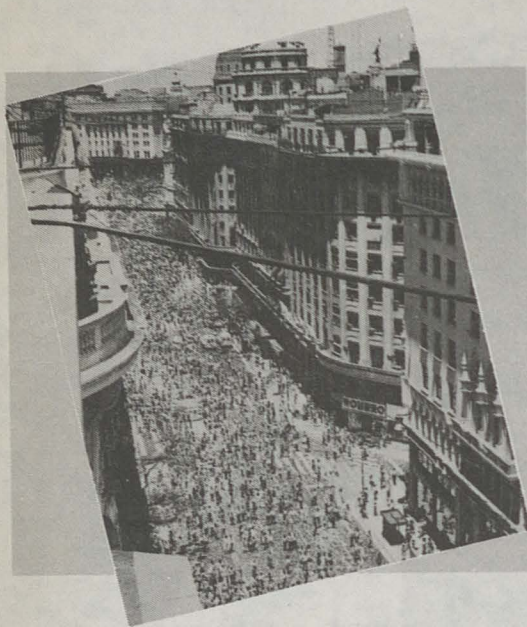


Primeiro foi a vez da Argentina e agora as atenções se voltam para o Uruguai. Um novo quadro político começa a aparecer no extremo sul da América Latina depois de uma década de terror e ditadura. O presidente argentino Raúl Alfonsín decretou uma moratória de seis meses no pagamento da dívida externa e iniciou a delicada desmontagem do mais sangrento aparelho repressivo já estruturado no continente. No Uruguai, a pressão popular

contra a ditadura chegou ao clímax e o movimento pela democracia já é encarado como irreversível. Nunca na história uruguaia houve um consenso tão amplo dos políticos e da população sobre a necessidade de pôr fim à hegemonia militar. O correspondente Horacio Verbitsky mostra as mudanças na Argentina, e Beatriz Bissio revela as expectativas no Uruguai.



## A proposta política do governo



**Q**uando se encontraram no Salão Branco, Bignone tentou abraçá-lo, mas Alfonsín o manteve à distância, apertando-lhe a mão com o braço bem firme e estendido. Bignone lhe colocou a faixa presidencial, desejou boa sorte e se retirou da Casa Rosada.

Todas as delegações estrangeiras saíam por uma porta lateral do palácio governamental, mas Bignone preferiu a porta de trás para escapar da multidão que ocupava a Praça de Maio, e que tinha vaiado o vice-presidente dos Estados Unidos, George Bush, e os representantes chileno e uruguaio.

Uma mulher, com a cabeça coberta por um lenço branco, escreveu em um papel: "Caim, o que fizeste a teu irmão?" e o colocou no pára-brisas do carro de Bignone. O seu motorista tirou o papel, o amassou e jogou no chão. Logo foi cercado por um grupo de mulheres, que com gritos hostis o persuadiram da inconveniência do seu gesto. Ele então pegou o papel do chão, o desamassou e voltou a colocá-lo no seu lugar.

16 - terceiro mundo

Assim, deixou o poder o último chefe do regime militar que durante quase oito anos afundou a Argentina na pior crise política, econômica, moral e de segurança da sua história.

Mas menos previsível, e por isso mais interessante, é a forma como assumiu o governo o primeiro líder civil surgido na Argentina desde a morte de Rigoyen, há exatamente meio século.

Meio milhão de pessoas ocuparam as ruas de Buenos Aires durante quase 24 horas. Primeiro para acompanhar o trajeto de Alfonsín do seu hotel até o Congresso, onde prestou juramento perante a Assembléia Legislativa e pronunciou um discurso inaugural enumerando as metas de seu governo, o qual definiu como uma administração decente. Depois o povo acompanhou o presidente, que seguiu em carro aberto até a Praça de Maio, onde tomou juramento de seus ministros na Casa de Governo e dirigiu uma mensagem de poucos minutos à multidão do Cabildo, instituição da época de fundação do governo argentino. E, por último, a multidão participou dos festejos populares, com música e baile, que foram realizados em vários pontos da cidade e se prolongaram até a madrugada seguinte. Alfonsín entusiasmou os manifestantes ao incluir em seu discurso a palavra-de ordem que se escutava na Praça: "O povo unido, jamais será vencido".

Em todos esses lugares, a grande novidade foi a coexistência de uma maioria radical com grandes grupos de militantes de outros partidos, basicamente peronistas e intransigentes, mas também alguns socialistas, que rivalizaram em suas palavras-de ordem críticas ao processo militar terminado, mas confraternizaram entre si. O caso mais notável foi uma grande bandeira formada por duas partes costuradas: uma da União Cívica Radical. outra do Partido Justicialista.

"Galtieri, borracho, mataste a los muchachos", ("Galtieri, bêbado, mataste os rapazes"), gritava em cântico um setor. "Olelé, olalá, os militares se vão e não voltam mais", respondiam de outro grupo. "Volta a gloriosa JP (Juventude Peronista), a fazer justiça, vamos todos, lutemos unidos, que estamos podres de tanta dor", cantavam, acompanhando com bumbos e tambores, rapazes muito jovens. "Somos do bando de arruaceiros do dr. Oscar Alende, largue tudo e venha correndo que está se preparando a revolução", respondiam brincando os simpatizantes do PI (Partido Intransigente), que da mesma forma que os da JP tinham escolhido no último ano as cores vermelho e preto para suas bandeiras e estandartes.

As mães e avós da Praça de Maio repetiam seus clássicos refrões: "Agora é indispensável, aparecimento com vida e punição para os culpados" e "Nem esquecimento, nem anistia, aparecimento com vida". Quarenta e oito horas antes da mudan-

no. 62 - janeiro - 1984





“Com a democracia, não apenas se vota mas também se alimenta, se educa, se cura”

ça de governo, tinham realizado sua última manifestação na Praça de Maio, que chegou até ao Congresso, da qual participaram o prêmio Nobel da Paz de 1980, Adolfo Pérez Esquivel, e a ex-encarregada dos direitos humanos no governo Carter, Patricia Derian.

Os refrões mais repetidos correram por conta dos radicais. “Alfonsín/Alfonsín” e “Continue o baile, continue o baile, ao compasso do tamborim, que chegamos ao governo, pela mão de Alfonsín”, foram os mais cantados. Isso é natural, em um ato para comemorar a vitória da UCR. Mas a presença dos demais setores mostra o novo clima que se vive no país, gerado nos últimos anos durante as numerosas mobilizações pelos direitos humanos, e que adquiriu um caráter de massa depois de conhecidos os resultados de 30 de outubro.

Nos bailes, além disso, se destacou a presença de muitas bandeiras uruguaias e chilenas, recebidas com “vivas” para os seus povos e “morte” para os respectivos governos.

### O fim e os meios

Na mensagem presidencial, Alfonsín anunciou que “hoje acabou a imoralidade pública” e proclamou um “sentimento ético: que o fim jamais justifica os meios”; Alfonsín condenou as “minorias armadas que trocam a lei pelas balas, tanto através da ação guerrilheira como do golpismo”. Lembrou que “a violação do direito do povo em escolher seus governantes sempre implicou perda de parce-

las de soberania para o estrangeiro, desemprego, miséria, imoralidade, falta de liberdades públicas, violência”, e ratificou sua crença na democracia, que reconhece o sufrágio e a mobilização popular como seus maiores valores.

Reafirmando o tom social que durante a campanha imprimiu ao discurso tradicional de seu partido, Alfonsín explicou que “aprendemos à luz das trágicas experiências dos anos recentes, que a democracia é muito mais do que uma simples forma de legitimidade do poder, porque com a democracia não apenas se vota, mas também se come, se educa, se cura”.

“Nossa concepção do desenvolvimento social — disse — é inseparável da participação popular na solução dos problemas de cada grupo comunitário”. Desse modo, Alfonsín fez uma diferença entre o “paternalismo de Estado” e a “ação beneficente privada” e o seu Programa Alimentar Nacional (PAN), no qual as organizações comunitárias poderão intervir. Com a mesma rapidez com que durante a campanha foi incorporando as palavras-de-ordem mais interessantes dos demais partidos, Alfonsín justificou a implantação do PAN como “um ato de reparação e um direito das famílias mais castigadas, e de forma alguma como uma boa ação”. “Reparação do mal causado ao povo” foi exatamente a palavra-de-ordem do pequeno setor peronista “Intransigência e Mobilização”. Essa apropriação de bandeiras de luta não levanta críticas, mas simpatia.

“Esse programa — explicou Alfonsín — destina-





“Nossa concepção de desenvolvimento social é inseparável da participação popular na solução dos problemas de cada grupo comunitário”, afirmou Alfonsín

se a atenuar os efeitos dessa tremenda injustiça nacional que é a carência de alimentos que alguns setores do nosso povo sofrem. Sua realização será resultado de uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e os diferentes setores comunitários.”

### Carta democrática de Buenos Aires

Um documento de apoio e estímulo à luta pela democracia foi divulgado na Argentina por destacadas personalidades latino-americanas presentes ao ato de posse do presidente Raúl Alfonsín.

A Carta Democrática de Buenos Aires, iniciativa do governador Franco Montoro, de São Paulo, foi assinada pelo primeiro-ministro de Portugal, Mário Soares; pelo ex-presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez; o vice-governador do estado do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro; o presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT) Doutel de Andrade e o vice-presidente Neiva Moreira; Paulo Ribeiro, presidente da Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro; o senador Nelson Carneiro, presidente do Parlamento Latino-Americano; o ex-senador chileno, Anselmo Sule, e os líderes da democracia cristã desse país, Gabriel Valdez e Radomiro Tomic; Félix Rospigli-

### Renegociar a dívida

Já na primeira semana de governo, Alfonsín anunciou uma moratória de seis meses no pagamento da dívida externa argentina, cujo montante atual é de 40 bilhões de dólares. O novo governo suspendeu os pagamentos de juros e amortização até o final de julho de 84, com o objetivo de rearmar as finanças e reorganizar a forma de pagamento dos débitos acumulados desde 1982. Segundo especialistas financeiros de Buenos Aires, os pagamentos atrasados de 82 somam pouco mais de dois bilhões de dólares e os de 83 chegam a cinco bilhões. Os compromissos com vencimento em 84 são calculados em torno dos 18 bilhões, dando teoricamente um total de 25 bilhões de dólares sujeitos à renegociação. Para o pagamento de juros, o ministro da Economia Bernardo Grinspun espera contar com três bilhões de dólares do superávit na balança comercial argentina, mais dois bilhões a serem fornecidos pelo FMI e um bilhão dos próprios bancos credores. A mensagem de Alfonsín no dia da posse garantia uma renegociação sem o uso de receitas recessivas. “Apresentaremos nosso programa, sensato, tecnicamente correto, compatível com o crescimento do país e o pagamento da dívida, e vamos nos ater a esse programa. Seremos flexíveis nas formas mas não no conteúdo, pois acreditamos que o problema da dívida não pode ser resolvido com medidas que impliquem mais recessão econômica, nem na hipótese inconcebível

si, secretário-geral do Movimiento Nacionalista Revolucionario de Izquierda (MNRI) e Julio Garreti, presidente do Senado, da Bolívia; Domingo Laino e outros dirigentes democráticos do Paraguai; Enrique Iglesias, presidente da Cepal; deputados do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Freitas Nobre (líder do PMDB na Câmara), Miguel Arraes, Fernando Santana, Paes de Andrade, José Yunes, José Carlos Teixeira, Djalmá Bessa, e o seu líder no Senado, Humberto Lucena; Jorge Cunha Lima, secretário de Comunicação do governo de São Paulo; Ferreira Aldunate, José Pedro Cardozo, Alba Roballo, Juan José Crottogini, Jorge Batlle, Julio María Sanguinetti, Enrique Tarigo e Juan Pablo Terra, dirigentes da oposição uruguaia; Peña Gómez, presidente do Partido Revolucionário Dominicano e prefeito de Santo Domingo e outros políticos, professores universitários e jornalistas.

### O Documento

É o seguinte o texto do documento assinado: “Na oportunidade do histórico retorno da Ar-



que estivéssemos dispostos a aceitar o inaceitável, ou seja, a continuação da pobreza e miséria do povo". Alfonsín acrescentou que a dívida "não pode significar um freio ao desenvolvimento do país. Ela será paga na medida em que as exportações argentinas possam se expandir no futuro, mas condicionamos o pagamento dos serviços e amortizações ao fornecimento adequado de matérias-primas e produtos intermediários, que uma forte e crescente atividade interna requer. Não se pode conceber, nem política nem socialmente, o pagamento dessa dívida se os mercados se fecharem às nossas exportações ou se para fazê-lo fosse necessário retrain a produção interna". O fantasma da moratória é uma boa base para negociar.

### A política externa

Alfonsín afirmou que a sua política externa será independente, "baseada no reconhecimento do pluralismo ideológico e veemente condenação a toda forma de imperialismo, colonialismo e neocolonialismo". Lembrou que o destino da Argentina estava ligado ao "dos povos irmãos da América Latina", que durante a guerra pelas Malvinas "nos deram a sua solidariedade e inestimável apoio moral e político", e prometeu consolidar e aprofundar as relações, "acentuando no caso dos países limítrofes a vontade de integração real e efetiva".

Sobre o litígio com o Chile (ver matéria nesta edição), disse que aceitava como base de negocia-

ção a proposta do papa João Paulo 2º, mantendo o princípio bioceânico, e com isso desmentiu declarações de seu enviado pessoal ao Chile, o político conservador Pablo González Bergez, que havia declarado que tal princípio não existia, causando inquietação em Buenos Aires.

No caso das Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul, Alfonsín reiterou o objetivo irrenunciável de sua recuperação e de sua integração ao território. "Temos dito que nesse ponto somos inflexíveis. A soberania é um item anterior à negociação". Acrescentou que se exigiria o cumprimento das resoluções da Assembléia-Geral das Nações Unidas que exortam as duas partes à negociação direta. "Enquanto isso, denunciamos uma vez mais, como uma grave ameaça à segurança da República argentina e de toda a região, a instalação da base militar e nuclear estabelecida pelo Reino Unido nas ilhas Malvinas, assim como a zona de exclusão declarada por esse país". Além disso, ratificou a soberania sobre o setor antártico que a Argentina reivindica.

O primeiro-ministro italiano Bettino Craxi havia entregue a Alfonsín uma breve mas inesperada mensagem de Margareth Thatcher, chefe do governo britânico, com o qual a Argentina rompeu relações diplomáticas desde abril de 1982. "Ao ini-



O governador de São Paulo, Franco Montoro; Neiva Moreira; o deputado Rui Mateus, do PS português; o expresidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez e dirigentes da oposição paraguaia na discussão da Carta de Buenos Aires

gentina à democracia, simbolizada pela tomada de posse do presidente constitucional dr. Raúl Alfonsín, um grupo de personalidades políticas da América Latina e de outros países amigos, que consideram este triunfo do povo argentino, como um acontecimento de ressonância continental, firmam a seguinte carta de Buenos Aires:

1. A legitimidade do poder está diretamente relacionada com a livre manifestação da vontade popular através de eleições democráticas. Carecem desta legitimidade aqueles governos ditatoriais que a falsificam e manipulam.

2. O respeito pelos direitos humanos, individuais e sociais, é base indispensável da autenticidade dos governos.

3. A democracia pluralista e de vocação social constitui uma aspiração geral de nossos povos, é o ponto de convergência da comunidade internacional e sua garantia de paz.

4. A violência, como método de solução dos problemas políticos, é incompatível com os ideais e a prática da democracia.

5. As democracias, por definição, sustentam o princípio da não-intervenção em assuntos inter-

nos de outros países.

6. Só a evolução democrática e autônoma dos países da América Latina e sua progressiva integração econômica, política e cultural garantem uma ação eficaz e conjunta para superar a grave crise que afeta os países do continente.

7. O retorno da Argentina ao regime de soberania popular, abre condições para que, no quadro das Nações Unidas, se estabeleça o diálogo entre a Argentina e a Grã-Bretanha, com vistas à solução pacífica do problema da soberania das Malvinas."

Buenos Aires, 10 de dezembro de 1983.



ciar o seu governo — dizia Thatcher — quero que saiba que apesar de termos muitas divergências, podemos todos nos congratular pela restauração da democracia na Argentina, na certeza de que ela trará justiça e liberdade a todo o seu povo. Este dia dá esperanças para seu país”.

Alfonsín respondeu às 47 palavras da mensagem, com apenas 43: “Agradeço suas expressões em relação ao restabelecimento das instituições democráticas na Argentina. Concordo com sua avaliação sobre a existência de divergências entre a Argentina e o Reino Unido. A esse respeito seria útil lembrar um velho provérbio inglês: quando há vontade, há solução”.

Em uma entrevista ao *Observer* de Londres, Alfonsín adiantou o que poderiam ser as primeiras condições argentinas para declarar o fim das hostilidades: redução da zona de exclusão de 150 milhas em volta das ilhas e a suspensão das obras de construção do novo aeroporto de Porto Argentino.

Thatcher, que durante a guerra brincou de ser Churchill e destinou a Galtieri o papel de Hitler para que a revivência fosse completa, com toda certeza tem mais saudade que o povo argentino, do seu *partner* necessário para a continuação da brincadeira, e certamente se lembra o que ocorreu com a carreira política do seu mestre, que quando afundou o 39 Reich teve tempo para se dedicar à literatura e ganhar um prêmio Nobel.

De agora em diante, o tempo está correndo contra Thatcher, como deu a entender Alfonsín ao *Observer*: “Não existe mais uma argumentação fundamental usada pelos britânicos para não negociar conosco. Já não somos governados por uma ditadura”.

Alfonsín também manifestou perante a Assembléia Legislativa “a nossa decisão de ser solidários com os povos mais esquecidos e menos desenvolvidos em suas justas reivindicações para conseguir uma completa reorganização das relações econômicas internacionais, e considerar seu direito a participar ativamente no intercâmbio mundial e seus benefícios, como uma forma racional e prática, não meramente retórica, de servir efetivamente à causa da paz e da segurança em todo o mundo”.

### Prioridade à América Latina

Alfonsín deu prioridade ao relacionamento com os demais países latino-americanos, e depois à militância no Movimento dos Países Não-Alinhados, “a partir da clara definição ideológica que sustentávamos antes de chegar ao governo, de respeito à democracia e aos direitos humanos”, e de acordo com “os princípios sobre os quais se fundou o não-alinhamento, que tende a favorecer o processo de distensão, verdadeira garantia de paz no mundo”. Com Alfonsín, a Argentina não se distanciará do

20 - terceiro mundo

Movimento como aconteceu com o regime militar até 1982, nem tampouco se alinhará com sua ala mais radical, junto à Líbia ou Cuba, como fez o mesmo governo a partir da guerra das Malvinas até 1983.

Dentro de sua proposta de desativar os conflitos localizados, Alfonsín prometeu apoio às propostas para a América Central do grupo de Contadora, “e qualquer outra que evite a atual tendência a situar o conflito no contexto do confronto Leste-Oeste. Toda solução real deve levar em conta o direito inquestionável desses povos de viverem com liberdade e justiça”. O presidente anunciou também que o ministro das Relações Exteriores viajaria para a região a fim de estabelecer um mecanismo de consulta com os países envolvidos.

Depois de anunciar a ineficácia do Tiar (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), que deixou a Argentina e os países da América Central e Caribe indefesos diante da agressão extra-continental e da intervenção militar, Alfonsín propôs a busca de “novos e efetivos esquemas de segurança continental, dos quais a América Latina possa co-participar” em “um empreendimento internacional compartilhado”, e comunicou que seu governo “realizará imediatamente contatos com os países latino-americanos para levar adiante essa iniciativa”.

Qualificou de “difíceis e assimétricas” as relações com os Estados Unidos e considerou “imprescindível” que Washington “modifique sua conduta na América Central”.

Alfonsín divulgou que a Argentina terá “ativa participação” no Movimento dos Países Não-Alinhados e no Grupo dos 77, com o propósito de “fortalecer a capacidade de negociação desses grupos, a fim de tornar realidade a importância relativa maior que têm os países em desenvolvimento no sistema internacional”. Também reafirmou o seu apoio a uma Nova Ordem Econômica Internacional e exaltou a cooperação Sul-Sul em todos os planos como paliativo à crise econômica internacional, que não pode esperar a reativação dos países desenvolvidos.

### Cooperação com a Ásia e a África

Destacou o seu desejo de “intensificar a cooperação com os países da Ásia e África, para que a Argentina possa lhes fornecer tecnologia de nível médio no campo agrícola e alimentar”. Em um breve parágrafo dedicado ao Oriente Médio, exigiu respeito a três princípios para uma solução global: a existência de Israel em paz, a aspiração do povo palestino de “construir livremente o seu destino em sua própria terra” e a integridade territorial do Líbano.

As declarações adversas aos Estados Unidos pela

no. 62 — janeiro — 1984





O caráter de massa que as manifestações populares adquiriram mostra o novo clima que se vive no país

sua política de agressão na América Central, e a exigência de que esse país reconsidere suas "práticas discriminatórias" no âmbito do intercâmbio comercial e da dívida externa foram feitas na presença do vice-presidente Bush, que no dia seguinte teve uma entrevista com o novo chefe de governo argentino.

Segundo o próprio Bush, nessa reunião ele ofereceu ajuda para tirar a Argentina "do dilema financeiro em que se vê submergida devido à dívida externa", pediu que o processo nuclear argentino aceite se submeter a salvaguardas internacionais e, por fim, que seu país deseje cooperar para que a Argentina e a Grã-Bretanha encontrem uma solução negociada para o conflito no Atlântico Sul.

O que Bush não disse, mas veio à tona, é que na ótica norte-americana essas questões seguem um encadeamento de causa-efeito, junto com outras que ele não mencionou em público, e sim na entrevista com Alfonsín. Em poucas palavras: haverá ajuda econômica e pressões sobre Londres para negociar, se a Argentina ratificar os tratados de Tlatelolco e o de Não-Proliferação Nuclear, colocar sob controle internacional todas as suas instalações

nucleares e não se voltar claramente contra a política centro-americana de Reagan.

Reforçando o apoio à substituição da ditadura pelo governo democraticamente eleito, os Estados Unidos concordaram em levantar o embargo que impedia a compra de armas. Alfonsín deu a conhecer que não estava interessado em adquiri-las e o *Washington Post* exaltou o governo de seu país por ter controlado a sua impaciência em suspender o embargo até o momento em que os trajes cinzentos tivessem substituído os uniformes verdes na Casa Rosada.

Em compensação, Patricia Derian, convidada especial de Alfonsín, declarou em Buenos Aires que a decisão de levantar o embargo "era um exemplo perfeito da estupidez da política do governo de Reagan em relação à América Latina. Qualquer um pode perceber que o que este governo precisa é de ajuda econômica e não de mais armas. O problema da dívida externa ocupou as manchetes de todos os jornais do mundo, de maneira que não há desculpa para ignorá-lo. O que menos está precisando este povo que acaba de sair de uma guerra suja, é que os militares se rearmem"



## Alfonsín e o peronismo



**R** Raúl Alfonsín bateu em todas as portas à procura de uma relação cooperativa com o peronismo. Por causa disso, teve que mudar três vezes de interlocutor, cuidando sempre de não intervir nos assuntos internos do principal partido de oposição, que se tornaram explosivos depois de 30 de outubro. Já no dia seguinte às eleições, o chefe radical se entrevistou com o candidato derrotado Italo Luder, que então simbolizava a face pública do peronismo oficial. O encontro serviu para dar ao país a idéia de um clima novo, de cordialidade e respeito, que foi se afirmando nos dias seguintes, até desembocar nos festejos da posse em 10 de dezembro. No entanto, não foi um passo idôneo para consolidar as bases de um sistema bipartidário no país.

Sem nenhum cargo formal na estrutura partidária, Luder era unicamente um ex-candidato vencido, cuja ascendência sobre o peronismo se mostrou no mínimo discutível. A confusão que tomou conta do justicialismo após a sua primeira derrota eleitoral, induziu Alfonsín a se reunir também com uma comissão política presidida pelo governador de Santiago del Estero, Carlos Juárez, que na pri-

meira quinzena de novembro pareceu se firmar na direção do Partido Justicialista, depois que Lorenzo Miguel delegou parte de suas funções partidárias, para se entrincheirar no seu reduto sindical.

Esse segundo contato, também amável, tampouco serviu para atender aos objetivos oficiais, porque a posterior reorganização pública de Isabel Perón recriou o estado de crise e confusão surgido após o veredito eleitoral. A viúva de Perón enviou um telegrama de felicitações a Alfonsín, que por seu lado, mostrando reflexos bem sensíveis, compreendeu que a ex-mandatária estava usando esta via oblíqua para mostrar que voltava a exercer a liderança recebida no congresso justicialista em setembro. Até então, Isabel não havia assumido e nem sequer aceito a delegação de liderança.

Sem vacilar, convidou-a para as cerimônias de posse e lhe dedicou um tratamento preferencial. Colocou-a bem no meio da Assembléia Legislativa, sentada ao lado de outro ex-presidente civil, o desenvolvimentista Arturo Frondizi, também depositado pelas forças armadas.

Em todas as suas atitudes em relação ao peronismo desde as eleições, Alfonsín pôs em evidência a mesma habilidade que antes o havia levado a oferecer cargos muito importantes à corrente mais conservadora de seu partido, e que havia sido derrotada internamente. O presidente nomeou peronistas para a Corte Suprema de Justiça, para a diretoria dos bancos estatais e até ofereceu o cargo de assessor político pessoal ao ex-ministro justicialista da Defesa, Interior e Relações Exteriores, Angel Robledo.

Robledo aceitou, tornando-se uma ponte política entre o novo governo e o setor sindical da CGT-Azopardo (uma das duas principais centrais sindicais da Argentina) que havia defendido a candidatura do ex-ministro. A aceitação provocou duras críticas de vários setores marginais do peronismo, que acusaram Robledo de não haver consultado antes o partido. Entre a eleição e a posse, Alfonsín fez mais pelo peronismo que qualquer um dos dirigentes justicialistas, mas está claro que, a longo prazo, um governo não pode inventar a sua oposição.

### O regresso de Isabel

A chegada da viúva de Perón ao aeroporto de Ezeiza em Buenos Aires se converteu numa outra ameaça à liderança encabeçada por Lorenzo Miguel. A ex-presidente indicou uma comissão formada por membros do setor "verticalista"<sup>1</sup> do peronismo para organizar a sua agenda na Argentina.

<sup>1</sup> Verticalistas são os peronistas que seguem incondicionalmente a liderança da viúva de Perón, em oposição aos "oficialistas", que buscam uma atuação mais autônoma.



Durante vários dias, a direção partidária ligada a Miguel tentou ignorar a comissão, até que não houve outra alternativa senão submeter-se a essa ingrata situação. Do contrário, eles simplesmente não teriam acesso a *La Señora*.

Como era previsível, os dirigentes do justicialismo ao se rebaixarem solicitando audiências à sua chefe por meio da comissão, mostraram a que ponto chegou a sua vulnerabilidade.

Não foram, por exemplo, convidados para a recepção em Ezeiza, da qual participaram apenas os verticalistas. Os dirigentes oficialistas, mesmo assim, foram ao aeroporto onde tiveram que fazer muita força e gritar para não serem afastados do local pelos membros da comissão nomeada por Isabel. Esses fatos mostram no entanto uma questão de fundo: ao indicar a viúva de Perón como presidente do Partido, os participantes do congresso justicialista de setembro deram à liderança de Isabel uma legitimidade que era válida como símbolo, apenas no caso de uma vitória eleitoral. Mas depois da derrota, a figura da ex-presidente tomou uma inesperada dimensão política.

Depois de reconquistar seus direitos políticos, recebida com pompa e cerimônia pelo novo governo, detentora de um sobrenome magnético, e despertando as simpatias dos setores populares, Isabel passou a ser o único ponto firme no meio das areias movediças do justicialismo. Isso não significa que ela careça de oposição. O ex-ministro do Interior de Perón em 1955, Oscar Albrieu, por exemplo, a incluiu entre os responsáveis pela derrota eleitoral e pediu que Isabel renunciasse. Albrieu acusou a ex-presidente de se omitir “quando deveria ter estado à frente, e entre o povo, para cumprir com suas obrigações de liderança, nos momentos mais duros da campanha eleitoral”.

O ex-ministro atua no Muso (Movimento de Unidade, Solidariedade e Organização), que durante a luta interna se alinhou ao ex-ministro da Economia, Antonio Cafiero. Outro dirigente do Muso, o ex-deputado e ex-ministro do Trabalho, Miguel Unamuno, usou outros termos para definir a crise interna do partido: “Desde a morte de Perón, não surgiram e nem se discutem políticas dentro do justicialismo. O peronismo perdeu as eleições nas grandes concentrações urbanas e nas grandes cidades. Nessas circunstâncias, um movimento que se considera historicamente a expressão dos trabalhadores, quando sofre um choque dessa natureza, o mínimo que pode fazer, é recolher-se, olhar para dentro, assumindo com clareza e sinceridade os termos da derrota. Alfonsín nos venceu em termos de política concreta”, explicou Unamuno.

Outro seguidor de Cafiero, Eduardo Setti, que seria certamente ministro da Economia se Luder tivesse ganho, foi mais longe: “É preciso fazer uma autocrítica profunda pela derrota de 30 de outo-



Isabelita com Frondizi: recebida com pompa

bro. Mas é preciso ter em mente que ainda não fizemos a autocrítica da derrota de março de 76”. Esta foi a data do golpe militar que derrubou Isabel Perón.

A ex-presidente destacou, a todo momento, na Argentina, a importância de uma relação harmônica com o governo radical e com as demais forças políticas do país para defender a democracia e o estado de direito. Ela se dirigiu também aos “companheiros da causa peronista, ao setor feminino, e em especial aos jovens e trabalhadores”. Nisso ela coincidiu aparentemente com o dirigente montonero Mario Firmenich, que numa mensagem dirigida do exílio também pediu o respeito às instituições democráticas e propôs uma reorganização do peronismo com base nos setores marginalizados internamente, como as mulheres, os jovens e os trabalhadores.

O que pode ser desconcertante no plano ideológico, adquire coerência numa leitura política. Parece natural que os ortodoxos e verticalistas de Isabel, os montoneros de Firmenich e os adeptos do Muso procurem uma reorganização e pressionem para eliminar a direção partidária escolhida por Lorenzo Miguel. De qualquer maneira é muito difícil imaginar que entre os verticalistas e montoneros haja uma conciliação. No passado, foram trocadas ofensas, tiros e bombas em demasia para que um acordo seja possível. Além disso, uns contam com o reconhecimento oficial, e outros não.



Quando finalmente os membros da direção peronista conseguiram uma audiência com *La Señora*, eles baixaram a cabeça esperando serem decapitados. Lorenzo Miguel mostrou a alegria do justicialismo pela volta de sua chefe e ofereceu a renúncia de todos os seus colegas de direção. Isabel resolveu cozinhar em fogo lento os seus interlocutores. Disse que não vinha cortar cabeças ou dar puxões de orelha; criticou a direção oficial por ter abandonado as bandeiras históricas de Perón, que



Beatriz Bissio

Manifestação peronista, dias depois da posse de Alfonsín

no entender dela, foram usadas por Alfonsín; e anunciou que todos os dirigentes peronistas que compactuaram com a ditadura pagariam suas culpas; e finalizou dizendo que iria pensar sobre as renúncias. Isabel disse que sua decisão somente será anunciada quando voltar novamente à Argentina este ano, numa data ainda indeterminada. Feito isso, se retirou junto com os verticalistas, ao lado de seu novo homem de confiança, o coronel croata Milos de Bogetich, ex-colaborador de Trujillo na República Dominicana, e de López Rega em Madri e Buenos Aires.

#### A lei sindical

A questão sindical é outro tema em que a rela-

ção do governo com a oposição se vincula estreitamente com a situação interna no peronismo. Tal como prometeu na campanha eleitoral, Alfonsín enviou ao Parlamento uma lei para garantir a representação das minorias na direção de cada sindicato, desde que tenham mais de 25% dos votos nas eleições em cada categoria trabalhista. O novo presidente também quer dar à justiça eleitoral a fiscalização das eleições sindicais e pretende favorecer a realização de eleições para comissões internas em todas as bases sindicais do país.

No seu primeiro discurso presidencial, Alfonsín anunciou também que os sindicatos que realizarem atividades político-partidárias serão privados de sua personalidade jurídica. Ao contrário das posições anteriores de seu partido, o novo presidente se mostrou favorável a atender as exigências dos trabalhadores para a criação de um único sindicato por cada setor de produção.

A União Cívica Radical tem um setor sindical que controla a importante Fraternidade dos Maquinistas Ferroviários e tem núcleos em outros sindicatos, como a Associação Bancária. Nas condições anunciadas pelo governo, é possível que os sindicalistas radicais consigam alguns avanços, mas é previsível que as maiores vantagens sejam obtidas por setores da esquerda peronista (que sempre reclamaram um "jogo limpo" para competir com o que chamam de "burocracia sindical"), pelo partido comunista e por outros grupos da esquerda marxista, que votaram em Luder mas festejaram aliviados o triunfo de Alfonsín.

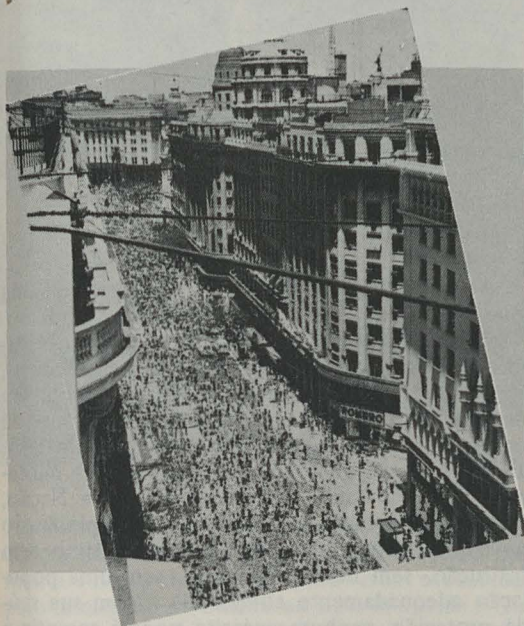
Quando esse processo de normalização sindical for concluído, é provável que o sindicalismo peronista tradicional perca representatividade e poder, apertado pela pinça que tem um braço no governo e outro nos ativistas de base.

O argumento repetido nas bases das duas CGTs (que anunciaram o desejo de reunificar-se logo após um encontro com Isabel) é o de que o governo acabará por se arrepender de sua ofensiva contra as estruturas sindicais, quando se defrontar no futuro com um novo sindicalismo classista na liderança de mobilizações reivindicativas e políticas, e quando constatar a inexistência de outro interlocutor compreensivo para dialogar.

É difícil imaginar que o governo assista passivamente uma tal eventualidade, mas em todo o caso, o risco principal correria por conta do peronismo, que pode acabar se transformando num típico partido conservador latino-americano, se não recuperar o apoio e a adesão da classe operária. Não restará então ao justicialismo, derrotado nas grandes cidades, outro caminho senão triunfos parciais em pequenas províncias rurais, onde o atraso político é a norma e um terreno fértil para o surgimento de caudilhos paternalistas locais. (Horacio Verbitsky)



# Militares: o maior expurgo da história



**A**ntes mesmo de assumir, Alfonsín fez sentir aos militares que estava começando uma nova era, à medida em que foram sendo conhecidas as primeiras nomeações para postos no aparelho de segurança e outros postos chaves, que há muito tempo eram ocupados por almirantes e generais.

Um delegado comanda hoje a Polícia Federal e outro a da província de Buenos Aires, postos que eram antes verdadeiros feudos militares. Um civil atuará como secretário de Informações do Estado. Outro civil dirigirá a Comissão de Energia Atômica, que nos últimos 30 anos foi presidida unicamente por almirantes.

Essa desmilitarização do Estado confirma o que Alfonsín anunciou na sua primeira mensagem presidencial, na qual ele definiu o processo como "a regra de ouro de todas as nações civilizadas do mundo, independentemente de seu regime político ou de sua ideologia, onde as Forças Armadas devem subordinar-se à autoridade civil instituo-

nalmente estabelecida".

Como, segundo a Constituição argentina, o presidente é o comandante-em-chefe de todas as forças armadas, foi eliminado das três armas o cargo de comandante do exército, da marinha e da aeronáutica. Agora, elas dependem do ministro da Defesa através dos respectivos chefes de estado maior. Isto provocou o primeiro atrito entre o novo governo e os militares, nos dias anteriores à mudança de autoridades.

Alfonsín pediu que Bignone decretasse com sua assinatura uma nova Lei de Ministérios, estabelecendo a competência de cada pasta, de modo a poder tomar o juramento de seus ministros pouco depois de empunhar o bastão de comando que simboliza o poder, sem necessidade de esperar que o Congresso discutisse a nova lei ministerial.

Bignone aceitou, mas, sob pressão militar, fez reparos aos dispositivos da lei que retiram as fábricas de armas da jurisdição militar, eliminando as cláusulas que tornavam compulsória a entrega da presidência dessas empresas a militares a ativa.

O ministro da Defesa, Raúl Borrás, um amigo íntimo de Alfonsín que organizou a estratégia eleitoral, foi acusado pela revista católica de extrema direita *Cabildo* de haver visitado Cuba e de ter participado de um Festival da Juventude em Moscou, há mais de 10 anos. Borrás não aceitou as emendas de Bignone e indicou dois caminhos possíveis: a lei teria de ser promulgada assim como havia sido redigida pela equipe de Alfonsín ou, caso contrário, esperaria até ser aprovada pelo Congresso.

Os militares cederam e assinaram o decreto. Mas o episódio mostrou um tipo de mentalidade que não será facilmente neutralizada.

## Os novos chefes

Outro caso que merece atenção foi a nomeação, como chefe do estado maior conjunto e como chefe do estado maior do exército, respectivamente, dos generais de brigada Julio Alfredo Fernández Torres e Jorge Hugo Arguinguey (sem H e sem parentesco com o ex-ministro do Interior, Albano Harguinguey). As informações divulgadas, no mesmo dia, das duas nomeações por jornais de Buenos Aires coincidiram em afirmar que se trata de dois profissionais sem interesses e sem antecedentes políticos. No entanto, isso não parece verdade. Fernández Torres foi interventor militar na Confederação Geral do Trabalho nos primeiros anos do "processo" militar, durante a licença do titular daquele cargo, o comodoro Julio Porcile. Naquela época, ele foi punido pela justiça civil por não responder a um pedido judicial de habeas-corpus por um sequestrado. Isso não quer dizer que





As torças armadas derrotadas nas Malvinas...

necessariamente ele tenha sido o responsável pelo sequestro, mas pelo menos indica que seu respeito pelos funcionários judiciais entrou em choque com o espírito de corporação e com a solidariedade dos camaradas de arma. Exatamente o contrário do que Alfonsín exige para a nova etapa.

Sobre Arguindeguy, afirma-se que é “nacionalista”, coisa que na política argentina quer dizer pelo menos 42 coisas diferentes, segundo quem o diga. Sua candidatura para o cargo começou a ser mencionada em outubro, no caso de uma hipotética vitória do peronista Italo Luder. Também Arguindeguy teve participação no projeto militar de dominação da classe trabalhadora, como integrante da Comissão de Assessoramento Legislativo (CAL), integrada por oficiais das três armas, que funcionavam às vezes como Senado da monarquia constitucional militar, implantada em 76.

De todos os modos, a indicação desses generais, tidos como os mais modernos de seu nível, implicou a aposentadoria compulsória de duas dezenas de colegas. O respeitado colunista político Joaquim Morales Solá adiantou no jornal *Clarín* que “não ficarão mais de 10 ou 15 dos atuais generais. Muitos sairão em consequência das novas nomeações e outros serão convidados a se aposentar. Ao todo, mais de 40 membros do alto comando do exército irão para casa. O governo de Alfonsín não pretende promover mais de 12 ou 13 coronéis. Assim, o exército, que foi comandado até agora por cerca de 60 generais, será dirigido no futuro imediato por pouco mais de 20”.

Não há notícias de um expurgo igual a este nos tempos recentes da Argentina. O ex-presidente Cámpora mandou para casa nove generais de divisão em 1973, e até os golpistas antiperonistas de 55 deixaram em seus cargos durante um tempo, uma boa parte dos generais de Perón.

26 - terceiro mundo



...deixaram o aparelho produtivo quase destruído

### Modernização econômica

A reforma militar tornou-se inadiável depois da guerra com a Grã-Bretanha. Alfonsín explicou: “Temos o firme propósito de dotar as Forças Armadas de uma clara doutrina de defesa nacional, eliminando definitivamente a chamada doutrina de segurança nacional, que tantos transtornos já ocasionou à vida interna e internacional do país, ao fixar como objetivos das organizações militares, metas que não eram aceitáveis pela Nação, como comunidade democrática”. Na opinião do novo presidente, “sem um governo legítimo, sem instrução, sem desenvolvimento, sem uma população adequadamente alimentada e com sua saúde protegida, nenhum exército poderá garantir a defesa da Nação. Numa sociedade doente e paralisada, suas forças armadas adoecem e se paralisam. Numa sociedade em crescimento e que oferece realizações, elas crescem e se realizam”.

“Numa sociedade seriamente ferida em seu patrimônio moral, com lesões profundas deixadas por problemas de uma tal magnitude como as sequelas da violência, que durante todos esses anos afetou nossa convivência, com uma hiperinflação e com o aparelho produtivo mais ou menos destruído, nós nos encontramos também com nossas forças armadas derrotadas nas Malvinas, atingidas pelo exercício das responsabilidades de governo junto com as responsabilidades bélicas, hipertrofiadas pela multiplicidade de assuntos em que se envolvem e que são claramente privativos da sociedade civil. Tudo isso criou, em definitivo, sérios problemas para que os militares cumprissem a finalidade principal para a qual foram treinados, que é a de garantir a nossa defesa frente a uma agressão externa.”

O presidente anunciou que seu objetivo é a

no. 62 - janeiro - 1984





Um decreto de Alfonsín processou os generais Videla,...

“modernização, que deverá implicar algumas mudanças estruturais que serão executadas paulatinamente”. Entre essas mudanças a serem executadas pelo ministério da Defesa, estará sem dúvida a “integração e complementação” das três forças que, como disse Alfonsín, “não são ilhas perdidas num oceano”, uma metáfora com um involuntário sabor malvinense.

“Essa integração e complementação deveriam aumentar o aproveitamento e a utilização de nossos recursos, com a consequente redução do orçamento em quantias que possam ser canalizadas para satisfazer as outras áreas do governo.”

Esta é uma necessidade imperiosa para um governo que necessita reduzir drasticamente o déficit orçamentário, que é de 13% do Produto Interno Bruto (PIB), exatamente equivalente aos gastos militares. Esse déficit deve ser reduzido em 84, com vistas a suprimir num futuro não muito longínquo, o recrutamento de soldados, uma das promessas eleitorais de Alfonsín que teve mais apoio do eleitorado, abalado pela guerra e pela derrota nas Malvinas.

#### As responsabilidades

Mesmo antes do embarque das delegações es-  
1984 – janeiro – no. 62



...Galtieri e Viola “por terem semeado a dor, o terror e a morte”



Bignone (cabelos brancos, à esq.), o último presidente militar, deixa cabisbaixo a Casa Rosada

trangeiras que assistiram a cerimônia de posse, Alfonsín convocou o Congresso para sessões extraordinárias, para discutir um pacote de medidas vinculadas às forças armadas, cujos itens principais, como já se sabe, são os seguintes:

– a anulação da lei de auto-anistia baixada pela última junta militar. A declaração de inconstitucionalidade desta lei deixa aberta a porta para que a justiça investigue e castigue as violações aberrantes dos direitos humanos praticadas tanto pelo terrorismo como pela repressão;

– a declaração de incompetência da justiça militar para julgar delitos comuns cometidos por militares. Os recursos serão feitos perante tribunais civis. Não julgamento de civis por tribunais militares. Revisão das sentenças aplicadas a civis por tri-



bunais militares;

– eliminação da legislação repressiva do governo, de fato, e recuperação da vigência da legislação anterior sobre questões de segurança;

– lei de proteção à ordem constitucional, com penas graves contra quem a desrespeitar;

– punição da tortura com penas iguais às do homicídio. Prisão perpétua para quem causar lesões gravíssimas ou morte a um preso submetido à tortura.

Nas leis incluídas no pacote, é feita uma distinção de três níveis de responsabilidade tanto entre militares como entre as organizações guerrilheiras – os que planejaram e supervisionaram uma metodologia e deram ordens; os que, por crueldade, perversidade e cobiça, se excederam no cumprimento dessas decisões; e os que se limitaram a cumprir ordens, sob pressão da propaganda de uma teoria totalitária de segurança nacional, capaz de dar a impressão de que essas ordens eram legítimas. Alfonsín anunciou que havia ordenado o julgamento daqueles “que semearam a dor, terror e morte em todo o território argentino”; exigiu que sejam processados os responsáveis principais do terrorismo em tribunais civis; e que a justiça militar julgue a metodologia usada na repressão ao terrorismo.

O decreto que mandou processar os generais Videla, Viola e Galtieri, os almirantes Massera, Lambruschini e Anaya, e os brigadeiros Agosti, Graffigna e Lami Dozo afirma que “entre 1976 e 1979, milhares de pessoas foram privadas ilegalmente de sua liberdade, torturadas e mortas como resultado da aplicação de procedimentos de luta inspirados na doutrina totalitária da segurança nacional”. O texto diz também que “todos os habitantes do país e especialmente os quadros subalternos das forças armadas ficaram expostos a uma intensa e prolongada campanha de ação psicológica destinada a criar a convicção de que os agentes da subversão, uma categoria difusa que englobava tanto os verdadeiros terroristas como meros dissidentes ou críticos da ordem social, mereciam ser colocados fora da sociedade e até privados da condição humana, sem qualquer tipo de proteção jurídica”.

O julgamento de nove comandantes-em-chefe das forças armadas não tem precedentes na história da Argentina. Da mesma forma que não têm precedentes as atrocidades que eles desencadearam no país. Alfonsín garantiu que a democracia não poderá ficar inerte e nem indefesa, razão pela qual ele afirmou que os juízes atuarão com o exclusivo objetivo ético de que se realize a justiça. O problema agora será como distinguir o militar que sequestrou e matou por crueldade, daquele que fez isso cumprindo ordens, sob pressão da propaganda que pretendia legitimar a doutrina da segurança nacional. ●

28 - terceiro mundo

Argentina

## A longa noite do terror



**R**odolfo Walsh me ditou esta “Carta Aberta de um Escritor à Junta Militar” enquanto percorria o pequeno lote de terreno que rodeava sua casa em San Vicente, tomando medidas e fazendo marcações na terra. Tinha comprado numa banca de jornais um manual para agricultores principiantes e imaginava que poderia subsistir vendendo colheitas fantásticas. Por que não, se um livreto semelhante adquirido num sebo de Havana tinha-o introduzido nos caminhos da criptografia e tinha-lhe permitido decifrar um telex que punha a descoberto o treinamento pela CIA de mercenários na Guatemala para invadir Cuba?

Um dos poucos ofícios que lhe faltava desempenhar era o de agricultor. Não teve tempo. A 25 de março de 1977, saiu de San Vicente pela manhã, para distribuir a carta e fazer algumas visitas marcadas. Chegou a despachar as primeiras cópias por correio para os jornais e revistas de Buenos Aires, que não a publicaram nem informaram sobre a captura de seu autor, nessa mesma tarde, por forças militares. Tampouco mencionaram a destruição a balas de canhão e posterior saque dessa casinha nos arredores de Buenos Aires, cujo tí-

no. 62 – janeiro – 1984



tulo de propriedade trazia consigo (porque o empregado da imobiliária entregou-lhe ao vê-lo passar pela rua rumo à estação da estrada-de-ferro). Também silenciaram sobre as gestões que seus familiares e amigos realizaram perante as autoridades argentinas e sobre a carta que mandaram a Patricia Derian quando de sua visita a Buenos Aires, responsabilizando também o governo dos Estados Unidos pela vida de Rodolfo.

Uma pessoa que falou no México com outra pessoa que falou em Buenos Aires com outra pessoa que esteve detida na Escola de Mecânica da Marinha, escreveu a uma outra pessoa que Walsh tinha resistido à tentativa de sequestro, tinha sido baleado na rua e seu corpo já sem vida, levado para esse centro de operações da marinha, onde seus carrascos contemplaram esse homem pequeno e quase calvo, que acabava de completar 50 anos e que foi o intelectual mais valioso e exemplar da Argentina de nosso tempo. E o fizeram com a mesma mescla de temor e reverência com que dez anos antes os verdugos de Nanchahuazú observaram um outro homem mais alto e mais jovem, por quem Walsh tinha uma admiração sem limites.<sup>1</sup>

Os últimos tempos foram duros para ele. Em 1976, morreram com as armas nas mãos, sua filha María Victoria e seu amigo Francisco Paco Urondo. Walsh chorou com os olhos azuis e as lágrimas inesgotáveis que só os irlandeses que nunca choram têm quando choram. Toda vez que podia, e eram muitas, achava tempo para se encontrar com velhos amigos, com quem podia falar em confiança sem otimismo artificiosos, mas ao mesmo tempo sem complacências nem rancores, com a seriedade que punha em todos os fatos de sua vida pública, privada ou secreta.

“O pecado não é falar, é cair”, contava ele que tinha dito numa discussão com companheiros que redigiam ilusórias cartilhas com recomendações ideológicas para se resistir à tortura nem falar. “O pecado não é falar, é cair”, tinha-lhes refutado Rodolfo, talvez acomodando melhor entre as pernas um pequeno revólver de algum calibre microscópico que ele trazia escondido num lugar inverossímil. “Não é para matar, mas para que me matem”, explicava quando as gargalhadas gerais lhe permitiam se explicar.

A carta que aqui reproduzimos hoje é um balanço estrito do primeiro ano do regime militar que acabava de se completar, quando a maioria do país ignorava tudo o que hoje começa a saber e a Junta planejava fundar uma regência militar de pelo menos um quarto de século.

Fazia cerca de três anos que os textos que saíam de sua mão de narrador excepcional não tra-

ziam nem a assinatura nem as iniciais que se tornaram famosas quando investigou e denunciou os fuzilamentos irregulares de 17 civis na “Operação Massacre” de 1957, precursores da metodologia que se generalizaria e aperfeiçoaria 15 anos depois, ou quando colocou em evidência a coincidência de interesses entre um setor sindical e o *establishment* militar que em 1966 realizou o primeiro golpe institucional deste século na Argentina, prenunciando o de 1976.



Rodolfo Walsh (de perfil, à dir.), com o escritor Miguel Angel Asturias em Havana (1960)

Naquele momento crítico, quando tudo desmoronava ao seu redor, Rodolfo se isolou, em sua casa numa ilha do Tigre, junto ao rio. Ali ele abandonou o anonimato dos documentos de organização, as discussões metodológicas, os questionamentos ideológicos e os sistemas de segurança. E decidiu colocar seu nome, sua assinatura e seu número de documento de identidade ao pé destas páginas, que serão imprescindíveis para a história da longa noite que estamos deixando para trás. (*H. Verbitsky*)

### Carta aberta de Rodolfo Walsh à Junta Militar

1. A censura à imprensa, a perseguição a intelectuais, a invasão do meu domicílio no Tigre, o assassinato de amigos queridos, e a perda de uma filha que morreu combatendo-os, são alguns dos fatos que me obrigam a esta forma de expressão clandestina depois de haver opinado livremente como escritor e jornalista durante quase 30 anos.

O primeiro aniversário dessa Junta Militar motivou um balanço da ação do governo em documentos e discursos oficiais no qual o que vocês cha-

<sup>1</sup>O autor se refere ao também argentino “Che” Guevara, morto em 1968 em Nanchahuazú, Bolívia.



mam de acertos são erros, o que reconhecem como erros são crimes e o que omitem são atrocidades.

A 24 de março de 1976 vocês derrubaram um governo do qual faziam parte, para cujo desprestígio contribuíram como executores de sua política repressiva e cujo término estava selado por eleições convocadas para nove meses mais tarde. Nessa perspectiva, o que vocês liquidaram não foi o mandato transitório de Isabel Martínez, mas a possibilidade de um processo democrático onde o povo remediasse males que vocês continuaram e agravaram.

Legítimo em sua origem, o governo que exercem poderia ter se legitimado nos fatos se tivesse recuperado o programa aprovado nas eleições de 1973, por 80% dos argentinos, e que segue de pé como expressão objetiva da vontade do povo. Esse seria o único significado possível desse "ser nacional" que vocês invocam tão frequentemente.

Invertendo esse caminho, vocês restauraram a corrente de idéias e interesses de minorias derrotadas que paralisam o desenvolvimento das forças produtivas, exploram o povo e desagregam a Nação. Uma política semelhante só pode ser imposta transitoriamente proibindo os partidos, intervindo nos sindicatos, amordaçando a imprensa e implantando o terror mais profundo que a sociedade argentina já conheceu.

2. Quinze mil desaparecidos, dez mil presos, quatro mil mortos, dezenas de milhares de exilados, são a cifra crua desse terror.<sup>2</sup>

Saturadas as prisões comuns, vocês criaram nas principais guarnições do país virtuais campos de concentração onde não entra nenhum juiz, advogado, jornalista, observador internacional. O segredo militar dos procedimentos, invocado como necessidade da investigação, torna a maioria das detenções em sequestros que permitem a tortura sem limite e o fuzilamento sem sentença.<sup>3</sup>

Mais de sete mil recursos de habeas-corpus foram respondidos negativamente neste último ano. Em outros milhares de casos de desaparecimento, o recurso nem sequer foi apresentado porque se conhece de antemão sua inutilidade ou porque não se encontra advogado que ouse apresentá-lo depois que os 50 ou 60 que o fizeram, foram, por sua vez, sequestrados.

Desse modo, vocês estabeleceram uma tortura

<sup>2</sup>Em 1982, os desaparecidos totalizaram 30 mil, os presos 20 mil e os mortos chegaram a seis mil. O número de exilados foi avaliado em um milhão.

<sup>3</sup>Desde janeiro de 1977 a Junta começou a publicar listas incompletas de novos detidos e de "libertados" que na sua maioria não são senão processados que deixam de estar à sua disposição mas continuam presos. Os nomes de milhares de prisioneiros são ainda segredo militar e as condições para sua tortura e posterior fuzilamento permanecem inalteradas.

sem limite de tempo. Como o detento não existe, não há possibilidade de apresentá-lo ao juiz passados dez dias, segundo manda uma lei que foi respeitada até mesmo nos auges repressivos de ditaduras anteriores.

A falta de limite no tempo foi complementada pela falta de limite nos métodos, retrocedendo a épocas em que se agiu diretamente sobre as articulações e as vísceras das vítimas, agora com auxiliares cirúrgicos e farmacológicos de que não dispunham os antigos verdugos. O "potro", o "torno", o esfolamento, a serra dos inquisidores medievais, reaparecem nos testemunhos de presos, juntamente com o choque elétrico, o "submarino", o "maçarico" ou outras atualizações contemporâneas.<sup>4</sup>

Mediante sucessivas concessões ao pressuposto de que o fim de exterminar a guerrilha justifica os meios que usam, vocês chegaram à tortura absoluta, intemporal, metafísica, na medida em que o objetivo original de extrair informação se extravai nas mentes perturbadas que a administram para ceder ao impulso de machucar a substância humana até quebrá-la e fazê-la perder a dignidade que o verdugo já não tem mais e que vocês mesmos perderam.

3. A negativa dessa junta de publicar os nomes dos prisioneiros encobre também uma sistemática execução de reféns em lugares descampados e em horas da madrugada com o pretexto de forjados combates e imaginárias tentativas de fuga.

Extremistas que distribuem panfletos no campo, picham os muros ou se amontoam às dezenas em veículos que se incendiam são os estereótipos de uma estória que não foi feita para ser acreditada, mas para burlar a reação internacional diante de execuções em regra, enquanto que no âmbito interno se enfatiza o seu caráter de represálias efetuadas nos próprios lugares e na data imediata às ações guerrilheiras.

Setenta fuzilados após a bomba na Segurança Federal, 55 em resposta à explosão do Departamento de Polícia de La Plata, 30 pelo atentado no ministério de Defesa, 40 no massacre de Ano Novo que se seguiu à morte do coronel Castellanos, 19 após a explosão que destruiu o comissariado de Ciudadela fazem parte de 1.200 execuções em 300 supostos combates onde o adversário não teve feridos e as forças sob seu comando não tiveram mortos.

Depositários de uma culpa coletiva abolida nas

<sup>4</sup>O dirigente peronista Jorge Lizaso foi esfolado em vida, o ex-deputado radical Mario Maya morto a bordoadas, o ex-deputado Muñiz Barreto teve a cabeça destroncada de um só golpe. Testemunho de uma sobrevivente: "Picadas nos braços, nas mãos, nas coxas, perto da boca cada vez que chorava ou rezava. (...) A cada 20 minutos abriam a porta e me diziam que iam fazer presunto de mim com a máquina de serra que se escutava".



normas civilizadas de justiça, incapazes de influir na política que dita os feitos pelos quais são retaliados, muitos desses reféns são delegados sindicais, intelectuais, familiares de guerrilheiros, opositores não-armados, simples suspeitos a quem se mata para equilibrar a balança das baixas segundo a doutrina estrangeira de "conta-cadáveres" que usaram os SS alemães nos países ocupados e os invasores no Vietnã.

O extermínio de guerrilheiros feridos ou capturados em combates reais é de qualquer forma uma evidência que surge dos comunicados militares que, em um ano, atribuíram à guerrilha 600 mortos e apenas 10 a 15 feridos, proporção desconhecida nos mais encarniçados conflitos. Esta impressão é confirmada por um exemplar jornalístico de circulação clandestina que revela que entre 18 de dezembro de 1976 e 3 de fevereiro de 1977, em 40 ações reais, as forças governistas tiveram 23 mortos e 40 feridos e a guerrilha 63 mortos.<sup>5</sup>

Mais de cem processados foram igualmente mortos em tentativas de fuga cujo relato oficial tampouco está destinado a obter credibilidade. Serve na verdade para prevenir a guerrilha e os partidos de que os presos políticos reconhecidos também fazem parte da reserva estratégica das represálias de que dispõem os comandantes de Corpo segundo o andamento dos combates, a conveniência didática ou o humor do momento.

Foi assim que o general Benjamín Menéndez, chefe do 3º Corpo do Exército, ganhou seus lauréis, antes de 24 de março, com o assassinato de Marcos Osatinsky detido em Córdoba, e depois com a morte de Hugo Vaca Narvaja e outros 50 prisioneiros em variadas aplicações da lei de fuga executadas sem piedade e narradas sem pudor.<sup>6</sup>

O assassinato de Dardo Cabo, detido em abril de 1975, fuzilado a 6 de janeiro de 1977 com outros sete prisioneiros sob jurisdição do 1º Corpo do Exército, comandado pelo general Suárez Mason, revela que esses episódios não são abusos de alguns centuriões alucinados, mas a própria política que vocês planejam em seus estados-maiores, discutem em suas reuniões de gabinete, impõem como comandantes-em-chefe das três armas e apro-

<sup>5</sup>"Cadena Informativa", mensagem nº 4, fevereiro de 1977.

<sup>6</sup>Uma versão exata aparece nesta carta dos presos no presídio de Encusados ao bispo de Córdoba, monsenhor Primatesta: "A 17 de maio, foram retirados com o pretexto de ir à enfermaria seis companheiros que logo foram fuzilados. Trata-se de Miguel Angel Mosse, José Svagusa, Diana Fidelman, Luis Verón, Ricardo Yung, Eduardo Hernández, cuja morte em uma tentativa de fuga foi informada pelo 3º Corpo do Exército. A 29 de maio, foram retirados José Pucheta e Carlos Sgadurra. Este último havia sido castigado a ponto de não poder manter-se em pé, sofrendo várias fraturas dos membros. Depois apareceram também fuzilados em uma tentativa de fuga".



"O que vocês, militares, reconhecem como erro foi crime e o que omitem são atrocidades"

vam como membros da Junta de governo.

4. Entre 1.500 e 3 mil pessoas foram massacradas em segredo depois que vocês proibiram informar sobre descobertas de cadáveres. Mas mesmo assim alguns casos foram revelados, por causa do envolvimento de outros países, por sua magnitude genocida ou pelo espanto provocado entre suas próprias forças.<sup>7</sup>

Vinte e cinco corpos mutilados apareceram entre março e outubro de 1976 nas costas uruguaias, pequena parte talvez do carregamento de torturados até a morte na Escola de Mecânica da Marinha, lançados no rio da Prata por barcos dessa força, incluindo o menino de 15 anos Floreal Avellaneda, de pés e mãos atados, "com contusões na região anal e fraturas visíveis" segundo sua autópsia.

Um verdadeiro cemitério lacustre foi descoberto em agosto de 1976 por um habitante da região que nadava nas águas do lago San Roque, em Cór-

<sup>7</sup>Nos primeiros 15 dias de governo militar, apareceram 63 cadáveres, segundo os jornais. Uma projeção anual dá a cifra de 1.500. A possibilidade de que pode elevar-se ao dobro se fundamenta tanto no fato de que desde janeiro de 1976 a informação jornalística era incompleta como no aumento global da repressão depois do golpe. Uma estimativa global verossímil das mortes produzidas pela Junta é a seguinte: mortos em combate: 600; fuzilados: 1.300; executados em segredo: 2.000; diversos: 100; total: 4.000.



do. A informação foi comunicada à delegacia policial, que não a recebeu, e foi levada ao conhecimento dos jornais, que não a publicaram.<sup>8</sup>

Trinta e quatro cadáveres em Buenos Aires entre 3 e 9 de abril de 1976, oito em San Telmo a 4 de julho, dez no rio Luján a 9 de outubro, servem de moldura para os massacres de 20 de agosto que empilharam 30 mortos a 15 quilômetros do Campo de Mayo, além dos 17 em Lomas de Zamora.

Nesses enunciados se esgota a ficção de grupos de direita supostos herdeiros da AAA (Aliança Anticomunista Argentina) de López Rega, capazes de atravessar a maior guarnição do país em caminhões militares, de entulhar de mortos o rio da Prata ou de lançar prisioneiros ao mar utilizando transportes da 1ª Brigada Aérea<sup>9</sup> sem que o general Videla, o almirante Massera, o brigadeiro Agosti tomassem conhecimento. Os 3A são hoje as 3 Armas e a Junta que vocês presidem não é o fiel da balança entre "violências de distintas origens", nem o árbitro justo entre "dois terrorismos", mas a própria fonte do Terror, que perdeu a arrogância e só pode balbuciar o discurso da morte.<sup>10</sup>

A mesma continuidade histórica liga o assassinato do general Carlos Pratts, durante o governo anterior, com o sequestro e morte do general Juan José Torres, Zelmar Michelini, Héctor Gutiérrez Ruiz e dezenas de asilados nos quais se quis assassinar a possibilidade de processos democráticos no Chile, Bolívia e Uruguai.<sup>11</sup>

A indubitável participação nesses crimes do Departamento de Assuntos Estrangeiros da Polícia Federal, dirigido por oficiais com insígnia da CIA, através da AID (como os comissários Juan Gattei e Antonio Gettor, submetidos eles próprios à autoridade de Gardener Hathaway, *Station Chief* da CIA na Argentina), é motivo de futuras revelações como as que hoje abalam a comunidade internacional, que não hão de se esgotar mesmo quando for esclarecido o papel dessa agência e de altos chefes do exército, encabeçados pelo general Menéndez, na criação da Central (*Loggia*) Libertadora da América, que substituiu os 3A até que seu papel

<sup>8</sup>Carta de Isaías Zanotti, divulgada pela Ancla, Agência Clandestina de Notícias.

<sup>9</sup>"Programa" dirigido entre julho e dezembro de 1976 pelo brigadeiro Mariani, chefe da 1ª Brigada Aérea do Palomar. Usaram-se transportes Fokker F-27.

<sup>10</sup>O chanceler vice-almirante Guzzetti em reportagem publicada por *La Opinión*, em 03/10/76, admitiu que "o terrorismo de direita não é um terrorismo, mas um 'anticorpo'."

<sup>11</sup>O general Pratts, último ministro do Exército do presidente Allende, morto por uma bomba em setembro de 1974. Os ex-parlamentares uruguaios Michelini e Gutiérrez Ruiz apareceram cheios de ferimentos a 02/05/76. O cadáver do general Torres, ex-presidente da Bolívia, apareceu a 02/06/76, depois que o ministro do Interior e ex-chefe de Polícia de Isabel Martínez, general Harguindeguy, acusou-o de "similar" seu sequestro.

global foi assumido por essa Junta em nome das 3 Armas.

Este quadro de extermínio não exclui sequer o ajuste pessoal de contas, como o assassinato do capitão Horácio Gándara, que há uma década investigava irregularidades de altos chefes da marinha, o do jornalista da *Prensa Libre*, Horacio Novillo, apunhalado e queimado depois que esse jornal denunciou as conexões do ministro Martínez de Hoz com monopólios internacionais.

À luz desses episódios, a definição da guerra pronunciada por um de seus chefes assume seu significado final: "A luta que empreendemos não reconhece limites morais nem naturais, realiza-se acima do bem e do mal".<sup>12</sup>

5. Esses fatos, que abalam a consciência do mundo civilizado, não são contudo os que trouxeram maiores sofrimentos ao povo argentino, nem as piores violações dos direitos humanos em que vocês incorrem. Na política econômica desse governo, deve-se buscar não só a explicação de seus crimes mas de uma atrocidade maior que castiga milhões de seres humanos com a miséria planejada.

Em um ano, vocês reduziram o salário real dos trabalhadores em 40%, diminuindo sua participação na receita nacional em 30%, aumentando de 6 a 18 horas a jornada de trabalho necessária a um trabalhador para pagar o sustento familiar,<sup>13</sup> ressuscitando assim formas de trabalho forçado que não persistem nem nos últimos redutos coloniais.

Congelando salários a coronhadas, enquanto os preços sobem nas pontas das baionetas, abolindo toda forma de reivindicação coletiva, proibindo assembleias e comissões internas, estendendo horários, elevando o desemprego ao recorde de 9%<sup>14</sup> e prometendo aumentá-lo com 300 mil novos demitidos, fizeram retroceder as relações de produção ao início da era industrial. Quando os trabalhadores quiseram protestar foram classificados de subversivos. Organizações sindicais inteiras foram sequestradas. Em alguns casos, as vítimas apareceram mortas, e em outros simplesmente não apareceram.<sup>15</sup>

Os resultados dessa política foram fulminantes. Neste primeiro ano de governo, o consumo de alimentos diminuiu em 40%, o de roupas mais de 50%, o de remédios desapareceu praticamente nas

<sup>12</sup>Tenente coronel Hugo Ildebrando Pascarelli, segundo *La Razón*, de 12/06/76. Chefe do Grupo I de Artilharia de Ciudadela, Pascarelli é o suposto responsável por 33 fuzilamentos entre 5 de janeiro e 3 de fevereiro de 1977.

<sup>13</sup>União dos Bancos Suíços, dados correspondentes a junho de 1976. Depois, a situação agravou-se ainda mais.

<sup>14</sup>*Jornal Clarín*.

<sup>15</sup>Entre os dirigentes nacionais sequestrados encontram-se Mario Aguirre, da ATE, Jorge Di Pasquale, de Farmácia, Oscar Smith, de Luz e Força. Os sequestros e assassinatos de delegados foram particularmente graves entre metalúrgicos e navais.



camadas populares. Já existem zonas da Grande Buenos Aires onde a mortalidade infantil supera 30%, cifra que nos iguala ao Benin ou às Guianas; enfermidades como a diarreia de verão, as parasitoses e até a raiva, em que as cifras sobem a níveis mundiais ou os superam. Como se essas metas fossem desejadas e buscadas, vocês reduziram o orçamento da saúde pública a menos de um-terço dos gastos militares, suprimindo até os hospitais gratuitos enquanto que centenas de médicos, profissionais e técnicos se somam ao êxodo provocado pelo terror, pelos baixos salários ou pela "racionalização".

Basta andar umas horas pela Grande Buenos Aires para comprovar a rapidez com que semelhante política torna-a uma favela miserável de dez milhões de habitantes. Cidades às escuras, bairros inteiros sem água porque as indústrias monopolistas destróem os canais subterrâneos, milhares de quarteirões convertidos em um só buraco porque vocês só pavimentam os bairros militares e só enfeitam a Plaza de Mayo, um dos maiores rios do mundo contaminado em todas as suas margens porque os sócios do ministro Martínez de Hoz lançam nele seus resíduos industriais e a única medida de governo que vocês tomaram foi proibir que as pessoas se banhem em suas águas.

Nem mesmo nas metas abstratas da economia, as que se referem "ao país", vocês foram mais felizes. Um decréscimo do produto bruto que beira os 3%, uma dívida externa que alcança 600 dólares por habitante, uma inflação anual de 400%, um aumento do capital circulante que numa só semana de dezembro chegou aos 9%, uma queda de 13% no investimento interno constituem também recordes mundiais, consequência incomum da fria deliberação e da pura inépcia.

Enquanto todas as funções criadoras e protetoras do Estado se atrofiam até dissolver-se na pura anemia, apenas a guerra cresce e se torna autônoma. O 1,8 bilhão de dólares que equivalem à metade das exportações argentinas orçados para Segurança e Defesa em 1977, quatro mil novos alistamentos de agentes na Polícia Federal, doze mil na província de Buenos Aires com salários que são o dobro do de um operário industrial e o triplo do de um diretor de escola, enquanto que em segredo se elevam os próprios salários militares em 120% a partir de fevereiro, provam que não há congelamento nem desemprego no reino da tortura e da morte, único campo da atividade argentina onde o produto cresce e onde a cota por guerrilheiro abtido sobe mais rápido que o dólar.

6. Ditada pelo Fundo Monetário Internacional, segundo uma fórmula que se aplica indistintamente ao Zaire e ao Chile, ao Uruguai e à Indonésia, a política econômica dessa Junta só reconhece como beneficiários a velha oligarquia pecuária, a nova

oligarquia especuladora e um grupo seletivo de monopólios internacionais encabeçados pela ITT, Esso, automotores, U. S. Steel, Siemens, aos quais o ministro Martínez de Hoz e todos os membros de seu gabinete estão ligados pessoalmente.

Um aumento de 722% nos preços da produção animal em 1976 define a magnitude da restauração oligárquica empreendida por Martínez de Hoz em consonância com o credo da Sociedade Rural exposto por seu presidente Celedonio Pereda: "Enche de espanto que certos grupos pequenos porém ativos continuem insistindo que os alimentos devam ser baratos"<sup>16</sup>.

O espetáculo de uma Bolsa de Comércio onde, em uma semana, foi possível para alguns ganhar 100 e 200% sem trabalhar, onde há empresas que da noite para o dia duplicaram seu capital sem produzir mais do que antes, a roda-viva da especulação em dólares, letras, valores reajustáveis, a simples agiotagem que já calcula os juros por hora, são fatos bem curiosos sob um governo que se propunha a acabar com "o festim dos corruptos".

Desnacionalizando bancos coloca-se a poupança e o crédito nacional em mãos dos bancos estrangeiros; indenizando a ITT e a Siemens, dá-se um prêmio a empresas que burlaram o Estado; restituindo os postos de gasolina, aumenta-se os ganhos da Shell e da Esso; rebaixando as tarifas alfandegárias, criam-se empregos em Hong Kong ou Singapura e desemprego na Argentina. Diante do conjunto desses fatos cabe perguntar quem são os apátridas dos comunicados oficiais, onde estão os mercenários a serviço de interesses estrangeiros, qual é a ideologia que ameaça a vida nacional.

Se uma propaganda opressora, reflexo disforme de ações cruéis, não afirmasse que essa Junta busca a paz, que o general Videla defende os direitos humanos ou que o almirante Massera ama a vida, ainda caberia pedir aos senhores comandantes-em-chefe das 3 *Armas* que meditassem sobre o abismo a que conduzem o país sob a ilusão de ganhar uma guerra que, ainda que matasse o último guerrilheiro, não deixaria de recomeçar com novas formas, porque as causas que há mais de 20 anos movem a resistência do povo argentino não teriam desaparecido e sim se agravado pela memória do estrago causado e pela revelação das atrocidades cometidas.

Essas são as reflexões que no primeiro aniversário de seu funesto governo quis fazer chegar aos membros dessa Junta, sem esperança de ser ouvido, com a certeza de ser perseguido, mas fiel ao compromisso que assumi faz muito tempo de prestar testemunho em momentos difíceis.

Rodolfo Walsh, C. I. 2845022.

Buenos Aires, 24 de março de 1977.

<sup>16</sup>*Prensa Libre*, 16/12/76.



Augusto Conte

## O deputado dos direitos humanos



“Direitos humanos ao Parlamento”, foi a palavra-de-ordem da campanha de Augusto Conte, que foi eleito deputado federal com 75 mil votos. Ele concorreu pelo Partido Democrata Cristão, obtendo mais votos do que a sua legenda. Na realidade, a sua candidatura não foi partidária. As listas com seu nome apareceram dentro de envelopes que incluíam também os nomes de candidatos radicais, peronistas ou intransigentes, para outros cargos eletivos, combinação possível pelo sistema eleitoral que permite o voto não vinculado.

Conte foi fundador da Democracia Cristã, em 1956, quando esta surgiu como uma força de direita, e durante anos atuou em seus organismos técnicos. Em 1972 foi procurador da Frente Justicialista de Libertação e ocupou cargos na equipe econômica do governo peronista.

Sua vida se transformou em 1976, quando Au-

gusto Maria, seu filho de 21 anos, que fazia o serviço militar na base aeronaval de Punta Indio, foi sequestrado. Augusto Maria Conte era militante da Juventude Peronista e tinha estado preso uma semana em 1974. Em 31 de janeiro de 1976 sua casa foi novamente invadida, mas não o encontraram; nesse mesmo dia se apresentava à base naval para prestar serviço militar, onde ficou sob vigilância permanente, dentro e fora. Não lhe davam a incumbência de montar guarda, sendo transferido para funções administrativas, até que em 7 de julho desapareceu depois de sair para realizar uma missão ordenada por seus superiores.

“Em abril de 1976, estive na Guatemala e um democrata-cristão me avisou que todos os militantes dessa tendência seriam mortos na Argentina. Eu preferi não acreditar nele”, lembra Conte. “Eu respeitava e admirava meu filho. No mesmo mês de abril, pouco depois do golpe, ele chegou em casa e nos disse que seus companheiros da Juventude Peronista tinham lhe prevenido de que ‘a barra ia ficar muito pesada’ e que tinha que desertar. Me consultou e eu opinei que se ele desertasse era um homem morto. Não quis contrariar seus pais e resolveu não dar ouvidos ao conselho de seus amigos. Fui um ingênuo. Não acreditei que a vida de meu filho estivesse correndo perigo.”

### Um homem de dois mundos

Os dias posteriores ao desaparecimento do jovem alteraram a escala de valores do pai. Foi procurar todos os seus amigos que ocupavam altos cargos políticos e militares no regime, em busca de notícias (“Eu era um homem de dois mundos; me alivia não ser mais”, afirma agora esse filho de um dirigente estudantil marxista e uma católica integralista). O chefe do serviço de inteligência naval, almirante González Llanos lhe disse: “Fique tranquilo, deve estar com alguma mulher”, e acabou lhe sugerindo que educasse melhor seus filhos. O ministro do Interior, general Harguindeguy, se limitou a reconhecer que não podia se tratar de um caso de deserção. O ministro da Economia Martínez de Hoz achou que ele “tinha sido preso em um confronto ou desertado”.

Com o secretário de Interesses Marítimos, capitão de navio (agora almirante) Carlos Noé Guevara, Conte teve um diálogo exemplar:

– Já não peço nada por meu filho. Só lhes digo que parem com esta loucura.

– Os civis não entendem de nada.

– Se querem matar, estabeleçam tribunais militares, julguem e fuzilem, mas não do jeito que estão fazendo.

– Não, não. Ao terceiro fuzilamento, a reação interna e externa nos fará parar. O que as pessoas



têm que fazer é pensar no desenvolvimento do país e não se meter com essas coisas.

Conte acredita que "o erro foi dos homens maduros, pois nós não tínhamos nada para oferecer a nossos filhos. Eles se sentiram muito sós e onipotentes. Fomos permissivos porque não tínhamos convicções, nem exemplos a dar, nem compromissos. Éramos uma geração fraca, e agora pretendemos não sê-lo tanto. Nós não somos pais de desaparecidos, somos pais e mães que, de certa forma, renascemos através de nossos filhos. Aprendemos muito".

Conte sustenta que as lideranças políticas, sociais e religiosas da Argentina, diante da repressão, passaram da surpresa ao medo, à impotência, ao silêncio e ao consentimento, ante-sala da cumplicidade. "As lideranças não mudaram substancialmente. Mas o país chegou a uma situação limite, e muitas coisas foram incorporadas à consciência coletiva. Isso, somado à auto-derrota militar, levou as lideranças pelo menos à possibilidade de defender as instituições".

### O paralelismo global

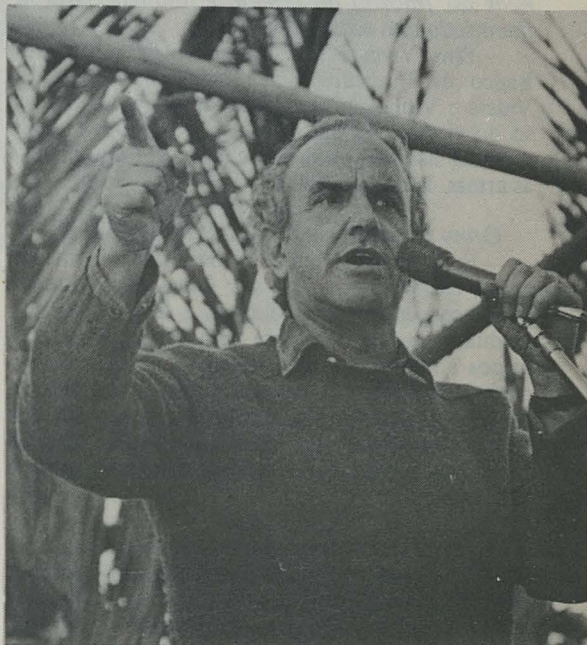
Depois do sequestro de Augusto Maria, Conte dedicou seis meses ao que genericamente chama de "proteger a minha família", sua esposa e outros quatro filhos. Em janeiro de 1977, se incorporou à Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos, o órgão político por excelência entre os organismos da mesma natureza. Nos anos seguintes foram surgindo novas organizações de familiares de detidos-desaparecidos. "Um grupo de pessoas da Assembléia entendeu que deviam se abrir novos espaços que não estavam cobertos, com um organismo que atuasse como ponta-de-lança. Assim nasceu o Centro de Estudos Legais e Sociais, em 1979, cujo propósito inicial foi a elaboração de documentos para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA", lembra Conte.

Em fins de 1978, Conte escreveu um ensaio que enviou aos bispos e à Comissão da OEA, intitulado "O paralelismo global", onde se tenta dar uma interpretação à estratégia repressiva. Conte deduzia que a decisão de fugir ao contexto legal, criando um sistema clandestino, fazia parte de um plano elaborado formalmente e assinado pelas principais figuras do regime. "A idéia central desse trabalho — diz Conte — era que dentro da pirâmide natural das instituições militares, operava outra pirâmide menor, a do aparelho repressivo — ambas com o mesmo vértice — na qual havia um grupo de pessoas estável e outro transitório, que entrava e saía".

*Isso era apenas uma dedução ou o sr. tinha alguma informação concreta?*

— Ainda não contávamos com nenhum dos tes-

temunhos importantes, de modo que se tratava de uma formulação teórica deduzida a partir de fatos. A essa altura a repetição evidenciava um sistema. As lideranças políticas, sindicais, religiosas, sabiam o que estava acontecendo, e o resto da população o ignorava. A Alemanha nazista era um antecedente claro: pode-se manipular a opinião pública durante um tempo prolongado, e ainda hoje continua a desinformação.



Conte: "Renascemos através de nossos filhos"

O Centro de Estudos Legais e Sociais assumiu a tarefa da denúncia pública dos métodos repressivos, ampliou o campo dos contatos no exterior e começou um trabalho de documentação, que a partir de 1980 resultou em informes periódicos e desde 1982, na edição de folhetos com temas específicos: o sequestro de soldados nas unidades militares, a repressão contra os adolescentes, a cooperação entre serviços de informação da Argentina e Uruguai, os campos de concentração, a repressão contra familiares etc.

Em 1981, a sede do Centro foi invadida e vários de seus diretores presos. "O objetivo dessa ação, feita com um mandato de busca que os militares deram para o juiz Anzoátegui autorizar, era se inteirar do material que tínhamos em nossos arquivos, que foram levados para o Batalhão 601 de Inteligência do Exército. Quando viram o que havia, disseram que com certeza tínhamos outro edifício com mais documentação".

Conte define esse momento como o ponto culminante, que mudou a correlação de forças entre o



governo militar e os organismos de direitos humanos. "Estivemos quatro dias presos, e o regime mostrou sua fraqueza. Já não tinha espaço para nos acusar, nem a nós nem a nossas relações com o exterior. Pela primeira vez, os jornais argentinos coletaram adesões à nossa causa, locais e do exterior, e o governo não conseguiu fazer nada contra".

*A manifestação dos primeiros sintomas categóricos do fracasso do projeto econômico teria influenciado essa alteração?*

— Sim. Vivia-se sob o impacto da falência do Banco de Intercâmbio Regional, e a luta entre Videla e Viola. Começou a ficar evidente o fracasso do sistema de parlamentarismo militar feudalizado. O sistema repressivo chegou até a luta entre as armas. Isso explodiu em 1980.

*Como se passou desse clima à mobilização?*

— É um processo lento. A mobilização começou antes, em 1979, quando sair à rua pelos direitos humanos parecia uma loucura, e foi se tornando gradualmente mais intensa. Em 79, houve alguns bispos à frente das manifestações. Em 80, os jornais começam a abrir espaços para informações até então censuradas, num movimento crescente que cobriu os anos de 81 e 82, até que depois das Malvinas até a rádio foi um meio disponível para a denúncia.

*A guerra das Malvinas é a grande fronteira...*

— Sim, porque ali o poder militar se quebrou, passando do equívoco à auto-derrota, sem intervalo. Esse período é muito importante. A forma como será tratada a questão militar e a apreciação sobre o estado do aparelho repressivo dependerão da avaliação que se faça desse período.

*Qual é a sua avaliação?*

— Acredito que o aparelho repressivo esteja desmantelado e que há muito espaço para avançar. O aparelho está quebrado. De dezembro de 82 a outubro de 83, foi escrita a história do miniclíma dos derrotados, as divergências que aprofundam a desordem e a anarquia, para culminar com a lei de auto-anistia. Essa lei teria que ter saído em dezembro de 82, e a igreja já tinha preparado até a "Missa da Reconciliação" para 19 de dezembro, dentro de uma operação na qual os partidos políticos trocavam seu consentimento por um prazo eleitoral. A sociedade civil, seus representantes políticos, tinham aceito o trato, e foi a violenta oposição de setores internos militares que o impediu. Daí em diante os erros políticos do governo foram se sucedendo, a uma velocidade vertiginosa, pondo em evidência sua destruição interna: o documento com o qual pretenderam pôr um ponto final sobre a questão da guerra contra-subversiva, a prisão de

Massera, o assassinato de Cambiasso, a gasolina adulterada pelos militares, as acareações com generais, almirantes e brigadeiros diante da Justiça, o sequestro de Kelly, o pré-anúncio da lei de auto-anistia, o voto contrário de todos os setores no plebiscito e a rebelião dos juizes do "processo", (como é chamado o regime militar na terminologia política argentina) que começaram a declará-lo inconstitucional. Nós, nesse momento, começamos a correr o perigo de ficarmos à direita...

*A que o sr. atribui isso? Parece algo mais que simples oportunismo...*

— Creio que há um sentimento muito grande de culpa. É como se um clarão tivesse resplandecido nas sombras, permitindo no meio da noite que se enxergasse tudo com absoluta clareza.

*A campanha eleitoral significou um momento diferente. O movimento pelos direitos humanos, que teve grande importância na mobilização contra o governo militar, não se incorporou como tal à nova etapa.*

— Eu achava que isso seria possível, mas não aconteceu assim. Cada um voltou a seus níveis políticos anteriores, pelo menos os que tinham algum nível.

*Como surgiu sua candidatura a deputado federal?*

— Eu fiquei sem nenhuma base de sustentação já que o Movimento pelos Direitos Humanos não se decidiu a participar do processo eleitoral, e eu estava afastado do meu partido há muito tempo. A idéia surgiu não da Democracia Cristã institucionalmente, e nem sequer da corrente interna "Humanismo e Libertação", mas especificamente do seu setor da capital federal, dirigido por Nestor Vicente. Não recebi apoio institucional do Movimento pelos Direitos Humanos, mas quando realizei consultas senti um clima favorável.

#### As exceções ao predomínio partidário

Entre os militantes humanitários não houve unidade de critérios sobre a melhor resposta à perspectiva eleitoral. Conte lançou sua candidatura pela Democracia Cristã, onde só foi aceita depois de ter vencido em eleições internas para as quais muita gente sem nenhuma afinidade com esse partido de centro-direita, se filiou. Porém, também o Partido Operário apresentou, como aspirante a outra cadeira de deputado federal, a candidatura de Cata Guagnini, mãe de dois desaparecidos, Diego e Luis Guagnini, este último um dos co-fundadores de *cadernos do terceiro mundo*. E Hebe Bonafini, a presidente das Mães da Praça de Maio, defendeu a idéia de que o Movimento, como tal, não devia lançar candidatos, e que o melhor caminho era





Para Augusto Conte, a questão dos direitos humanos é o ponto central e uma prova de força do novo governo

manter contato com todos os partidos, cobrando de cada um deles um compromisso com a causa dos direitos humanos.

Apesar da extrema polarização eleitoral entre peronistas e radicais, que nos cálculos gerais somaram 92% dos votos, Conte conseguiu sua eleição como deputado pela capital federal, onde, junto com um deputado do Partido Intransigente e dois da União de Centro Democrático, foram as únicas exceções ao predomínio dos dois partidos principais.

*O sr. não tem medo de ficar muito isolado nessa Câmara? Não se corre o risco dos outros blocos canalizarem as discussões dos temas sobre direitos humanos para o sr., por ser um especialista na questão, como uma forma de se desincumbirem desse trabalho? "Ah, direitos humanos...? É com o deputado Conte, ali no fundo..."*

— Não acredito que vá estar sozinho nas idéias básicas. O que acontece é que os dirigentes caminham atrás da opinião pública no que se refere à percepção dos fatos. Os partidos não tinham uma política definida nesse campo, e por isso predominaram a força dos fatos, a opinião pública e o espaço que deixaram as forças repressivas. Há dois problemas intimamente vinculados. O primeiro é o da confirmação das responsabilidades e o segundo, o da subordinação do poder militar ao governo civil. Não é muito certo que ambos andem simultaneamente, mas sim que o segundo só será obtido plenamente se houver suficiente vontade e energia política. O enfoque do primeiro tema, a punição dos culpados, não só define o problema ético como também a força com que serão tratadas as demais questões. São as mesmas forças envolvidas, cujos interesses estão em jogo: as forças armadas, a oligarquia e os setores externos, vinculados com a di-

vida. É impossível imaginar que se esteja falando sério, se não existe a decisão de atingi-los. Estão muito ligados.

*Qual é o seu plano de ação no Parlamento?*

— Parto da definição de que os direitos humanos constituem a questão central da vida política, por razões de ética e como uma prova de força do governo.

*E concretamente?*

— Propomos seis pontos:

1. Atuação da justiça. Revogação da lei de auto-amnistia e designação de novos juízes.

2. Julgamento político. Estabelecimento de uma comissão de investigação e julgamento. A soma de violações dos direitos humanos cometida na Argentina é a mais grave das últimas quatro décadas no mundo ocidental. A única opção é uma Argentina democrática.

3. No meio destes dois caminhos está o tema da verdade e da informação. As forças armadas têm nas mãos toda a informação. Para cada detido-desaparecido foi feito um dossiê. Se a guerra suja foi explicada pelo desconhecimento dos nomes e ignorância dos perfis políticos dos detidos, é impossível imaginar que uma vez conhecidos esses dados eles não tenham ficado registrados. Se assim não fosse, teria que se dar baixa por incompetência a todos os militares envolvidos. Os dados sobre as pessoas foram sendo conhecidos à medida que iam capturando gente. Agora não podem alegar que continuam lutando contra um exército fantasma, já que os interrogatórios não pretendiam esclarecer fatos, e sim descobrir nomes, e os que delatavam eram poupados.

O tema da informação é central, porque falar de justiça mas se negar a dar informação aos órgãos



competentes, é pura "enrolação". Penso que é este ponto que definirá a decisão do novo governo de se subordinar ou não. E mesmo no caso que essa informação tivesse sido destruída, constituiria um novo delito, passível de punição pelo artigo 225 do Código Penal ("ocultamento e destruição de prova"), pelo que deveriam ser processados os últimos três comandantes e o último presidente do regime militar. O que se define nesse assunto é se o presidente é o responsável por toda administração pública ou as forças armadas continuam sendo autônomas.

4. Uma de nossas reivindicações foi a liberdade de todos os detidos no primeiro dia do governo constitucional, mediante a comutação das penas por tribunais civis e militares, já que os presos passaram por situações atroz, e não é exagerado dizer que todos já pagaram suas penas em dobro.

5. Uma política clara com os exilados. Apoio ao seu retorno ao país, como documentação, facilidades para mudança etc., considerando que existe boa vontade em todos os organismos internacionais envolvidos.

6. Ação para reparar a maltratada imagem do país. A Argentina deve promover o projeto de Convenção Internacional que sanciona os desaparecimentos forçados como um delito de lesa humanidade.

"Se partimos da convicção de que a repressão foi oficial e não paralela, que foi feita abertamente, com objetivos claros, vemos que da mesma forma como o assunto foi tratado antes, com um apertar de botões, poderia agora funcionar, apertando-se outros botões. Sempre se soube quem foi o responsável por cada coisa".

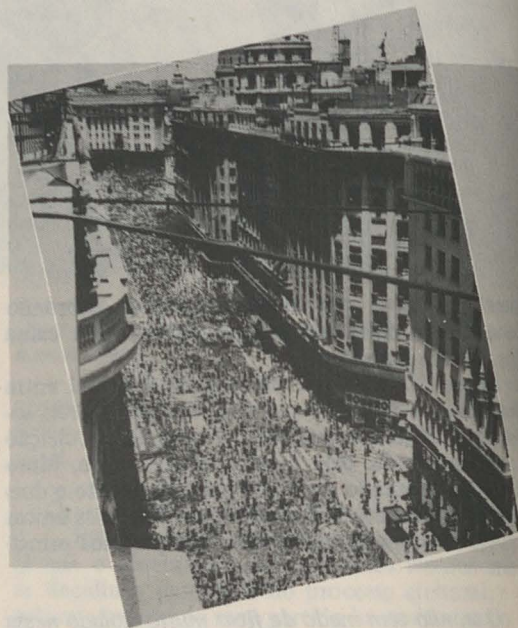
*Se essa última questão não for otimismo em excesso, como deveriam se desenvolver as coisas no futuro?*

— A continuidade democrática é fundamental. A tragédia de sua interrupção seria enorme. Acredito que o novo quadro que surge em torno da continuidade institucional está aberto para um projeto político alternativo que pode chegar ao governo em 1989. Está latente e não devemos nos apressar em defini-lo. Mas a continuidade democrática é requisito *sine qua non*, o que gerará não poucas contradições, entre necessidades concretas do povo em momentos determinados e as respostas políticas que possamos ou devamos lhes dar. Eu me comprometi publicamente nesse caminho de defender, tanto dos militares como também de civis, a continuidade institucional. A próxima revolução<sup>1</sup> deverá passar por cima do meu cadáver. (H. Verbitsky)

<sup>1</sup> Conte se refere ao golpe militar, denominado pelos militares argentinos, como também no Brasil, de "revolução".

Argentina

## Os nós a serem desfeitos



**A** renegociação da dívida externa, a relação com as forças armadas e os conflitos pendentes no Atlântico Sul são as pontas de um dos nós mais apertados que o presidente Alfonsín deverá tratar de desfazer, renunciando previamente à tentação de cortá-lo de um só golpe.

### A dívida externa

A dívida externa argentina é a segunda mais alta do mundo em média per capita, sendo apenas superada pela de Israel e, nas condições fixadas pelos militares com o Fundo Monetário Internacional, não há possibilidade de ser paga.

Os vencimentos para este ano se aproximam dos 20 bilhões de dólares e o superávit previsível do intercâmbio comercial, na mais otimista das hipóteses, não chegará aos cinco bilhões. É óbvio que se impõe uma renegociação com o "clube dos ternos corações" encabeçado pelo Citibank, e nesse sentido há um acordo generalizado de que as receitas de ajuste do FMI não só estrangulariam a possibilidade de recuperação econômica, como também estimulariam uma rebelião social e colocariam um obstá-





Tentando salvar o governo militar, um objetivo nacional (as Malvinas) foi confundido com uma questão de política interna

culo para a institucionalidade recuperada.

O respeitado economista Aldo Ferrer opina que, com a auto-suficiência energética e alimentar que possui, a Argentina estaria em situação de viver sem necessidade de créditos, limitando suas compras à capacidade de pagamento de suas exportações. Como, além disso, as previsões do mercado mundial permitem calcular altos preços para a produção agropecuária, uma moratória não teria graves consequências econômicas. Inclui-se a história exemplifica as vantagens do isolamento, em termos de economia colonial, quando a Espanha perdeu a sua frota e a sua frágil economia não pôde abastecer a Hispano-América, em termos de indústria, durante a primeira e sobretudo durante a segunda guerra mundial.

Contudo, essa questão não pode ser resolvida simplesmente por um cálculo econômico.

### Depois das Malvinas

A comissão investigadora que avaliou as responsabilidades pela guerra das Malvinas, concluiu que os ex-comandantes do exército e da marinha, Leopoldo Galtieri e Jorge Anaya, o comandante militar das ilhas, general Mario Menéndez, outros treze oficiais e o ex-chanceler Costa Méndez, são os responsáveis pelo que qualificou de uma "aventura militar" que lesou "gravemente a honra de nossas

armas" e afetou profundamente "a fé da Nação em seu valor e eficiência profissional".

O parecer firmado pela comissão formada por generais, brigadeiros e almirantes reformados, solicitando a pena de morte ou prisão perpétua para Galtieri e Anaya, revela a desagregação militar em três poderes autônomos, cada um dos quais tomou decisões por sua conta, tanto para empreender a guerra quanto para promover a paz. O documento revela ainda a gravíssima irresponsabilidade de enfrentar um inimigo poderoso em condições suicidas, transportando para as Malvinas soldados do norte subtropical recém-incorporados e sem o tempo mínimo de instrução elementar, sem sequer abrigos ou alimentos suficientes, privados até de armamentos que ficaram no continente quando o bloqueio britânico aterrorizou a marinha, que retirou seus navios.

A restituição do poder aos civis, um ano e meio depois da queda de Puerto Argentino, foi inclusive um ato de autopreservação. As forças armadas não só não podiam continuar governando o país, como tampouco estavam capacitadas para dirigir-se a si próprias. A comissão investigadora assinala que um objetivo nacional importante, como as Malvinas, foi confundido com uma questão de política interna, procurando salvar o governo da derrubada. É certo que a derrota tornou a queda ainda mais estrondosa.

Contudo, além dessas consequências internas, a



guerra perdida teve outras, de ordem diversa, ao transformar um problema colonial num problema de segurança. O debate sobre a integridade territorial que a Argentina reivindicava e a autodeterminação que os britânicos pretendiam para os 1.800 *kelpers*, ficou superado pelo saldo dos 74 dias de combates.

Hoje, as Malvinas são uma base militar de 8.000 soldados, a partir da qual as costas argentinas são vigiadas por submarinos nucleares, fragatas armadas com mísseis e aviões *Phantom*. A *fortress Falkland*, como os ingleses denominam a militarização das ilhas, é uma ameaça concreta contra a segurança argentina e americana e, de fato, implica o despontar do hemisfério sul como novo cenário possível para a guerra termonuclear. Por enquanto, essa base é apenas inglesa e os Estados Unidos manifestaram que não lhes apetece compartilhá-la, mas não há motivos para crer que essa seja uma posição de princípios, ou uma estimativa definitiva.

### O Canal de Beagle

A Argentina rechaçou o laudo arbitral da coroa britânica que adjudicou ao Chile as ilhas Picton, Lennox e Nueva e, no Natal de 1978, esteve a ponto de entrar em guerra. As tropas estavam em seus postos, com as armas preparadas e os aviões com os motores ligados nas pistas de decolagem, quando a mediação do papa João Paulo 2º desativou a explosão iminente. O Vaticano formulou em 1981 uma proposta que beneficia a posição argentina, no que se relaciona aos espaços marítimos, embora deixe em poder do Chile as três ilhas. O governo de Santiago declarou seu acatamento, mas os últimos presidentes militares do regime argentino protelaram qualquer resposta, ganhando (ou perdendo) tempo com solicitações de esclarecimento de conceitos e outras questões processuais.

Durante a campanha eleitoral, Alfonsín prometeu que aceitaria a proposta de Karol Wojtyła mas "mantendo o princípio bioceânico". Quer dizer, sim e não, já que o Chile não reconhece tal princípio e o texto do Vaticano não o considera explicitamente.

As análises menos apaixonadas, que não são as mais habituais, indicam que este país não dispõe de uma melhor solução pacífica, já que a única alternativa seria a Corte Internacional de Haia, e essa é justamente a cartada chilena, porque se sabe que esse tribunal revalidaria os pontos mais rígidos do laudo britânico.

O outro caminho para as autoridades de Buenos Aires é a guerra. Nesse sentido, uma recomendação formulada pelo comodoro reformado Antonio Mantel, designado como um dos assessores aeronáuticos de Alfonsín, está sendo estudada. Em um artigo publicado pelo matutino *La Prensa*, Mantel

sugeriu considerar como hipótese de conflito a ocupação pelas tropas argentinas da parte chilena da ilha grande da Tierra del Fuego, que não toma parte no litígio. Seu surpreendente raciocínio é que, se o Chile sentir que tem algo a perder, será mais flexível em suas posições. Guardando as distâncias, essa concepção lembra a do presidente norte-americano Lyndon Johnson, que o levou a estender a guerra ao Vietnã do Norte, Laos e Cambucha como recurso para derrotar a FLN no Vietnã do Sul, e que terminou, como todo mundo sabe, com os norte-americanos embarcando, pistola em punho, no último avião para fugir de Saigon (hoje, Ho Chi Minh).

Não que o Chile seja comparável em nenhum sentido ao Vietnã, nem a Argentina aos Estados Unidos. O que parece idêntica é a mentalidade obtusa e irresponsável de ambos os estrategistas.

Naturalmente não há perigo de que Alfonsín dê ouvidos a este ou outros termocéfalos de semelhante linhagem, mas sim de que não perceba que a atual situação de nem guerra nem paz é insustentável e muito perniciososa, para o país e para seu governo civil.

Alfonsín precisa manter a paz com o Chile porque lhe está vedada a opção da guerra enquanto a Grã-Bretanha apontar suas armas da outra margem e a dívida continue pesando, e também porque deve redimensionar as forças armadas, reduzindo seu descomunal orçamento e privando-as do poder político.

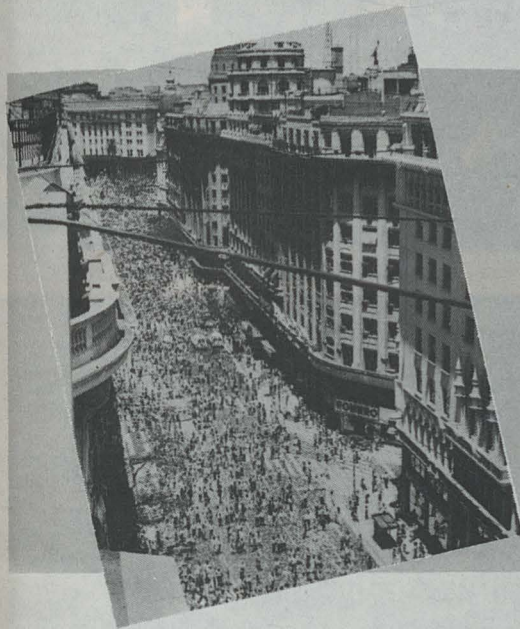
Se se limitasse a manter o status-quo, daria aos militares a bandeira nacionalista de que necessitam para saírem de seu atual desprestígio, para reivindicar um maior orçamento e finalmente destabilizar o precário regime constitucional, que durante um bom tempo exigirá cuidados de um recém-nascido.

A conclusão de um tratado com o Chile, liquidando o litígio fronteiriço, é assim um requisito *sine qua non* para a transposição das forças armadas para um plano de subordinação ao poder civil, para enfrentar melhor a ameaça das Malvinas e para a imprescindível renegociação da dívida externa.

A Argentina certamente não pode submeter-se às prescrições do Fundo Monetário e todo o projeto político carece de viabilidade enquanto o produto total do intercâmbio for insuficiente para pagar até mesmo os juros da dívida, que são capitalizados engrossando a bola-de-neve. Porém, necessitará de uma equilibrada dose de firmeza e prudência, para evitar as provocações internas ou externas que apresentem soluções fáceis para questões que são muito complexas, e deverá negociar com inteligência, dando peso às suas vantagens mas sem perder a consciência de suas vulnerabilidades. (*Horacio Verbitsky*)



# Buenos Aires, para não esquecer



**R**etorno a Buenos Aires nove anos, dois meses e sete dias depois que nos tiraram, à ponta de metralhadoras, do “Florida House”, um velho e acolhedor hotel dessa simpática e outrora ruidosa rua do centro da capital argentina. Recordo-me perfeitamente da data — 3 de outubro de 1974 —, porque naquele dia um terremoto provocou enormes destruições em Lima, a capital peruana. Já havíamos, Beatriz Bissio e eu, estabelecido afetuosas relações com o presidente peruano, general Velasco Alvarado, a quem conhecêramos quando escrevíamos um livro sobre o “modelo peruano”. Apesar das horas de drama e pânico causadas pelo terremoto, Velasco encontrou tempo para dar — no momento mesmo em que tomara conhecimento de nossa situação — instrução a seu embaixador em Buenos Aires para que nos acolhesse, nos desse documentos de viagem — pois como asilados não tínhamos nenhum — e nos embarcasse para Lima.

Pablo Piacentini, editor internacional do diário “Noticias”, com quem trabalhávamos, já havia sido ameaçado pela “Tríplice A”, a sinistra “Aliança Argentina Anticomunista”, que, sob o governo de Isabelita, encontrara apoio no grupo palaciano chefiado por López Rega. Piacentini figurou numa lista de pessoas que deviam deixar o país em 24 horas se desejassem preservar a vida. Estava condenado, por sua dupla condição de destacado membro da equipe daquele jornal e por ser um dos diretores de “Tercer Mundo” que, com ele, Júlia Constenla, Beatriz Bissio e eu, havíamos fundado naquele ano.

A revista começara a inquietar os que conspiravam contra o povo. Com oito números (o nono teve de circular clandestinamente), atingira 16 mil exemplares e a tendência era aumentar.

Tínhamos sido informados que meu nome figurava numa lista negra de políticos latino-americanos asilados em Buenos Aires, muitos dos quais, a começar pelo general Pratts, comandante do exército chileno no tempo de Allende, foram fuzilados naqueles meses e nos seguintes.

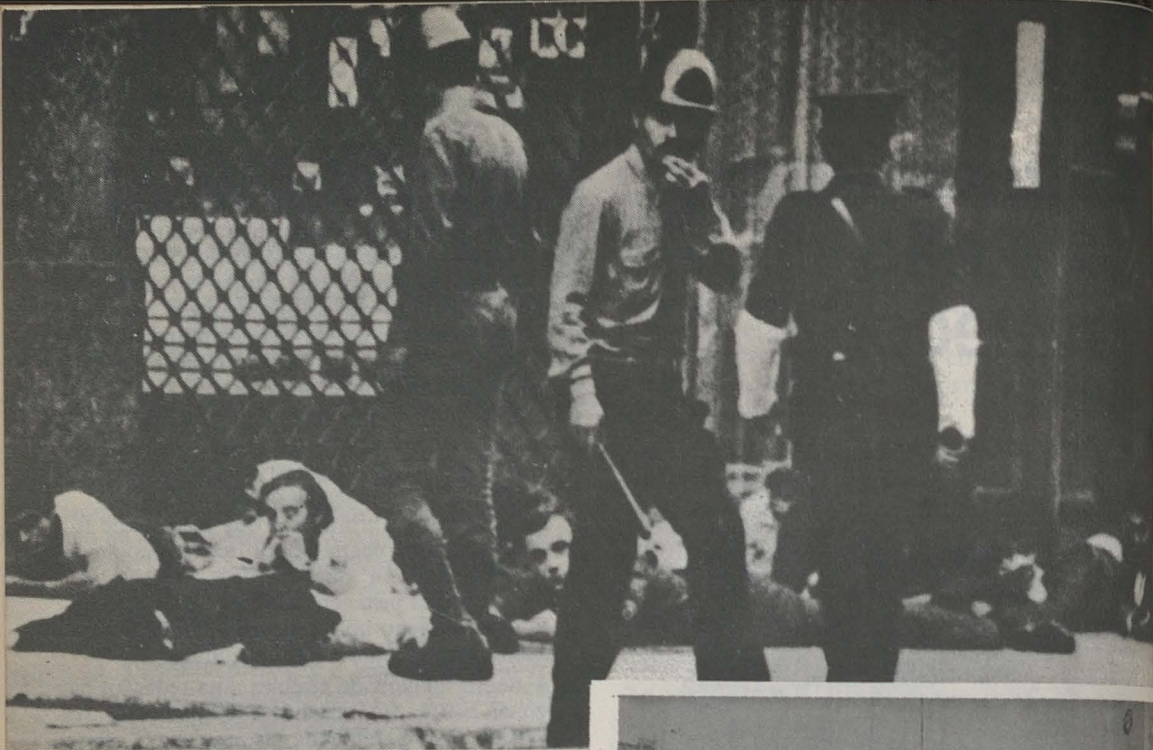
A revista deixou de circular. Sua redação, na Diagonal Norte, foi invadida e empastelada, os jornalheiros que a vendiam, ameaçados. O clima era de terror. Só nos sentimos livres, quando, garantidos pela presença dos diplomatas peruanos, o avião decolou de Ezeiza.

Meses depois, era a tragédia. Zelmar Michelini, senador uruguaio pela Frente Ampla, grande combatente pela liberdade, era sequestrado e morto, ao lado de outro conterrâneo seu, um valente lutador pela democracia, deputado do Partido Nacional, Gutiérrez Ruiz, o solidário amigo dos dias difíceis de Montevidéu. Com poucas semanas de diferença, foi assassinado o general Torres, um destacado militar boliviano empenhado na causa da libertação de sua pátria.

Zelmar trabalhava na seção internacional de “Noticias” e estávamos sempre juntos. Mais tarde, foi o sequestro de Rodolfo Walsh e Paco Urondo, extraordinários poetas e escritores argentinos, empenhados na luta pela redenção social na sua pátria. Sempre os via no jornal. O último contato com Paco Urondo foi uma noite quando saíamos da redação, onde deixáramos um artigo, e nos encontramos na calçada do edifício do jornal. Ele nos falou com tranquilidade mas já não tinha dúvidas de que estava marcado para morrer.

Volto a Buenos Aires e percorro, à noite, suas ruas, impregnadas ainda da euforia de um povo que comemorava o retorno à democracia. Não encontramos ninguém que se considere derrotado. É como se todos houvessem ganho. Não sabemos quanto tempo permanecerá esse espírito





mas é lindo e reconfortante viver aqui este momento.

Não vemos um só soldado, tão abundantes no passado, no meio daquela imensa multidão entusiasta, a não ser alguns guardas civis que se juntam à massa e festejam o fim da ditadura.

Durante minutos, permanecemos em silêncio à entrada do "Florida House", que não mudou em nada. A rua, sim, mostra as cicatrizes daqueles anos de terror, incompetência e degradação econômica.

Que estariam pensando hoje esses militares, que macularam eternamente suas mãos com o sangue dos patriotas? Mais ainda: que terão de fazer para reencontrar um ponto de unidade com o povo depois desses anos de horror e de prepotência? Não é fácil entender como tudo isso pode ter ocorrido: uma força criada para defender o povo, alvo de um repúdio coletivo sem paralelo.

Reflieto sobre um aspecto essencial: a inutilidade do terror de Estado que atingiu os argentinos e ainda atinge outros povos do nosso continente. O povo argentino está de novo nas ruas. É certo que o país paga o preço brutal de uma mistura fatídica de autoritarismo, incompetência, corrupção e desprezo à condição humana, mas recobra a sua liberdade. Não encontro nem Walsh; nem Michelini, nem Gutiérrez Ruiz, nem Torres, nem Pratts, nem Luis Guagnini, colega de cadernos até hoje desaparecido, mas também só descubro os seus carrascos no ódio e no desprezo do povo.

42 - terceiro mundo



Para quê? Eis a pergunta que nos aflige. Seguramente se os opressores conhecessem a inutilidade de sua ação, se pensassem por um minuto que a vitória final será sempre da liberdade, seguramente muitas vidas teriam sido poupadas, sem a orgia de sangue que se abateu sobre esse povo que festeja hoje nas ruas um belo momento de sua história. (Neiva Moreira)

no. 62 - janeiro - 1984



# O povo na rua exige democracia

Beatriz Bissio

A presença maciça do povo uruguaio nas ruas, o avanço no acerto de ações comuns entre os partidos políticos legais e os proscritos, a unanimidade dos dirigentes e das bases na exigência de se acabar com todas as proscricções, na necessidade de anistia, na reivindicação de garantias para a realização das eleições que os próprios militares marcaram para novembro deste ano, tudo isso junto com as profundas repercussões no Uruguai do processo de retorno à democracia na Argentina, fazem com que este ano de 1984 esteja destinado a ser decisivo para o avanço democrático

nesse país platino.

A presença em Buenos Aires dos dirigentes máximos de todos os partidos políticos uruguaio (Colorado, Blanco, Democrata Cristão, Comunista e Socialista — os três últimos proscritos, assim como a Frente Ampla, a estrutura unitária da esquerda anterior ao golpe de 1973) permitiu que cadernos do terceiro mundo dialogasse e entrevistasse todos eles, assim como um representante do Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT), a estrutura sindical surgida nos últimos meses.

Fotos: B. Bissio

Wilson Ferreira

## “Não queremos o Uruguai como praça financeira”

Ex-parlamentar e ministro da Agricultura, Wilson Ferreira Aldunate é sem dúvida a principal figura do Partido Nacional, pelo qual foi candidato à presidência da República em 1971, sendo o mais votado individualmente, mas perdendo por sublegenda para o presidente Bordaberry por menos de 20 mil votos, numa eleição denunciada como fraudulenta.

Foi proclamado candidato à presidência para 1984 na Convenção do seu partido, realizada em fins de dezembro passado.

*Gostaria de começar fazendo uma avaliação: como o senhor acha que a redemocratização da Argentina vai influenciar o processo uruguaio? Estamos conversando em Buenos Aires e isso já marca uma diferença. Um Wilson Ferreira exilado em*



Ferreira: tomar a Argentina como exemplo

*Londres não é a mesma coisa que participando de manifestações em Buenos Aires...*

— Acho que estamos de acordo de que a influência é tremenda. O problema é saber qual é o fator que incide mais profundamente. A meu ver, o mais importante é que ficou destruído para sempre o argumento que o senhor Bordaberry<sup>1</sup> inventou, aliás de muito má fé, e que tem sido cultivado cuidadosamente. Na Argentina, houve 30 mil mortos e desaparecidos e houve uma transição pacífica e ordenada para a democracia. Bordaberry disse que no dia em que os militares fossem obrigados a retornar aos quartéis sem condições prévias, haveria uma hecatombe. E ainda se usa esse argumento.

<sup>1</sup> Juan María Bordaberry, foi o presidente constitucional que deu o golpe de estado em 1973, com o apoio das forças armadas.



*O senhor acha que se avançará em 84 no Uruguai para uma transição democrática como a que presenciamos na Argentina?*

— Analisemos o seguinte: no Uruguai, 400 mil pessoas se reúnem no Obelisco reclamando a restituição das liberdades públicas. O presidente resolve responder pela televisão e o povo, automaticamente, começa a bater panelas criando um ruído estrondoso, com alegria e, poderíamos até dizer, a alegria zombadora de quem se sente vencedor. O Natal e a passagem do ano são festejados com mações *cacerolazos*. Mas durante quanto tempo esse tom poderá ser mantido? Enquanto as pessoas se sintam vencedoras. Se isso for frustrado, se se empenharem em preservar artificialmente um poder que está perdido, não haverá qualquer tipo de organização, nem sindical, nem social, nem partidária, que possa controlar o povo. E temo que, então, tenhamos deixado passar a oportunidade de assegurar um processo pacífico de recuperação da normalidade.

*O senhor é o dirigente máximo de um partido que talvez seja majoritário no país...*

— ...Está provado por enquetes realizadas no país que somos maioria.

*...e foi recentemente proclamado candidato à presidência por uma Convenção de seu partido. Como encara sua situação pessoal no âmbito das mudanças na Argentina e dos avanços no Uruguai?*

— Estou exilado no hemisfério norte há mais de sete anos, que totalizam dez desde o golpe de estado. O exílio é sempre terrível, mas eu, talvez tenha sido o menos exilado dos exilados, porque o autêntico exilado é o que teve a tragédia de reconstruir um teto, conseguir um trabalho, adaptar-se a um ambiente desconhecido e quase sempre hostil. Eu simplesmente vivi no exterior. Mas com o pensamento posto nos amigos, nas pessoas do Uruguai, nos problemas de meu país.

*Esta estadia em Buenos Aires é, de certa maneira, sua reinserção de modo permanente na política cotidiana do Uruguai?*

— Uma presença permanente no afeto de meus amigos e nas preocupações de meus adversários.

*Já houve adversários que o convidaram para voltar ao Uruguai. O senhor Jorge Batlle — adversário de seu partido — afirmou inclusive que o acompanharia pessoalmente em seu retorno ao país...*

— Eu nunca acompanharia um adversário nessa circunstância, de maneira que, com essa atitude, Jorge se coloca como meu amigo. Meu problema não tem nada a ver com a justiça. É político. Fui acusado por razões políticas num processo conduzido politicamente. É um processo distorcido, fal-

44 - terceiro mundo

sificado por razões políticas. Portanto, a decisão que eu adotar também será política. Retornarei a meu país quando for conveniente para meu partido e para mim. Prefiro deixar passar esta incerteza para o regime, se vou ou não vou, e quando.

*Para tirar-lhes o sono?*

— Para que tenham que acrescentar uma hipótese de trabalho a mais às que eles normalmente têm.

E houve, nesse sentido, uma consequência direta muito curiosa: o regime proibiu minha presença nos meios de informação. As rádios e os jornais recebem advertências, e, como se sabe, fecharam o jornal "El Día" por ter publicado uma entrevista minha na qual não se tecem comentários políticos, mais parece um discurso de Eisenhower, que está a favor do bem e contra o mal. E fecharam também a rádio "CX30" por transmitir a convenção de meu partido, na qual fui proclamado candidato. Agora proibiram, concretamente, a minha imagem na televisão.

*Devem achar que o senhor tem "boa pinta" e eles temem o eleitorado feminino...*

— Ou uma ameaça à segurança. Pode haver muitas interpretações. O que é um fato é que desde 1980 não houve semana em que eu não tenha estado presente nas páginas dos jornais e nos informativos do Uruguai. O regime proíbe que as pessoas falem de mim, mas elas falam.

Me disseram, não sei se será verdade, que um cidadão que ocupa um lugar de destaque na política nacional e que será certamente o candidato presidencial por algum partido, queixou-se ao general Rapella da concorrência desleal que é eles precisarem de clubes, semanários, etc., para conseguir o que eu consigo com a ajuda da Dinarp (Divisão Nacional de Relações Públicas).

Acho que meu retorno ao Uruguai está muito próximo. Agora vou apanhar os trastes e me transferir para Buenos Aires. E, de repente, quem sabe, volto para Montevideu sem passar por Buenos Aires.

**"A experiência muda as pessoas"**

*Seja pelas razões que forem, o senhor se transformou numa espécie de mito. Em alguém em quem uma grande parte da população deposita suas esperanças. Isso é uma grande responsabilidade, principalmente porque o senhor foi proclamado candidato à presidência, juntamente com seu companheiro de chapa em 1971, Carlos Julio Pereira. Sente-se preparado para esse desafio?*

— Quando a gente diz que mudou, é um eufemismo para não dizer "melhorou". Ninguém reconhece que muda para pior. Acho que a experiência mudou todos nós, mas menos do que alguns su-

no. 62 — janeiro — 1984



põem. Às vezes se pensa que as pessoas mudam, simplesmente porque antes não as conhecíamos direito.

Eu me sinto melhor preparado que antes para a vida política, e melhor no sentido ético. O exílio também é uma escola, que nos ensina a olhar o país à distância, sem falsas vaidades em relação à pátria que tínhamos.

*O que é que o senhor resgata da democracia uruguaia anterior a 1973 e que novos elementos teriam de ser introduzidos?*

— De antes de 73, eu resgato o próprio Uruguai. O país é uma maravilha. Aliás, já era. O Uruguai aprendeu a respeitar a discordância. Depois, isso se deteriorou progressivamente, sob todos os aspectos, apareceu a intolerância, aprofundou-se o desencontro. As causas secundárias tinham diversas naturezas, mas a realidade é que isso aconteceu. Agora, a primeira coisa é restituir ao país aqueles antigos valores nacionais que asseguravam a convivência.

Em segundo lugar, é preciso resgatar as liberdades burguesas, as garantias formais da liberdade. Acho que outra coisa que nós uruguaios descobrimos foi que a liberdade precisava de um conteúdo social, porque era insuficiente em si mesma para criar uma sociedade justa.

*O Uruguai de 1985 vai herdar dez anos de uma política econômica desastrosa. Se o senhor assumisse a direção do país, por onde começaria? Quais seriam suas prioridades?*

— Primeiro, devolver ao país a esperança. É preciso recompor os valores espirituais. Isso só se consegue com espírito unitário. Necessitamos de um governo de unidade nacional. Não sei se seria um governo integrado por todos, porém para todos, baseado num entendimento nacional.

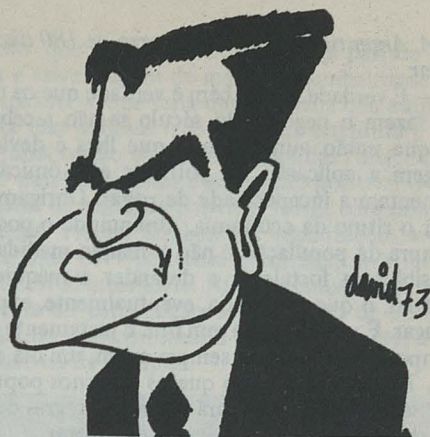
Os objetivos a médio e longo prazos têm de ser traçados pelos políticos e pelos integrantes das forças sociais, em conjunto.

Mas a tarefa é ainda mais difícil, porque a primeira coisa a fazer é agravar os problemas: com isso quero dizer que apesar dos elevados índices de desemprego, a primeira coisa é trazer os exilados de volta ao país.

E não se trata só de abrir as portas. É preciso ir buscá-los. Não cabem atitudes passivas. Temos que encontrar a forma de solucionar os problemas econômicos para que eles possam voltar.

*Não é só trabalho, há também o problema de moradia, escolas etc.*

— Inicialmente, não haverá moradia para todo mundo, nem trabalho. Mas acho que pode ser um bom meio para começar a reconstruir o clima espiritual indispensável para empreender a tarefa da re-



Bordaberry visto por David

construção com a bandeira hasteada.

Traremos os que estão fora, não em sua condição de militantes de tal ou qual força, mas de uruguaios, com um amplo espírito unitário.

*E uma vez que os exilados estiverem no país e as liberdades asseguradas, por onde prosseguir?*

— Será preciso analisar com o máximo de seriedade quais são os compromissos do país com os centros financeiros internacionais. E examinar se esses compromissos são compatíveis com duas coisas: com a preservação da soberania e com o mínimo de felicidade e bem-estar material que temos o dever de assegurar aos cidadãos. Não há obrigação ética nem jurídica que possa pôr em risco essas duas coisas.

*Como o senhor encara, então, o pagamento da dívida?*

— Com sacrifícios. A perda financeira concreta não será só por parte dos devedores mas também dos credores. Que em muitos casos são os principais responsáveis pelo próprio tamanho da dívida. E, diga-se de passagem, eles já a cobraram quase três vezes.

*E o problema da estagnação da agricultura?*

— Mesmo que o Uruguai não tivesse dívida, ele não poderia pagar com suas exportações as importações que precisa para garantir o funcionamento adequado de sua economia. A relação dos preços das matérias-primas em bruto que o Uruguai exporta e o dos manufaturados importados impede uma solução equilibrada. A solução a médio prazo é o acordo com os outros países que enfrentam problemas similares. Mas isso é difícil, porque os países periféricos maiores confiam no fato de seu poder de negociação aumentar à medida que o exercitam sozinhos e não se mostram propícios a arcar com os problemas dos menores.



*A Argentina já pediu um prazo de 180 dias para pagar...*

— É verdade. E também é verdade que os credores fazem o negócio do século se não receberem. Porque então aumentam o que lhes é devido. E exigem a aplicação de políticas econômicas que aumentam a incapacidade de pagar. Obrigam a reair o ritmo da economia, diminuindo o poder de compra da população e não tomando medidas que possibilitem fortalecer e defender a máquina industrial, o que permitiria, eventualmente, exportar e pagar. É uma história sem fim. E justamente como é impossível continuar sempre assim, um dia estoura... Tenho a impressão que os governos populares que se instalarem indicarão as novas regras de jogo nas quais os menores poderão se amparar.

*Como reativar a economia?*

— Acho que é preciso começar dizendo aquilo que não queremos para o país. Não queremos o Uruguai como praça financeira, um Lichtenstein ou um Luxemburgo. Temos de levar adiante duas coisas acessíveis: o desenvolvimento agropecuário e a montagem de uma indústria que possa encontrar mercados, aproveitando as condições favoráveis do país. Nada disso poderá funcionar sem uma reativação da economia mundial. Mas tenho a impressão de que já se observam os primeiros indícios de reativação. Antes que acabe a dose de esperança que, naturalmente, o país vai armazenar, acho que poderemos experimentar as consequências de uma bonança internacional.

*Nossas estruturas agrárias são um freio para o crescimento produtivo?*

— As estruturas agrárias não agiram no passado como barreiras ao processo produtivo. Os coeficientes de produção por hectare eram baixos e às vezes, inclusive, porque se plantavam coisas para as quais os solos não estavam preparados como, por exemplo, o milho. Mas os baixos índices de produção por hectare eram basicamente os mesmos no latifúndio, no minifúndio e no estabelecimento de dimensão adequada, entre os que apresentavam problemas de posse da terra e os que não apresentavam.

Isso demonstra que a primeira coisa que faltava era uma pesquisa tecnológica que pusesse à disposição dos agricultores os dados para produzir melhor. E a tecnologia não é exportável, sobretudo a tecnologia agrária.

*Então será preciso repensar a Universidade, para integrá-la nessa tarefa.*

— Claro, atrás de tudo isso está o problema da educação. Quando elogiamos o Uruguai de antigamente, uma das melhores coisas que ele tinha era

a educação. Elogiávamos a escolinha de Varela! Meu pai era médico e me mandou para a escola pública em Melo, onde morávamos, e depois ao liceu Rodó, ao clássico do Vázquez e depois fui para a Faculdade de Direito. Minha família teria podido me matricular num colégio particular, mas me mandaram para a escola pública não por um prurido democrático, me mandaram porque era a melhor que havia. Então, é preciso fazer um enorme esforço na educação.

*E os bancos?*

— Têm de ser nacionalizados. Não sei se isso será possível no início, mas é um passo a ser dado no momento oportuno. O Uruguai contou sempre com grandes bancos do Estado que foram um exemplo da eficiência da empresa estatal, como é o caso do Banco da República.

Essa proposta não é nova, não há uma única palavra em relação aos bancos que eu tenha mencionado que não estivesse incluída em meu programa *Mi compromiso con usted* ("Meu compromisso com você"), de 1971.

Em relação ao campo, sendo ministro de Agricultura em 1964, apresentei um projeto a respeito das estruturas agrárias que despertou um grande alvoroço. Incomodava porque era viável. Uns disseram que era fraco, outros que era excessivamente renovador. Naquele momento não contou sequer com a adesão majoritária de meu próprio partido. Provocou a hostilidade do outro partido tradicional — talvez por razões políticas — com exceções muito honrosas, como a de Zelmario Michelini, que naquela época ainda integrava o Partido Colorado. E houve uma atitude muito crítica e pouco construtiva da esquerda.

*Nestes anos de exílio, nos quais o senhor teve obrigatoriamente que conviver com outros exilados, todos de esquerda, o senhor mudou, em parte, a visão do mundo e a interpretação dos fenômenos políticos. Acha que seu partido, que tem também profundas raízes no interior, onde as posições políticas são mais conservadoras, responde a todas suas posições atuais?*

— Acho que os dirigentes políticos têm que tomar cuidado para que as bases não passem por cima deles. Quanto às minhas vinculações com a esquerda, é claro que a dor do exílio — que foi majoritariamente sofrido por gente de esquerda — me fez ganhar vínculos pessoais e, nessa mesma medida, diminuiu algumas hostilidades irracionais. Tenho esperança de que isso se tenha dado em ambas as direções. Acho que há na esquerda gente tão progressista quanto eu...

<sup>2</sup>José Pedro Varela, educador, que reformou o ensino no Uruguai.



## Uma aliança eventual com a esquerda?

*O senhor acha que a esquerda vai ser legalizada para as eleições deste ano?*

— Para que haja eleições, têm que ser eleições de verdade. E não o seriam sem a participação da esquerda.

*O Partido Blanco aceita eleições com Wilson Ferreira cassado?*

— É evidente que não. O problema não é de indivíduos, é que a ditadura não pode nos impor outro candidato...

*O senhor é o candidato do Partido Nacional. A esquerda é no país uma terceira força. Aceitaria uma aliança eleitoral com a esquerda, que poderia ser o fiel da balança entre os dois partidos tradicionais?*

— Gostaria que minha resposta não fosse interpretada como uma afirmação de vaidade ou arrogância. Mas tenho o dever de dizer o que estou pensando realmente. Tenho a absoluta certeza — e a certeza é extensiva a meus companheiros — que nós representamos a maioria absoluta do país. De forma que uma aliança com a esquerda ou com qualquer outro grupo político não nos parece o caminho mais adequado, porque não é necessária.

*O senhor falou em formar um governo de unidade nacional. Como se poderá chegar a isso sem alianças eleitorais?*

— O problema eleitoral consiste simplesmente em garantir a liberdade eleitoral. Mas o problema não é chegar ao poder, é permanecer nele. Começar a construir um país viável, então, nessa segunda etapa, aí sim será absolutamente indispensável um entendimento nacional que abranja o maior espectro político possível.

*Isso significa que o senhor defende uma candidatura para o Partido Blanco, uma para o Partido Colorado e outra para a Frente Ampla?*

— Cada qual deve se apresentar às eleições com seu próprio candidato. Essa não seria minha resposta se acreditasse que essa fórmula poria em risco a possibilidade de eleger um governo democrático.

*Que benefícios traria para o país uma clara definição de três candidaturas com essas características?*

— Acho que é preferível a individualidade ideológica, o fortalecimento de cada um dos setores, porque como estamos falando sobre os destinos do país, os acordos políticos terão que ser feitos uma vez conhecido o peso eleitoral de cada uma das forças.

Eu acho, muito sinceramente — e parece um

absurdo que um homem de outro partido fale assim e talvez algum de meus companheiros se sinta magoado —, que seria uma tragédia que a Frente Ampla não pudesse recompor sua estrutura e oferecer uma opção sólida, de esquerda. Porque creio que o país vai precisar dessa opção política. O país necessita de partidos políticos fortes com maiorias decididas. Precisa também de organizações sociais fortes, uma CNT poderosa e unitária, uma federação de estudantes forte. Não podemos voltar àquela forma de competição na conquista de filiações partidárias com promessas baratas e muitas vezes impossíveis de cumprir.



Ferreira (dir.), J. P. Terra, presidente do PDC (centro) e Cardoso do PS (esq.): não há aliança

## O papel dos militares

*Acho que falta analisar qual seria, no futuro, o papel das forças armadas uruguaias.*

— O primeiro dever das forças armadas é cumprir com sua tarefa específica. Quando se fala de voltar aos quartéis, as pessoas acham que é uma proposta desonrosa, que as forças armadas podem se sentir ofendidas. Nada mais longe da verdade. Durante anos, o exército, a marinha e a força aérea uruguaios gozaram de um altíssimo conceito no mundo todo porque souberam cumprir com seu dever específico, com o mandato constitucional. Defender a Constituição e as fronteiras é a coisa mais sagrada que pode haver para um militar.

De maneira que eu espero que as forças armadas não se deixem levar pela chantagem que o sr. Gregorio Alvarez quer lhes impor, segundo a qual seria perigoso voltar a cumprir com as tarefas específicas das três armas. ●



Jorge Batlle

## “Temos que reparar os danos sofridos”



**F**ilho do ex-presidente Batlle Berres e sobrinho-neto do ex-presidente Batlle y Ordóñez, o dirigente político Jorge Batlle Ibáñez é uma das principais figuras do Partido Colorado. Ex-parlamentar, político de longa experiência, foi cassado pelo regime por dez anos. Acaba de recuperar os seus direitos políticos e no momento não exerce nenhum cargo na direção do partido.

*O senhor recuperou recentemente os seus direitos políticos, depois de ter estado cassado por vários anos. Em que termos se coloca então a sua participação política daqui para diante? Pensa lançar a sua candidatura para novembro de 1984?*

— Tenho trabalhado ativamente no partido durante todo esse tempo; portanto, a minha descassação não muda nada. Com respeito às candidaturas, fizemos uma eleição interna, neste caso por causa de uma disposição legal — ainda que o nosso partido esteja acostumado a realizá-las sempre — e são essas eleições que criam as candidaturas. Atualmente os candidatos naturais do Partido Colorado

48 - terceiro mundo

à presidência e vice-presidência da República são o dr. Julio María Sanguinetti e o dr. Enrique Tarigo. Não vejo nenhum motivo para que isso mude.

*A sua opinião é digna de respeito, porém não podemos deixar de observar que tão logo o senhor possa recomençar a sua atuação na vida pública as suas declarações vão criar fatos políticos. O senhor disse que acompanharia o seu adversário político, o senhor Wilson Ferreira, se ele desejasse voltar ao Uruguai. Exigiu também a liberdade para o general Seregni. Começou com um tom duro. Poderá realmente permanecer, como pretende, num segundo plano?*

— Depende de como se classifiquem os planos. Se é em função de tarefas na administração pública, o presidente estaria em primeiro plano. O vice, em segundo. E eu, em terceiro ou quarto. Mas é óbvio que em política os planos funcionam de outra maneira.

É certo que falei muitas coisas. Sou mais velho que os outros, em idade e antiguidade nessa prática. O tempo ajuda a decantar as coisas. Perdi quase todos os adjetivos e quase todos os advérbios. Falo com substantivos e verbos. Estou cansado dos rodeios.

*Não lhe importava que as suas declarações fossem mal recebidas...*

— Acho que algumas pessoas do governo podem tê-las recebido mal, mas não foram todos. Nas forças armadas existe uma situação de inércia. A inércia também está presente na política. E, nesse caso, se trata de uma inércia coletiva, de um corpo que está preso às suas declarações. Acho que no Uruguai existe um contingente muito importante de oficiais superiores que vêem claramente que a situação é insustentável.

*Não caberia aos políticos mostrar alguma possível saída?*

— Sabe como se pesca truta? A gente puxa e solta. Temos conversado muito, mas, às vezes, uma conversa pode se transformar em “papo fiado”. Não conheço nenhum computador que maneje situações como esta. Estamos à mercê do instinto.

*O senhor acha que será fácil encontrar um consenso entre os civis e os militares?*

— Seria uma bobagem pensar que uma situação como esta seja de fácil solução. Porém, acredito que em fevereiro será mais fácil que agora.

*Por que? Pela passagem à reserva de certos generais?*

— Claro. Existem generais que têm estado presente nas conversas com os dirigentes políticos, particularmente o general Rapella, e que se sentem



frustrados por não terem podido impor os seus pontos de vista. A partir de fevereiro virão pessoas mais jovens, que não participaram do movimento inicial para dar o golpe de estado e que, portanto, não se sentem responsáveis por sustentar algo que não fizeram.

Eu não os conheço, porém suponho que estarão pensando nos seus próximos oito anos como gerais. E não vejo como poderão pensar em sustentar durante oito anos uma situação que se desmorona. Na medida em que os de antes vão desaparecendo e vêm os de amanhã, estes não querem estar comprometidos com o passado.

*O sr. pediu a renúncia do general Alvarez por entendê-la como um pré-requisito para alguma saída política?*

— A meu ver, no dia em que Alvarez foi à televisão para responder aos partidos políticos a propósito do comício do dia 27 de novembro, o presidente estava começando a sua campanha eleitoral. Então, me pareceu correto exigir que o mínimo que podia fazer, se pensava ser candidato, era retirar-se do governo.

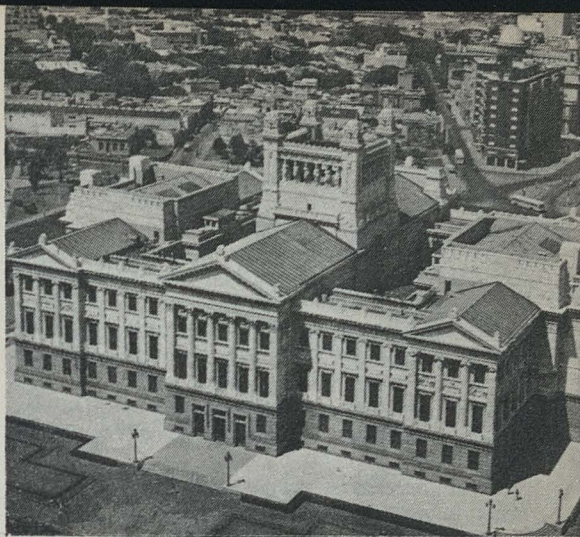
#### A "Interpartidária"

*No Uruguai, os políticos de todos os partidos estão pensando e trabalhando juntos. Na sua opinião, esta "Interpartidária" poderá converter-se, de fato, em algo permanente?*

— O primeiro governo constitucional que assumir o país vai ter que enfrentar tantos problemas como aquele que, em dezembro, assumiu a Argentina. O Uruguai é fraco economicamente, tem escassos recursos e está muito comprometido com um endividamento profundo. Por todas essas razões é que será necessária a colaboração de todas as forças sociais para que o país possa se recompor. E não será suficiente a coparticipação de somente todos os partidos políticos. Ela tem que estender-se às outras áreas da vida da sociedade.

O esforço comum não quer dizer a somatória de coisas absurdas ou opostas para fazer uma espécie de média proporcional. Não se trata disso. Acho que, em primeiro lugar, vamos ter que respeitar as maiorias eleitorais e logo buscar as bases que nos são comuns a todos, os princípios, as condutas, sobre os quais estamos todos de acordo. Haverá divergências que, a longo prazo, poderão inclusive levar-nos a terrenos opostos. Porém, acho que ninguém está pensando que o longo prazo começa já em março de 85. O primeiro objetivo do governo de março de 85 será o de entregar o poder a outro governo eleito pelo povo em março de 1989.

*Os objetivos comuns que o sr. menciona, são os*



O Parlamento: símbolo do velho Uruguai, exemplo democrático

*das forças legais e daquelas que ainda permanecem ilegais...*

— A única coisa ilegal no Uruguai é o governo.

*Quais os passos concretos que podem ser dados no decorrer deste ano de 84 para o caminho da redemocratização?*

— Não creio que possamos chegar a alcançar a totalidade dos objetivos que procuramos.

*Como, por exemplo, que não sejam legalizadas todas as forças políticas?*

— Tenho muitas esperanças de que possamos legalizar todo mundo. Existem argumentos fortes para isso, convincentes até mesmo para as forças armadas. E não estou me referindo aos argumentos de princípios, porque isso está implícito. Me refiro àqueles de conveniência, porque há alguns setores que não querem a participação do marxismo.

*Qual é o argumento que o sr. usa para neutralizar essa corrente?*

— Que é pior que essas forças estejam escondidas.

#### O importante é a liberdade

*O Uruguai vai ter um governo democrático. Essa democracia será construída sobre as mesmas bases que antes do golpe de 73 ou, à luz desses dez anos de experiência, o sr. acha que esse regime democrático teria que ser reformulado?*

— Os objetivos do homem não mudaram desde que apareceu sobre a face da terra. Nas figuras das pirâmides do Egito há indivíduos com arados que estão plantando. No nosso país, já jogamos a semente de um avião e em uma hora plantamos cen-

terceiro mundo - 49



tenas de hectares. Porém, estamos fazendo a mesma coisa: plantamos.

Na política é igual. Mas, aprendemos em todos esses anos e isso a gente tem que agradecer aos militares. Eles nos ensinaram que o mais importante é a liberdade. Nós, os uruguaios, nascemos com uma grande quantidade de coisas incorporadas à nossa existência. E pensávamos que se deviam ao simples fato de sermos uruguaios. Nas nossas discussões, que começavam no bar e terminavam no Parlamento, discutíamos o valor real da democracia formal. Atualmente todos nós percebemos a importância de se ter uma Justiça independente, e o pouco valor que tem ser rico e estar preso. Ou seja, voltamos aos primeiros tempos, às coisas essenciais.

*Seria necessário mudar a Constituição, por exemplo, para começar de novo?*

— Não, não é preciso mudá-la; só acrescentar-lhe alguns adendos. Eu fui co-redator desta Constituição e incorporei ao seu texto algumas coisas de caráter geral. Agora, que estou mais velho, vejo que a nossa Constituição é muito detalhista. Seria melhor que fosse mais aberta.

Porém o problema não reside nas constituições. A nossa é uma Constituição muito bonita e, no entanto, já viu que bonito golpe de estado nos deram com uma constituição democrática?

### O papel dos militares

*Que papel caberá às forças armadas no futuro?*

— O mesmo que tiveram no passado...

*E isso é viável?*

— Sim.

*Mas é que os militares uruguaios gozam hoje em dia de tantos privilégios e ganharam tanto terreno no plano político que vale a pena perguntar se aceitarão retornar ao seu papel específico...*

— Faz muito tempo que não visita a Argentina?

*Uns oito anos...*

— E se me tivesse feito esta pergunta com relação à Argentina, o que lhe teria respondido?

*Mas, na Argentina houve a guerra das Malvinas. Os militares uruguaios não passaram por uma guerra como essa.*

— Não é tanto assim. Eles passaram por uma outra espécie de guerra. A opinião pública tem a sua maneira de fazer a guerra. E, no Uruguai, esse tipo de guerra é muito mais dura. Na Argentina existem formas de se manter anônimo. No Uruguai não, todo mundo conhece a vida do vizinho.

*Os militares sentem a pressão social...*

— Brutalmente... É impressionante a reação que lhes produz o ruído das "caçarolas". Sentem-se acossados. Estão livres mas estão presos, isolados.

*E têm esposa, filhos, que também sentem as pressões...*

— Sim. Já existe esse problema. E temos que fazer com que não se expanda. Há crianças que, na escola, se ressentem da condição de militares dos seus pais. E as crianças são muito duras nas suas acusações e sofrem também muito mais.

É evidente que vão perder esses privilégios que têm tido. E não porque sejam militares, vão perdê-los porque o país não pode pagá-los. O país não pode dar um automóvel de presente para cada militar que passa para a reserva. A gasolina está muito cara.

### A definição ideológica

*Quais as diferenças fundamentais que existem entre o Partido Colorado e o Partido Blanco do ponto de vista político e ideológico?*

— Eu diria que as diferenças tradicionais entre os dois partidos se mantêm, apesar de que, momentaneamente dentro de ambas as comunidades, existem atitudes ideológicas bem nítidas e diferentes como a de Pacheco Areco no Partido Colorado, de centro-direita, e a de Wilson Ferreira Aldunate, do Partido Nacional, que se inclina para a centro-esquerda.

O Partido Colorado tem, no fundamental, uma visão de governo. O povo lhe exige opiniões concretas e definidas sobre todos os problemas.

O Partido Blanco é o das grandes emoções por detrás das quais caminha uma enorme força vital. Nós somos, como diz Octavio Paz, uma religião filosófica, com uma claríssima tendência ao que hoje se denomina social-democracia, com uma atitude de mudança.

Acho que os nossos adversários políticos tradicionais descobriram esse fato um pouco tarde, estão com os figurinos de há 20 anos atrás...

A social-democracia européia — que é a que está na vanguarda dos movimentos políticos — não despreza as forças do mercado nem a necessidade da eficiência da função do Estado.

*A social-democracia européia, pelo menos nos seus pronunciamentos, defende a construção de uma sociedade socialista e fala do socialismo democrático. O Partido Colorado absorveria uma colocação deste tipo?*

— O Partido Colorado é muito mais socialista que o socialismo. Se não fosse assim, a opção socialista no país se teria expandido eleitoralmente desde alguns anos atrás. Se não pôde fazê-lo é por



que todas as bandeiras estavam nas mãos do Partido Colorado.

*Mas as medidas que se poderiam chamar de socializantes, aplicadas pelo Partido Colorado nas primeiras décadas deste século, não são aquelas que o país está exigindo a meados da década de 80...*

— O Partido Colorado entende que as medidas socialistas aplicadas no Uruguai no princípio do século são, em essência, as mesmas que necessitaríamos hoje, só que a sua aplicação teria que ser diferente em 1984. O Estado não pode ser um fim em si mesmo, porque cairíamos no totalitarismo de Estado. A finalidade é o indivíduo.

Se me perguntasse qual é a sociedade ideal, eu lhe diria que é a anarquista. E para ela marchamos. Na medida em que o homem melhora o seu discernimento, a sua formação, a sua cultura, é capaz também de substituir o governo. Esta é a nova forma da democracia que temos que ir estabelecendo.

*Com quais mecanismos, por exemplo?*

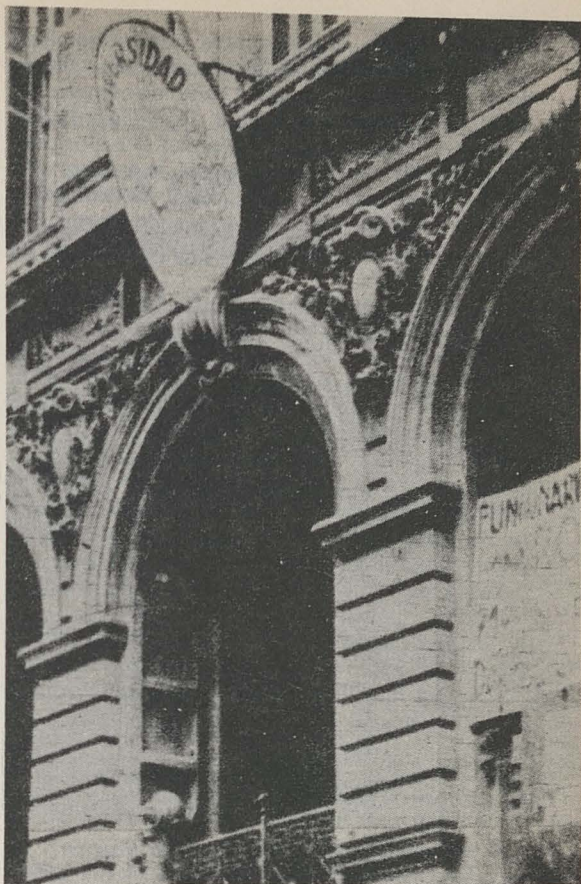
— Para que educamos as pessoas? Para que a cada quatro ou cinco anos elas votem? Isso não serve, é preciso transferir parcelas de poder. Eu acho que há muitas funções que o Estado assumiu porque não teve outro remédio.

Sou partidário de que o reitor nacional do ensino seja eleito pelo povo, em uma cédula à parte, na eleição presidencial, e que a revogação do seu cargo só possa ser feita por julgamento político. Não deve haver mais ministro da Educação. O que tem que haver é um ministro da Cultura. Assim, poderíamos tirar a educação deste gueto em que se encontra. Acho que é preciso fortalecer o setor cooperativo. Em algumas áreas, é preciso fazer economia mista. Não sou ortodoxo. Sabe como começou o monopólio da luz elétrica no Uruguai? A companhia privada quebrou. Ninguém pensava que necessariamente tivesse que ser do Estado.

Os norte-americanos descentralizam hoje a sua organização federal. Elegem diretamente os seus juízes, policiais, seus mecanismos de ensino...

*Qual é a sua proposta para os bancos?*

— Os bancos estão em mãos de estrangeiros. Nacionalizá-los é absolutamente impossível, porque se teria que ir a Nova Iorque e nacionalizar o *City Bank*. Porém, os bancos centrais do mundo inteiro exercem um controle muito evidente sobre o manejo das suas linhas de crédito e dos recursos da poupança nacional. Nesse sentido, há muitas fórmulas práticas para resolver o problema da presença dos capitais privados ou estrangeiros. Nós temos um Banco da República que é muito forte, que sempre teve uma função tradicional de auxílio à atividade produtiva nacional. Atualmente deixou



A Universidade: "tirar a educação do gueto"

de ter essa função e se transformou em um banco comercial. Temos também o Banco Hipotecário e um Banco de Seguros do Estado. O Estado dispõe de recursos bancários importantes...

*...e pode regular a atividade dos outros bancos...*

— Eles não têm mais remédio senão submeter-se às regras do Banco Central. Acho que o pior negócio seria ficar com esses bancos. Seria mesmo um péssimo negócio. Se desejam permanecer no país, é preciso obrigá-los a cumprir as leis, e é necessário fazê-las bem feitas.

**A moeda é uma mercadoria**

*O que é que se pode fazer com o campo uruguaio?*

— O setor agrário vai mal porque, da mesma forma que a indústria e o comércio, sofreu as consequências de uma absurda política de caráter monetário. Foi a insensatez do ministro da Economia que acreditou que o Uruguai podia dar-se ao luxo de fazer com que a sua moeda valesse mais que o



franco suíço. A moeda é uma mercadoria. Arismendi, o ex-ministro da Economia, criou essa situação sem sentido na qual a coisa mais barata que havia no Uruguai era o dólar. Desta forma, destruiu a proteção à indústria nacional. O exportador deixou de ser uma pessoa estimulada para ser uma pessoa sancionada. E o importador descobriu que esse era o negócio mais fácil do mundo, porque havia um grande fluxo de dólares através daquela invenção da *tablita*<sup>1</sup>.

O país foi inundado por ofertas de créditos e se endividou maciçamente. A sua dívida passou, em três anos, de 1,2 bilhão de dólares para 4 bilhões. Uma terceira parte dos depósitos estão em dólares. A economia ficou dolarizada. E, como tudo se baseava numa ficção, quando uma mola se soltou, ficaram todos mais afundados que o *Nautilus*. Os bancos também estão em péssima situação. Eles vivem para quê? Para que lhes paguem o que foi colocado. E hoje ninguém está em condições de pagar nada. Então, com respeito aos bancos estrangeiros, é preciso deixar tudo como está, para que tenham que trazer dinheiro do exterior para bancar os prejuízos que existem hoje no Uruguai. Os bancos estrangeiros querem instalar-se quando isto resulta num bom negócio e que os nacionalizem quando isso signifique a nacionalização das perdas. Agora, que sigam adiante!

#### A influência argentina

*O processo argentino vai influir no Uruguai?*

— Enormemente.

*Em quê, concretamente?*

— Nas coisas simples. Alguém pode acreditar que o governo uruguaio vai encontrar uma boa receptividade para as suas propostas comerciais e industriais? Veja como foram recebidas as delegações dos partidos políticos uruguaios. Logicamente foram recebidos oficialmente o chanceler, o delegado oficial, porém às entrevistas importantes — com Bettino Craxi e Felipe González, que são duas figuras extraordinárias — nós é que fomos, os delegados dos partidos políticos. Isto influi para que as forças armadas uruguaias sintam que isto terminou e que têm que voltar aos quartéis.

*Dizem que a "Tríplice A" está se instalando no Uruguai...*

— Sempre haverá gente maluca pela vida afora, porém, a estas alturas acho difícil encontrar malucos que comam vidro. Sabe por quê? (Tenho alguma prática adquirida da ditadura.) Porque não

<sup>1</sup> *Tablita* — Tabela de minidesvalorizações anuais do peso uruguaio, previamente divulgada pelo governo todo início de ano.

existe um santuário aonde possam ir. Para onde vão depois que haja uma abertura no Uruguai? Terão que ir para a África do Sul, e isto só se tiverem dinheiro. Por isso eu não acredito que a "Tríplice A" esteja pensando em armar confusões no Uruguai.

#### Reconstruir a economia

*O sr. disse que o povo uruguaio descobriu nesses anos que não é bom ser rico e estar preso. Mas não podemos deixar de enfrentar o problema do empobrecimento da classe trabalhadora.*

— O empobrecimento é terrível e enorme. É gravíssimo o empobrecimento da sociedade mediante a destruição do aparelho produtivo. Para que haja trabalho não basta imprimir dinheiro e aumentar os salários. Isso é um embuste, uma prática que os dirigentes políticos usam muitas vezes e aí estão brincando com o que há de mais sagrado no indivíduo, que é a confiança que deposita nos seus governantes.

Isto é, é preciso começar pela recuperação da capacidade produtiva. A riqueza básica do Uruguai é a que a terra produz. Há condições tecnológicas para que o Uruguai produza muito mais do que o que está produzindo. Com 150 mil pessoas empregadas no campo, na Nova Zelândia, se produz o equivalente a 4 bilhões de dólares anuais. E nós, com 170 mil, produzimos 500 milhões. Ou seja, não é um problema de mandar gente para o campo. Não se pode analisar o campo com conceitos pré-industriais. O campo é uma indústria. E vai sofrer progressivamente o problema da emigração, como sofrem os países industrializados. Na França, 92% da população vivem nas áreas urbanas. E nunca produziram mais do que agora.

O problema mais grave no Uruguai não é a propriedade da terra. O grave está na conjuntura internacional, nos mercados fechados à colocação dos nossos produtos, no investimento em matéria tecnológica para poder multiplicar a quantidade de pastos oferecida ao consumo das vacas e ovelhas, para que se possa duplicar o volume de lã e de carne, para triplicar a produção de têxteis e de couro, para dar trabalho às pessoas que, além do mais, necessitam de um bom salário; esse investimento primário que o Uruguai demanda vai ter que ser manejado com muito cuidado, porque nos deixaram uma dívida maior que um monumento.

*Então, é necessário renegociar a dívida...*

— Não há dúvida, o primeiro tema será o da renegociação da dívida. E depois, conceder àqueles que estão endividados em dólares, um prazo de 15 a 20 anos para pagar. O Uruguai necessita fazer uma dívida interna de consolidação do endividamento em dólares provocado pela conduta absurda do Estado.



Uruguai

Semproni

## A voz dos trabalhadores



O Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT) surgiu com força na vida política uruguaia nos últimos meses e sua presença contestadora do regime teve um ponto culminante na maciça manifestação do 1º de maio de 83 diante do Palácio Legislativo de Montevidéu, o primeiro dos vários comícios que reuniram multidões realizados no ano passado no país.

Víctor Semproni, secretário de Relações da Aebu (Associação dos Empregados Bancários do Uruguai) também é secretário executivo do Plenário Intersindical, o órgão de direção do movimento.

“Acho que o protagonismo do movimento sindical no processo uruguaio está sendo determinante e pode chegar a ser inimaginável o avanço das forças sociais”, afirma. Por que esse protagonismo? “Em primeiro lugar, pelo altíssimo poder convocatório do PIT; em segundo lugar, porque é a coluna vertebral organizativa. Em terceiro, porque o PIT imprimiu novos conteúdos às mobilizações e conseguiu assim que os partidos políticos tradicionais assumissem definições cada vez mais próximas da interpretação do sentimento popular.”

Consultado sobre o papel da Intersetorial da qual fazem parte também as forças sindicais, Semproni afirma: “A Intersetorial foi um passo muito

Hoje, o problema não é sequer de salários reais muito baixos. O problema é que no Uruguai de hoje não há onde trabalhar. Então, é preciso aumentar a produção; fazer com que o bolo cresça e impedir que somente dois o comam.

*Como vê a situação dos exilados e dos presos políticos?*

— Existem no Uruguai milhares de pessoas que ainda estão proscritas. Na verdade e basicamente, continuamos todos os uruguaios proscritos, porque não podemos escolher os nossos governantes. Porém, algumas pessoas estão proscritas somente por integrarem as listas da Frente Ampla e outras estão presas pelo único delito de integrarem o Partido Comunista. Isso é um absurdo. Existem pessoas presas sem processo e processadas com processos absurdos, com acusações que não resistem à menor análise. Conheço, em particular, a acusação contra o general Seregni, porque a estudei. E conheço Seregni há muitos anos porque, durante toda a sua vida, além de militar, Seregni foi “batllista”. A acusação se baseia em discursos da sua campanha eleitoral. É preciso terminar com esse tipo de coisas.

É necessário examinar o que houve e tratar de reparar os danos sofridos. Tem gente que usou o caminho da violência, acreditando que essa era a solução. Nós sempre discordamos e discordaremos. Eu acho que não há nenhuma razão filosófica e, menos ainda, jurídica ou ética para estabelecer que a violência é o caminho para assegurar a não-violência. Mas, de qualquer forma, são pessoas que estão presas há muitos anos e devo dizer que as cadeias no Uruguai não têm cumprido com o propósito que a Constituição e a lei estabelecem, que é o de recuperar a pessoa para uma vida normal. Pelo contrário, têm sido lugares de onde as pessoas saem inabilitadas para qualquer ato, para viver na plenitude da sua integridade espiritual.

Há muitos expedientes que têm que ser revistos, penas que têm que dar-se por cumpridas, por tudo aquilo que já sofreram; é preciso dar a liberdade condicional para muitos que já cumpriram mais da metade da pena. O Parlamento vai ter que examinar essas questões. Com cuidado e em profundidade. Temos que sair com grandeza, sem ódios nem rancores, sem “olho por olho e dente por dente”.

Muita gente sofreu muito. E podem pensar em alguma forma de punição. Eu que não sofri tanto, porque nunca fui torturado, sinto dificuldade para opinar sobre esse assunto. Mas não gosto de esconder o problema, porque temos a obrigação moral de enfrentá-lo. Temos a obrigação moral de salvar não apenas àquele que cometeu o fato, mas também o que sofreu esse fato. As pessoas estão amadurecidas para escutar a verdade. Temos que reparar os danos sofridos.

●

terceiro mundo - 53



importante na unidade das forças de oposição, embora ainda não chegue a cumprir aquilo que nós entendemos que deve ser o seu papel: tornar-se um órgão de discussão da estratégia política e não simplesmente como alguns a concebem, como um braço executor da Interpartidária”.

Para Semproni, “o processo uruguaio entrou em ritmo vertiginoso, que pode apresentar surpresas positivas a qualquer momento. No dia 27 de novembro, no Obelisco, quem mandou foi o povo. E o povo demonstrou várias vezes que desaprova alguns pontos da proclamação, principalmente quando se falava das eleições de novembro e o povo gritava ‘agora, agora’, exigindo o adiamento do cronograma eleitoral”.

Sobre as perspectivas para este ano de 84, Semproni afirmou que “será um ano transcendental para o processo uruguaio. A presença do povo nas ruas – disse – fará com que se precipite a derrubada da ditadura”.

Finalmente, consultado sobre as aspirações da classe trabalhadora para o Uruguai que está emergindo das lutas populares, o dirigente do PIT afirmou: “Se concebermos o Uruguai democrático do amanhã sobre as bases do passado, lamentavelmen-

te teremos perdido o tempo transcorrido esses anos que, apesar do resultado negativo, têm que deixar-nos lições positivas”.

“Exigimos as reabilitações totais, políticas e sindicais, a plena vigência de todas as liberdades, mas, fundamentalmente, exigimos que a nova democracia permita que o povo uruguaio seja protagonista consciente dos fatos políticos. Temos que acabar com a pseudo-democracia que só habilitava uma parcela dos cidadãos para a ação política.”

“A primeira medida econômica tem que ser o aumento maciço dos salários que reajuste o poder de compra dos trabalhadores e reative o mercado interno. A partir daí, vai-se começar a reduzir o problema do desemprego. Mas tem-se que adotar, além disso, medidas que protejam a indústria nacional e que não alimentem a importação. O PIT tem um projeto a respeito, que foi apresentado ao ministério do Trabalho, com medidas concretas que tornam viável o aumento salarial, entre outras coisas, com a exigência do controle do câmbio e a canalização da poupança pública a serviço da produção nacional. Isso significa que os bancos têm que estar a serviço do país e não o país a serviço dos bancos”, afirma Semproni.

## Ato por Seregni em Buenos Aires



O palco do ato; ao fundo, José Artigas



Cardoso fala em nome da Frente

Em 13 de dezembro passado – data do aniversário do general Líber Seregni, presidente da Frente Ampla preso em Montevideu há dez anos – realizou-se em Buenos Aires um ato em sua homenagem que contou com a presença de numerosas personalidades da Frente Ampla (o vice-presidente Juan José Crottogini, o ex-deputado Alonso, Rodney Arismendi, José Pedro Cardoso, Samuel Lichtenstein etc.) e muitas delegações estrangeiras que estavam na Argentina convidadas para a posse do presidente Raúl Alfonsín. Calcula-se que lá se reuniram mais de 20 mil uruguaios entre residentes em Buenos Aires e outros que viajaram expressamente do Uruguai. O conhecido cantor uruguaio Alfredo Zitarrosa encerrou o ato com várias músicas que ele popularizara na década de 70.

No dia 11 de dezembro, o dirigente blanco Wilson Ferreira também havia realizado um comício em Buenos Aires do qual participaram milhares de uruguaios (calcula-se que uns 20 mil), a maior parte deles vinda especialmente de Montevideu para escutá-lo.



Arismendi

# “Vamos enterrar a ditadura”



O secretário-geral do Partido Comunista uruguaio, Rodnei Arismendi, é um dos maiores teóricos marxistas da América Latina. Ex-parlamentar, foi preso e depois exilado pelo regime que se instalou no Uruguai em 1973.

*Como secretário-geral do Partido Comunista uruguaio, como é que o senhor encara a atual conjuntura?*

— Entramos na derrota final da ditadura.

A ditadura uruguaia respondeu a uma política global do imperialismo norte-americano, que pretendeu reverter todo o quadro político do continente. Numerosas forças democráticas de diversas tendências afloravam nas décadas de 60 e 70 em busca da autodeterminação econômica e política de nossos povos. No Chile, triunfava o dr. Allende, que se propunha a uma transição ao socialismo por um caminho proclamadamente pacífico. Os Estados Unidos intervêm duramente, tendo o Cone Sul como principal teatro de operações. Antes havia intervindo no Brasil.

Dez anos depois, observamos que a situação no continente mudou. O Brasil — que em si mesmo

equivale a um continente — começou a reencontrar seu caminho democrático. Instalou-se na Argentina um governo emanado do voto popular. A Bolívia tem um governo eminentemente democrático, com posições de esquerda, liderado pelo dr. Siles Zuazo. O Chile se levanta e a ditadura está se esfacelando no Uruguai.

Desde 25 de agosto, o Uruguai vive uma grande manifestação democrática por mês. Convocada por quem? Uma coordenação de partidos, legais e ilegais. A Frente Ampla se mantém com toda sua dignidade, com seu programa, sua identidade e seu grande líder, o general Líber Seregni, preso.

É evidente que este acordo atual é um passo. A Frente Ampla, porém, reclama um acordo mais permanente, com um programa, para hoje e para amanhã.

*A democracia que poderá surgir das eleições de novembro deste ano, terá as mesmas bases do passado ou será necessário realizar algumas inovações?*

— As massas na rua exigem *democracia agora*. O exercício da liberdade tem que ir se ampliando a partir de agora, sem esperar novembro.

Acreditamos que o governo eleito pelo povo que emergir das urnas será, sem margem de dúvidas, democrático. Será necessário fazer mudanças? Ahamos que sim. Ahamos que as forças políticas, e sobretudo o povo, entenderam a necessidade de se chegar a um acordo dentro das divergências ideológicas e dos problemas de fundo.

O Uruguai está vivendo uma crise profunda. O salário caiu 50%. A ditadura reconhece 17% de desemprego no setor industrial. A dependência da agricultura em relação ao capital financeiro assume proporções catastróficas. A indústria uruguaia se retrai.

A degradação no país é tão grande que até a seita *Moon* passou a ter um jornal e se transformou num fator de financiamento da vida da República, quando todo mundo sabe que a seita *Moon* é uma associação de delinquentes que teve sua atuação proibida em outros países da América Latina e quando todos sabem que ela é um instrumento da CIA.

A primeira coisa a ser mudada é a cabeça dos dirigentes políticos. Há setores importantes dos partidos tradicionais que compreendem que no Uruguai de amanhã ninguém poderá governar sem uma política de soberania, de mudanças econômicas, respaldada pelas forças majoritárias. É evidente que cada um entende isso à sua maneira. Tem gente que acha que um acordo nacional significa que os operários não vão ter aumento de salários, que os desempregados terão que continuar se alimentando nas latas de lixo, que a Universidade continuará sendo um instrumento como o que o regime pretendeu criar, que vão continuar as categorias de





“Alguns acham que os trabalhadores não terão que ter aumento de salários”

cidadãos, A, B e C.<sup>1</sup>

Mas não acho que os que pensam assim vão ter sorte. Compreendemos que haverá lutas, diferentes posições de classe, matizes ideológicos. Por isso nós afirmamos que a classe operária, organizada segundo sua tradição e até com a sigla da CNT, deverá seguir em frente; que os movimentos estudantis deverão prosseguir; que a Frente Ampla, que foi a síntese de todo o processo de unidade da esquerda uruguaia, com um programa definido, deverá ter uma presença orientadora na vida nacional e ser um fator político real dentro do processo.

*O senhor acha que a plataforma econômica da Frente Ampla ainda é válida?*

— As propostas do programa geral que a Frente apresentou em 1971 continuam vigentes. A Frente Ampla não foi um acidente para a eleição. Foi um movimento de renovação com vistas a uma nova opção de poder no Uruguai. Por isso seu programa é antiimperialista, é democrático avançado, visa transformar a agricultura e se apóia, principalmente, na classe operária, nas camadas médias, nos trabalhadores do campo, nos intelectuais.

Não se deve pensar que, no dia seguinte à posse de um governo popular, nós estaremos obrigatoriamente numa guerra civil entre a esquerda e os outros setores. Isso seria um suicídio. É preciso estabilizar a democracia para chegar a determinados acordos programáticos.

Eu falei da Frente Ampla. Quanto a nós, o Partido Comunista, somos um partido operário, com muitos anos de vida, defendemos o socialismo. Mas nem por isso vamos propor a instalação do socialismo no dia seguinte às eleições. Não somos loucos nem utópicos. Mas, passadas essas circunstâncias, o novo Uruguai terá que fazer uma opção democrática avançada, soberana, rumo ao socialismo.

<sup>1</sup>Essas categorias foram criadas pelo regime militar e cada cidadão está enquadrado numa delas: A) sem problemas políticos; B) suspeito; C) indesejável politicamente.

*Mesmo seus adversários reconhecem no senhor um homem capaz de fazer uma análise correta da situação de seu país. Quais foram as mudanças que o período ditatorial provocou na sociedade uruguaia?*

— Primeiro, a hipertrofia do capital financeiro, vinculado aos meios financeiros internacionais, em detrimento da agricultura, da indústria e de todo o povo. Segundo, uma queda dos níveis de desenvolvimento capitalista no país.

*Esse rompimento da antiga sociedade uruguaia fortalece a estruturação do sistema bipartidarista, ou, pelo contrário, poderá favorecer a consolidação de uma terceira força, como é a Frente Ampla?*

— A terceira força política surgiu no Uruguai na década de 60. A Frente Ampla era a unidade da esquerda, que depois de anos de lutas suicida se encontra no caminho de sua unidade, com um programa claro. Após poucos meses de sua formação, a Frente Ampla obteve 20% dos votos do país.

A ditadura agiu principalmente contra a Frente e hoje não existe no país ninguém que tenha mais prestígio que o general Liber Seregni, o presidente encarcerado da Frente. Restam no Uruguai por volta de 1.200 presos, entre eles grande parte dos parlamentares da Frente Ampla, como Jaime Pérez, Massera, Pietrarroia e muitos mais. Contudo, a Frente Ampla está atualmente mais atuante do que nunca.

#### A legalização do PC

*O senhor acha que o Partido Comunista poderá ser reabilitado antes das eleições deste ano?*

— Duas figuras presidenciais do Uruguai, Julio María Sanguinetti e Wilson Ferreira Aldunate, disseram que não pode haver democracia se os comunistas forem mantidos na ilegalidade. Isso é o resultado muito respeitável da sensibilidade democrática desses dirigentes, como também é produto das lutas do povo uruguaio que criou condições novas para derrotar a ditadura.

*Mas poderá haver eleições sem reabilitação do Partido Comunista?*

— Serão eleições condenadas no mundo todo. O Uruguai denunciará que essa democracia é mutilada. Mas nós não fazemos análises políticas em função das eleições. Nós não lutamos por uma revogação das nossas cassações, mas por reabilitar toda a Frente, para que possa participar nas eleições em igualdade de condições com todos os partidos.

*Aparentemente, há consenso em todas as correntes políticas no sentido de que alguns setores da Frente têm de ser reabilitados. Mas alguns di-*



*rigentes estariam dispostos a negociar a não legalização do Partido Comunista.*

— Eu acho que é um erro proclamar de antemão que vai se negociar até um determinado ponto. Geralmente, para negociar é preciso pensar como os mercadores: se eu quiser obter 20 tenho que pedir 50. Se se proclama de antemão que se pode negociar em cima da cabeça dos comunistas, vão ter que negociar em cima de outras coisas que se consideravam conquistadas.

Se os comunistas vão ser legalizados ou não, antes das eleições, a luta é que vai dizer. Mas serão legalizados sem dúvida depois da eleição, porque ninguém pode varrer uma força política real, importante, operária, com aliados e amigos, como é o PC no Uruguai.

*O senhor acha que a Frente vai se apresentar sozinha às eleições de 84, caso seja reabilitada, ou poderão surgir alianças eleitorais?*

— Pelo que eu sei, esse tema ainda não foi colocado. Estamos na etapa de exigir que a Frente Ampla seja legal. Haverá tempo depois para analisar as opções políticas futuras do país.

#### Os bancos e a dívida externa

*Avancemos no tempo. Que medidas prioritárias deverão ser adotadas, para ativar a economia uruguaia, depois das eleições?*

— Creio que seria inadiável a nacionalização dos bancos, se é que o país deseja realmente controlar o capital financeiro e influir na balança comercial e no balanço de pagamentos.

É evidente que a nacionalização dos bancos é um tema de discussão entre as diversas forças, embora para nós seja um tema claro. Mas nem sempre o que é claro para nós é claro para as outras pessoas.

*E o problema da dívida externa?*

— Segundo os economistas da oposição, o Uruguai tem uma dívida de aproximadamente 6 bilhões de dólares. A ditadura reconhece 4 bilhões. De qualquer maneira é uma dívida impossível de ser paga.

Que vai acontecer? Vai-se ter que votar uma lei de moratória da dívida dos trabalhadores rurais, dos fazendeiros, dos homens do campo. Se não houver moratória, os bancos continuarão explorando e se apropriando das terras.

No Uruguai do passado, o Banco da República exercia um papel preponderante. Agora, o Banco da República e o Banco Central estão a serviço dos bancos estrangeiros. Esse é um grande tema: o que fazer com o endividamento industrial e de todos os setores agrícolas? Eles não podem pagar. O Uruguai também não pode pagar.

1984 — janeiro — no. 62

Depois de março de 1985, nós teremos que começar a pagar o serviço da dívida, num valor total de um bilhão de dólares. A ditadura negociou com o FMI esta carência de um ano, para adiar os problemas atuais. Mas como pagar os juros, quando eles já se aproximam de um-terço das exportações do Uruguai? O país teria que ser declarado insolvente.

O problema não é só do Uruguai. O Brasil tem uma dívida sufocante; México, Venezuela, Argentina, a mesma coisa. Será que a América Latina não está madura para um entendimento entre seus países, visando a chegar a uma moratória real a partir de posições de força?

Carlos Velásquez



“Vamos enterrar a ditadura”

*Como vê o problema das forças armadas? Qual será o seu papel num governo constitucional?*

— As forças armadas uruguaias terão que voltar aos quartéis, submeter-se, como sempre fizeram, à Constituição uruguaia que estabelece que seus fins específicos são a defesa do país em caso de uma agressão externa ou de comoção interna. Mas terão de estar subordinadas às autoridades civis.

A pretensa democracia restrita, derrotada no plebiscito de 1980, só serviria para dar início a um novo ciclo de golpes de estado no país.

Tudo leva a crer que na nova etapa serão necessárias certas mudanças dentro das forças armadas, uma certa democratização interna.

*O senhor acha que vai demorar muito para atravessar o rio da Prata?*

— Eu sempre me senti muito próximo de minha Pátria. Sempre fui um combatente dentro, mesmo estando fora. Sou otimista. Quando me expulsaram do país, o jornal *El País* — tão miserável e laicaio da ditadura — disse que eu jamais voltaria vivo ao Uruguai. Vamos enterrar a ditadura e eu vou voltar vivo.



Cardoso

## “Construir a democracia sobre novas bases”



**E**x-senador, presidente do Partido Socialista uruguaio, José Pedro Cardoso atua na política uruguaia há mais de 50 anos. Recentemente completou 80 anos e a data serviu para demonstrar o prestígio que Cardoso tem nos círculos políticos latino-americanos e europeus, pois recebeu mensagens de todas as partes do mundo. Atualmente, Cardoso é membro da Mesa Executiva da Frente Ampla, e nessa condição tem desempenhado uma intensa mobilização internacional a favor da libertação do general Líber Seregni.

*Como é que o sr. vê o processo uruguaio à luz da redemocratização na Argentina?*

— Existe um vínculo que poderíamos chamar de psico-político entre a Argentina e o Uruguai. E os uruguaiois democráticos sentimos de uma ma-

58 - terceiro mundo

neira muito profunda este momento que a Argentina está vivendo. Porém, as ditaduras só caem quando dentro de cada país se criam os fatores determinantes da sua derrota.

No Uruguai de hoje o povo está nas ruas, não só em Montevideu como também nas cidades do interior e acho que este é o elemento fundamental destes tempos no Uruguai: a unidade do povo na luta contra a ditadura.

A presença do povo nas ruas mostra o acerto da linha que a Frente Ampla e o Partido Socialista (permita-me que fale em particular do meu partido) vêm sustentando com uma firmeza e uma paciência que grupo algum pode superar, da necessidade da unidade nacional. A Frente Ampla tem sido o motor principal, nos seus contatos com os partidos autorizados, com as organizações operárias e estudantis, desta unidade que estamos presenciando.

Esta Intersetorial, que se constituiu graças à persistência da Frente Ampla e que foi aceita de imediato pelos partidos tradicionais, organizou as primeiras manifestações, os *cacerolazos* que nunca antes se haviam escutado em Montevideu, as luzes apagadas, as concentrações não-autorizadas e, finalmente, o imenso comício do dia 27 de novembro.

*Como está organizada a Intersetorial?*

— Foram constituídas quatro comissões: organização, finanças, propaganda e segurança.

*E a Interpartidária?*

— Além de estabelecer a unidade de ação a nível intersetorial, nós acreditávamos que se deveria constituir um organismo a nível das direções políticas, que é o que se conhece como a Interpartidária. Nela, o conjunto dos partidos pode realizar uma análise comum dos passos que serão dados no terreno político, podendo-se chegar a traçar táticas também comuns. Este ponto não teve uma aceitação imediata, como me dizia um amigo, em forma “contratual”. Mas teve uma aprovação de fato. Começamos a trabalhar e posso afirmar com muita propriedade — porque eu sou o representante da Frente Ampla na Interpartidária — que o comício histórico de 27 de novembro foi realizado por uma Interpartidária onde estávamos todos, legais e ilegais.

*Quais serão os próximos passos?*

— A Frente Ampla pretende que a Interpartidária funcione não como um organismo executivo e sim como um organismo de consulta, de orientação, de análise conjunta, que funcione com uma certa periodicidade. Isto vai ser proposto nas próximas reuniões.



*O sr. acredita que 84 é um ano eleitoral para o Uruguai?*

— Em primeiro lugar devo dizer algo que pode parecer obsessivo, mas a realização das eleições vai depender do fortalecimento da unidade. Devo confessar que não confio inteiramente na realização dessas eleições. Me inclino a pensar que sim, serão realizadas. Mas quem está vivendo no Uruguai e vê como estão as coisas acha que tudo pode acontecer.

Face à crescente mobilização popular, a margem operativa da ditadura tem diminuído. Restalhe ainda o caminho do endurecimento, seja sob a forma de um golpe ou pela volta (retorno) a práticas mais decididamente ditatoriais, ou o caminho da realização de eleições livres.

O que aparece como evidente é que não poderão manter esta situação de indefinições. A situação está se deteriorando e os militares enfrentam cada vez mais claramente a necessidade de optar. Me inclino a pensar que a opção será pela realização das eleições, sem descartar, entretanto, a possibilidade de uma manobra suja.

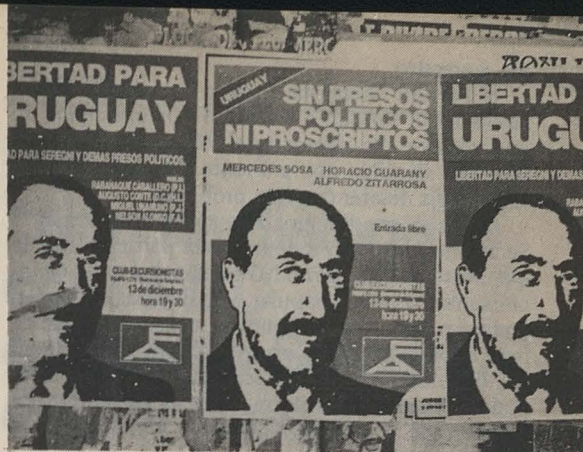
*O sr. acha que o mês de fevereiro, com a passagem à reserva de alguns chefes militares, pode tornar mais clara a situação?*

— Acho que ao preencher as vagas de generais o presidente Gregorio Alvarez tem que manobrar muito bem, para poder colocar nestes cargos alguns oficiais próximos a ele e à sua linha continuísta. Se ele não conseguir isto, sairá fortalecida a linha que favorece a abertura democrática.

*No caso de que realmente se realizem as eleições, qual seria a conduta da Frente Ampla? Lançaria candidaturas próprias a todos os cargos ou poderia tentar chegar a alianças eleitorais?*

— Na realidade, a Frente Ampla ainda não aprofundou a discussão deste problema, absorvida como está por problemas mais imediatos, de táticas e estratégias de ação. Entretanto, há pouco mais de dois meses resolveu começar a reunir dados e elementos de juízo em matéria eleitoral propriamente dita. Foi encomendado a um especialista um estudo preliminar de como estão colocadas para a Frente Ampla as possibilidades eleitorais. Como se sabe, a ditadura fez uma mistura de partidos desfeitos, de partidos ilegais e de partidos proscritos, o que se soma à complexidade do processo eleitoral uruguiaio.

Mas acho que interpreto o espírito que sinto como majoritário na Frente Ampla e no meu Partido Socialista, afirmando que dificilmente a Frente entrará em coalizões eleitorais. O que está fora de dúvidas é que no momento atual a primeira prioridade, em termos eleitorais, é conseguir que a



Cartazes do gal. Seregni nas ruas de Buenos Aires

Frente possa votar como Frente, com a sua individualidade.

*Deduz-se de suas palavras que a Frente Ampla está em vigência, dez anos depois, como estratégia unitária da esquerda uruguiaia...*

— Se eu tivesse que resumir em duas palavras o significado mais profundo do poderoso movimento popular que é a Frente Ampla, diria que é um movimento antiimperialista e antioligárquico. “Nosso movimento não é para uma conjuntura determinada”, disse Seregni, “é um movimento permanente para atingir seus objetivos essenciais”. Essa definição está incluída em todos os seus documentos...

O fato de que a Frente Ampla não tenha podido atuar publicamente durante todos estes anos não invalidou a sua proposta política. Temos agora que pensar no futuro. E temos certeza que será um futuro de êxitos, baseados na fidelidade das bases da Frente Ampla, na nossa plataforma política e no carisma do general Liber Seregni.

### O Uruguai do futuro

*Desta etapa de dez anos de ditadura vai surgir um Uruguai que terá que ser repensado. Quais as lições que esta etapa deixou? O Uruguai e a democracia uruguiaia anteriores a 1973 podem ressurgir sobre as mesmas bases anteriores?*

— A primeira coisa que se necessita fazer é não voltar ao que era antes. Não é este talvez o momento mais propício, depois de tantos sofrimentos, para analisar as culpas e os erros, sobretudo num momento em que temos que unir-nos para recuperar a liberdade. Mas não podemos negar que ocorreram muitos erros, muitos desvios e muitas injustiças do regime econômico e social e mesmo do político. Houve dirigentes que, na época anterior à ditadura, permitiram que esta encontrasse um ambiente propício para o surgimento do siste-



ma repressivo.

O Partido Socialista chegou a conclusões concretas neste sentido e estruturou os princípios do que chamou "a democracia sobre novas bases". Isto não significa que a Frente Ampla como um todo esteja desatenta a este problema.

O que é essa "democracia sobre novas bases"? Se assemelha muito à democracia participativa, de que tanto se fala agora. No essencial se trata de incrementar o poder popular, sob diversas formas. E podemos mencionar algumas: constituir organismos imbuídos de um espírito de justiça, igualdade, liberdade e com um sentido preventivo. Este poder popular constituirá redutos de defesa da democracia.

*Trata-se de uma descentralização política e administrativa?*

— Não se trata somente de descentralizar, senão de criar órgãos que tenham faculdades de controle, de vigilância, de assessoria e até de resolução, em alguns casos. Uma reivindicação clara neste sentido está sendo levantada atualmente pelos estudantes: voltar à cogestão universitária. Em outra área, conseguir que o movimento cooperativo se constitua como um órgão do poder popular, para orientar as decisões do governo em matéria econômica, que é tão fundamental, e incrementar também o sistema cooperativo no terreno agrário. E também no terreno dos benefícios sociais, onde é muito importante a representação dos mais pobres, cuja existência depende justamente desses seguros.

*Seriam introduzidas modificações no funcionamento dos organismos municipais, por exemplo?*

— Não, a nossa concepção democrática reconhece a vigência de organismos democráticos, como o Parlamento ou os órgãos do poder municipal. Não se toca no que existe, se acrescenta.

Existem antecedentes. Quando o nosso partido tinha expressão parlamentar (na época em que no Uruguai havia Parlamento) apresentamos um plano neste mesmo sentido, que correspondia ao lema "trabalhadores e consumidores no governo dos serviços públicos". Nós propúnhamos formas diferentes de participação dos consumidores nos distintos órgãos do Estado: comunicações, bancos, serviços públicos etc.

*Como o sr. vê a presença das forças armadas na vida do país depois que um governo democrático assumir o poder?*

— Penso que o problema chave se encontra na formação dos oficiais. Quando se pensa que 25, 30 ou 40 mil oficiais latino-americanos passaram pelas escolas militares dos Estados Unidos, como Fort Bragg, Fort Gulick e tantas outras — e que lá eles

60 - terceiro mundo

recebem não só instrução técnica, isso nós já sabemos, mas também são preparados para enfrentar o que eles chamam de "subversão", e que não é outra coisa senão qualquer movimento progressista — nós temos então que perguntar se não é necessário modificar os planos de estudos dos oficiais, para que eles sejam supervisionados como em qualquer outro ramo do ensino num regime democrático. Isto é algo ambicioso, porém se estamos falando de construir uma democracia sobre novas bases é preciso vincular o ensino que recebem os cadetes aos enfoques educativos institucionais do país.

*Este foi um tema muito discutido na campanha eleitoral argentina e havia praticamente um consenso no sentido de que os planos de estudo e as academias militares tinham que ser reformulados.*

Sem dúvida, esse será um dos deveres fundamentais daqueles que assumam a condução do país quando tenhamos um regime democrático.

*E quais seriam as funções das forças armadas?*

— As constitucionais.

*Aparentemente, uma das dificuldades para conseguir definir a abertura no Uruguai reside no medo dos militares de um eventual ajuste de contas posterior. Como o sr. vê este problema?*

— Não é um problema simples, mas vou expor com clareza o meu ponto de vista. É certo que existe o medo do que eles chamam "revanchismo". E pode haver alguns dirigentes políticos que, esperando a volta do país à normalidade democrática, estariam dispostos a adotar uma posição de esquecer o que ocorreu no país durante estes anos. Porém quando pensamos nas milhares de famílias uruguaias que sofreram nos seus filhos, filhas, mães e pais, a perseguição, a prisão, a tortura, o exílio, sentimos que não é possível virar a página como se nada houvesse acontecido.

Temos que encontrar a forma pela qual algum organismo julgue, examine e decida, com todas as garantias que eles não nos deram com a sua justiça militar.

*Falemos dos outros militares, daqueles que estão presos pela sua fidelidade à Constituição, simbolizados na figura do general Liber Seregni. Qual poderá ser o seu papel no futuro?*

— Acho que Seregni, uma vez em liberdade, vai agir fundamentalmente como político, como líder da Frente Ampla, talvez como candidato à presidência.

Com relação ao tema do "revanchismo", ainda que eu não saiba o que Seregni está pensando concretamente sobre isso, sei que para ele, assim como para a Frente Ampla, a palavra vingança não será nunca aplicável. Se trata de fazer justiça.

no. 62 — janeiro — 1984



*É possível construir uma democracia sem anistia?*

— Pode haver uma institucionalização democrática de acordo com as normas clássicas, porém não pode haver pacificação sem anistia. E um dos objetivos do retorno ao regime democrático é fazer com que o país se pacifique. É necessário que haja uma anistia total e irrestrita.

#### A economia

*Quais seriam as prioridades do Partido Socialista e da Frente Ampla para começar a recuperar a economia do país?*

— A primeira medida tem que ser a mudança total da política econômica da Escola de Chicago, política fortalecida com a volta de Vegh Villegas ao ministério da Economia.

E depois, continuamos pensando que o problema do Uruguai reside na sua principal fonte de produção, que é a terra. É necessário que se faça uma reforma agrária, pois qualquer plano que omita encarar o problema da propriedade da terra é um plano capenga.

*O que fazer com os bancos?*

— Se antes de 1973 éramos partidários da nacionalização, agora, com 19 dos 21 bancos do país em mãos estrangeiras, o somos muito mais. Estamos nas mãos do capital financeiro internacional. A nacionalização dos bancos e dos mecanismos principais do comércio exterior, que junto com a reforma agrária foram as principais medidas propostas em 1971 pela Frente Ampla, se tornam agora imperiosas.

*A reforma agrária teria uma ênfase cooperativista ou estatizante?*

— Damos cada vez maior importância aos métodos cooperativistas. Mas é lógico que um espírito cooperativo não se cria por decreto. E também não desconhecemos nem minimizamos os problemas que não estão diretamente ligados à forma de propriedade da terra, como, por exemplo, a falta de mecanização e os problemas de comercialização. Porém, basicamente, é preciso erradicar a má distribuição da terra, que resulta inclusive anti-econômica.

*Qual é a posição da Frente Ampla com respeito à dívida externa?*

— Não estamos ainda perfeitamente familiarizados com as condições em que se contraiu a dívida. Assim, temos que começar por pesquisar essas condições. Para uma economia como a nossa, 4 bilhões de dólares é uma dívida grande e é preciso ver como será possível chegar a pagá-la sem comprometer a soberania do país.

1984 — janeiro — n.º 62

Uruguai

Sosa Dias

## “Não há diálogo com a DC enquanto Seregni estiver preso”



Bettino Craxi e Sosa Dias em Buenos Aires

**Q** vice-presidente da Democracia Cristã uruguaia, Daniel Sosa Dias, ex-deputado da Frente Ampla, também esteve em Buenos Aires como convidado para a posse do presidente Raúl Alfonsín, junto com outros delegados de seu partido. Sosa Dias definiu assim a situação política no Uruguai: “No ato de 27 de novembro passado, o povo enterrou definitivamente o projeto político das forças armadas baseado na tutela e nas cassações. Para dar garantias democráticas autênticas é necessário substituir o atual presidente da República, que simboliza um projeto continuísta, rejeitado pela imensa maioria do povo. É preciso constituir um governo de transição, que convoque eleições imediatas com a participação de todos os partidos existentes no Uruguai”. Junto com esse governo de transição deverá haver o fim imediato de todas as cassações e impedimentos, uma ampla anistia política e o restabelecimento das liberdades, fundamentalmente as de expressão e de associação”, acrescentou.

Sobre uma eventual legalização da Democracia Cristã, da qual já várias vezes se falou, afirmou o

terceiro mundo - 61



dirigente: "Não podemos ver essa possibilidade desligada da anistia de todos os partidos e pessoas, e concretamente da anistia do general Seregni; nosso candidato nas últimas eleições democráticas e livres, com o qual estamos unidos em termos de solidariedade moral e política. Não há diálogo com a Democracia Cristã enquanto Seregni estiver preso e proscrito. Nossa legalização parcial não modificará nossa atitude".

Em relação à Interpartidária, Daniel Sosa Dias afirmou que representa "o máximo nível político, para decidir sobre ações comuns contra o regime". Sua constituição, acrescentou, "comprometeu todos os partidos a aprofundarem a discussão política comum."

Quanto aos objetivos específicos de seu partido, o dirigente democrata-cristão observou que "nosso

projeto é oferecer à nação um instrumento político de clara definição e credibilidade democrática, não só em seus objetivos, mas em seus métodos, constituindo-se em uma bandeira das grandes transformações econômicas e sociais de que o país necessita e que só uma esquerda nacional e popular poderia desenvolver".

Sobre a vigência da Frente Ampla, da qual a Democracia Cristã foi impulsora e fundadora em 1971, afirmou Sosa Dias: "O frentismo e Seregni são uma realidade política plenamente vigente. Será necessário juntar as experiências vividas do frentismo de 71 — feita a devida autocrítica — e as experiências que o país viveu nestes últimos dez anos, para repensar e reconstruir uma frente popular e democrática, adaptada às novas exigências políticas e ao projeto do futuro".

### Alba Roballo: "Nada mais detém o povo"

□ A ex-senadora da Frente Ampla, Alba Roballo, foi a primeira mulher uruguaia e latino-americana que ocupou um ministério (Cultura) ao qual renunciou em 1968, pouco antes de os primeiros estudantes caírem assassinados nas ruas de Montevidéu por um regime que implantou medidas de exceção e abriu caminho para o golpe de estado.

"Tenho a imensa honra de ter sabido sair em tempo — diz ela — porque se prolongando minha permanência por uma ambição natural não tivesse renunciado, se os estudantes tivessem caído na época do meu ministério, hoje não poderia estar falando com essa serenidade de consciência".

Ao procurar se definir, Alba Roballo diz: "Tive duas profissões apaixonantes, a de militante política — felizmente definitivamente na esquerda — e a de escritora. Acho que talvez não tenha feito bem nenhuma das duas coisas. Este ano comemoro meu cinquentenário na luta política e meus 60 anos de sonhar com a poesia".

"Como escritora, a partir de 73, vivo a anticriação. Como política, minha condição de cassada me criou a angústia de ser morta em plena vida inquieta e combatente. É terrível a instituição da cassação, não a desejo para ninguém. Colocar um ser vivo na cal ou torná-lo cinza é um ato de crueldade e de injustiça feroz e principalmente se não fizemos nada para merecê-lo."

A dirigente política uruguaia não é pessimista. "Já ninguém pode deter o povo", afirma. "Já ninguém manda nele. Ninguém o convoca. Está



Alba Roballo: "vivo na anticriação"

sempre nas ruas, numa totalidade esmagadora e com uma decisão que assusta os próprios dirigentes".

"Tenho uma motivação para prosseguir a luta — diz ela — dos milhares de presos políticos, de presas de todas as idades, com quem me sinto tão solidária, e também a desse homem ilustre, tão nobre, tão digno, tão amado por seu povo, que conduz a esquerda nacional, agora com uma dimensão imprevisível e com uma presença na América e no mundo, que é Liber Seregni."

A senadora Alba Roballo publicou ano passado no Uruguai, uma antologia de sua poesia, chamada "Herdarás a terra". Para ela, o mais importante do livro é a simbologia. "Veja os símbolos da capa: sangue derramado e grades", diz. Em Buenos Aires, dadas as condições políticas criadas pela abertura, Alba Roballo vai publicar outro livro, "mais comprometido, que não poderia editar no Uruguai neste momento".



# 1984

Nossa mensagem é de fé e de esperança. Nós achamos que o ano de 84 vai ser um ano de conquistas para o povo brasileiro. Porque uma situação como a que vivemos até aqui, não pode continuar. E eu estou certo de que vai prevalecer o bom senso, vai prevalecer, finalmente, o sentimento de patriotismo e humanidade, que devem dominar, que devem inspirar as decisões de todos, como a conduta de cada um.

Eu acho que este ano de 84, depois dos questionamentos que vivemos em 83 e 82, vai ser um ano de construção de saídas. Eu acredito, francamente, que este ano vai assinalar, no curso da nossa vida, um período de mais definições e melhores alternativas para nós.

Quanto ao Governo do Rio de Janeiro, eu gostaria de dizer que, para nós, este ano que se aproxima vai ser um ano mais afirmativo, um ano mais concreto, em matéria de ação, de realizações, enfim, de serviços à população.

E, neste sentido, nós esperamos a colaboração de todos. Porque construir incompreensões não serve a ninguém. Muitas dessas incompreensões acabam recaindo sobre seus próprios inspiradores. E isto, pessoalmente, eu não gostaria que ocorresse a ninguém. Nós precisamos desenvolver aqui um clima de cooperação e de trabalho conjunto.

Essa tem sido a postura do Governo do Estado. E essa colaboração nós voltamos a pedir a todos.

*Vamos em frente, com  
o solto leme, em bus-  
ca de nosso destino.*

*Leandro Pizze*



**CHEQUE ESPECIAL  
BANESPA.**



**TODOS CONFIAM.**

Com o novo Cheque Especial Banespa é mais facilidade, mais rapidez e é mais seguro em todos os aspectos. É o compromisso com a Banespa e com seus beneficiários. É a confiança que o Banco tem em seus Clientes portadores do Cheque Especial. Por isso, sempre emitimos o Cheque Especial Banespa para resolver seus problemas. Não é só se sentir mais protegido e confiante por emitir que se...

**banespa**

# O CHEQUE ESPECIAL BANESPA FICOU MELHOR AINDA.

O Cheque Especial Banespa sempre teve o prestígio que  
você exige de um cheque.

A aceitação total.

A facilidade para sacar em qualquer agência. E a confiança  
de quem emite e de quem recebe.

Mas agora ele mudou.

Ficou melhor ainda, oferecendo mais  
vantagens para você.

Conheça o novo cheque Especial Banespa  
em qualquer uma de nossas agências.

Ele está do jeito que você queria.

**banespa**

*Agora, total apoio à comunidade*

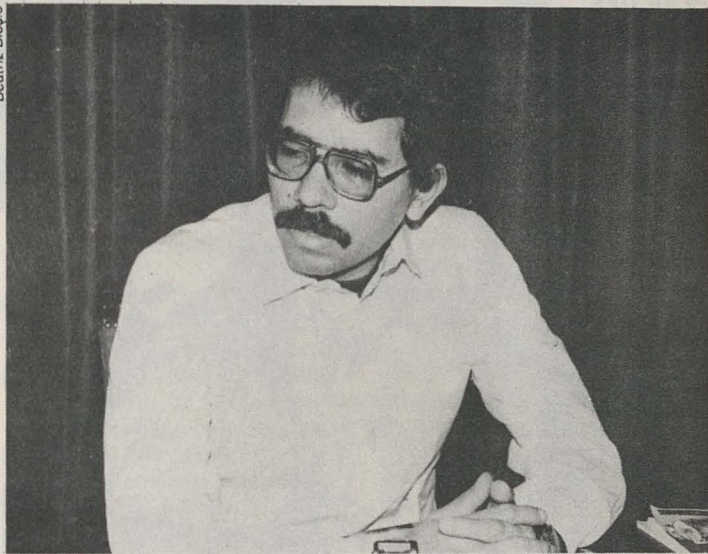


# A ofensiva política

As razões das corajosas medidas adotadas pela Junta

Os primeiros meses de 84 marcarão o início da concretização de uma série de projetos políticos destinados a consolidar o governo sandinista. Antes mesmo da entrada em vigor destes projetos, eles já provocaram algumas mudanças na atitude dos Estados Unidos. Neste depoimento exclusivo aos cadernos, o comandante Daniel Ortega explica o alcance dessa ofensiva política. Estas são as principais opiniões emitidas pelo dirigente nicaraguense.

Beatriz Bisso



Ortega: "desmantelar as bases militares da região"

## O RECUO DE REAGAN

(...) Existe uma filosofia de força orientando toda a atual administração norte-americana. Isso ficou claro num discurso recente de Reagan a um grupo de veteranos. Neste discurso ele enfatizou o poderio do seu exército e justificou a invasão de Granada, bem como alegou ter o direito de agir em qualquer parte do mundo, onde ele considerar necessário. Portanto o perigo real de uma intervenção na Nicarágua ainda continua, embora os argumentos que a Casa Branca vem usando para justificar essa medida, tenham caído por terra.

Um relatório divulgado há pouco pela CIA admite que os contra-revolucionários não têm possibilidades, nem políticas e nem militares, de derrubar o governo sandinista. No meu entender, essa apreciação já é antiga. Foi talvez por isso que eles procuraram outra alternativa de natureza militar, já que foi manti-

da a política de tentar resolver os problemas pela força. Nessa nova atitude de buscar alternativas, é que se coloca a presente ameaça de intervenção na Nicarágua. O perigo dessa intervenção dos Estados Unidos surgiu na medida em que Reagan verificou o fracasso dos seus instrumentos de ação, notadamente os ex-guardas somozistas, apesar dos milhões de dólares investidos em apoio logístico e armamentos. O relatório da CIA é o reflexo fiel dessa posição(...).

## OFENSIVA POLÍTICA

(...) As medidas que tomamos para neutralizar as pressões externas visam, no quadro geral de Contadora, à segurança dos pró-

prios Estados centro-americanos no que diz respeito à coordenação e segurança internacional. Nós fizemos uma proposta concreta de Tratado de Paz e de Amizade entre a Nicarágua e todos os países centro-americanos; e outro entre a Nicarágua e os Estados Unidos. Propusemos também um acordo entre todos os governos centro-americanos para desmantelar as bases militares da região, ou as "escolas militares" como se queira chamar, para que não se realizem mais manobras ou exercícios militares com forças regulares. Isto significa, na prática, a desmilitarização da área. Assim nós estamos destruindo os principais argumentos que os Estados Unidos vinham usando para justificar

terceiro mundo - 65



uma ação contra a Nicarágua. Além dessas medidas na área diplomática, nós adotamos uma série de providências internas, que não têm nada a ver com a política de negociação no plano diplomático, nem são uma reação diante das pressões dos Estados Unidos. Elas são uma continuidade de decisões tomadas anteriormente(...).

## ELEIÇÕES

(...) Em 1980, nós anunciamos a decisão de realizar eleições em 1985. Isso foi lembrado



Misquitos voltando: a reunificação indígena

agora num comunicado da Direção Nacional, ao serem encerradas as sessões do Conselho de Estado, relativas a 1983. O documento deixou muito claro que as eleições serão realizadas na data marcada e que o processo eleitoral começaria em janeiro de 84. Como parte dessas resoluções, o Conselho de Estado começou todo um trabalho de discussões visando criar a lei dos partidos e encontrar fórmulas capazes de implementar o processo eleitoral. Nós estamos recolhendo experiências de vários países nesse sentido.

O tipo de eleição que vamos realizar será conhecido em fevereiro deste ano. Paralelamente,

já divulgamos um decreto complementar procurando assegurar a maior participação possível de nicaraguenses na votação. Não acreditamos num possível efeito do tipo "faca de dois gumes", como muitos têm falado. Temos confiança no povo e na força da revolução. Temos certeza de que a Frente Sandinista vai ganhar as eleições por larga margem(...).

## ANISTIA

(...) A anistia para os setores de base da contra-revolução procura convencê-la a depor as ar-

OEA. Há mais de um ano essas solicitações foram feitas à Nicarágua, que desde essa época já havia prometido a anistia para agosto passado, mas isso se tornou impossível devido ao aumento das ações contra-revolucionárias na costa atlântica. Em agosto, anunciamos a anistia para dezembro e cumprimos, apesar de todas as ameaças que existiam. Nós não podíamos mais adiar essa medida. O que verificamos agora é uma reação muito positiva dos misquitos, porque muitos deles se deram conta de que foram instrumentalizados por uma potência estrangeira, os Estados Unidos, e estão dispostos a se integrar no processo revolucionário(...).

## QUESTÃO AGRÁRIA

(...) Nós decidimos fortalecer o projeto pluralista da economia mista, visando mais à segurança dos produtores e à intensificação do nosso compromisso de assegurar a propriedade da terra àqueles que a estão trabalhando. Esta sempre foi a preocupação da Revolução. Ela esteve presente na política de crédito e de apoio técnico ao setor privado. Foi através desse esforço que conseguimos manter os níveis de produção. Alcançamos cifras recordes na cultura cafeeira, mantivemos os níveis históricos de produção açucareira e conseguimos reativar a plantação de algodão, tornando-nos o único país centro-americano que está crescendo neste setor. Estou falando de setores agrícolas que fundamentalmente estão nas mãos de produtores privados, pequenos, médios e mesmo grandes, embora haja também alguma participação estatal. Nós não estamos restituindo terras aos latifundiários. O que aconteceu foi que a atividade contra-revolucionária na zona fronteira afetou fortemente os médios e pequenos agricultores, muitos dos quais foram incorporados pelas armas





Após a decretação da anistia, oito vôos foram necessários para trasladar 223 miskitos que regressaram ao país para trabalhar a terra e reunir-se com as suas famílias

"Barricada Internacional"

e pelo terror às forças contra-revolucionárias. A anistia beneficia portanto esses produtores que abandonaram o país ou que tinham se comprometido com forças contra-revolucionárias. No caso deles regressarem ao país, serão acolhidos pelo programa de reforma agrária. Se suas terras foram tomadas, elas serão devolvidas ou compensadas, no caso de já estarem em mãos de cooperativas. Não estamos nos referindo aos grandes latifúndios que foram incluídos na reforma agrária no próprio momento do triunfo da revolução. Esta é uma situação irreversível. Ao contrário, estamos aprofundando a reforma agrária. Há pouco entregamos cerca de cem mil glebas a camponeses sem terra(...).

## OPINIÃO PÚBLICA EXTERNA

(...) Nós achamos que a principal frente de batalha para deter a política intervencionista está nos Estados Unidos. Porém, a opinião pública norte-americana continua sendo pouco sensível e principalmente pouco informada sobre os nossos problemas. A administração Reagan manipula a informação violando aberta-

mente a tão falada liberdade de imprensa.

Por outro lado, as medidas que tomamos no plano interno não são novas. Há muito tempo nós já vínhamos estimulando o diálogo entre os setores que estão interessados na reconstrução do país e que são contra a política intervencionista. O diálogo é promovido independentemente do matiz político ou ideológico dos interlocutores da Frente Sandinista. Todas as medidas internas estão, no entanto, sendo interpretadas pelos Estados Unidos, calculadamente, como um sinal de fraqueza, para com isto tentar justificar a manutenção de posições de força. A manipulação de informações e a violação da liberdade de imprensa se tornaram mais claras ainda durante a invasão de Granada(...).

## GRANADA

(...) O caso de Granada veio confirmar as preocupações da Nicarágua com a tendência norte-americana de usar a política de força. Isso já estava no chamado Documento de Santa Fé. Logicamente tem que preocupar a América Latina, assim como a Europa, o resto do mundo e os

próprios norte-americanos que têm mais consciência de nossa problemática. Mas depois das consequências da invasão de Granada, acho que Reagan vai pesar muito bem os resultados de uma possível intervenção na Nicarágua. Mas não podemos perder de vista que também existe uma ameaça contra El Salvador. Os Estados Unidos estão criando condições para que num determinado momento o governo de El Salvador faça um pedido de intervenção maciça. Por enquanto, os norte-americanos estão se baseando nos soldados salvadorenhos, mas poderão decidir — diante do fracasso do exército salvadorenho — dirigir a guerra diretamente, apoiando-se na sua própria força militar(...).

## GRUPO DE CONTADORA

(...) Nós acreditamos que os países do Grupo de Contadora poderão ter uma influência positiva em El Salvador caso sejam implementados os pontos que estão sendo considerados, e que em sua maioria estão incluídos nas propostas encaminhadas pela Nicarágua ao Grupo. Há inclusive um documento muito preci-





Barricada Internacional

“Demos todos os fuzis ao povo. Sobraram mãos para empunhá-los”

so, orientado no sentido de que os Estados Unidos e a Nicarágua auxiliem na solução do problema salvadorenho. O argumento de que nós estamos fornecendo armas a El Salvador é um argumento esgotado. Agora falam no armamentismo da Nicarágua e tentam aparecer como se estivessem preocupados com a democracia no nosso país.

Recentemente falou-se muito na retirada de assessores militares cubanos da Nicarágua. Mas houve uma interpretação tendenciosa. Na Nicarágua, existe uma cooperação civil internacional muito ampla nos setores da Saúde, Educação e outros. Na Educação temos numerosos professores cubanos que com o término das aulas voltaram a seu país. Muitos deles inclusive já haviam completado o seu período de estágio. O que está em discussão não é a presença dos cooperantes cubanos em nosso país, mas os assessores militares em toda a América Central. E, nesse sentido, a Nicarágua não está tomando nenhuma decisão unilateral(...).

68 - terceiro mundo

## COSTA RICA

(...) O governo do presidente Monge fez e continua fazendo um grande esforço para manter uma política de neutralidade. Mas ele está submetido a grandes pressões. Há toda uma ação dos Estados Unidos na América Central, através da CIA, prevendo somas milionárias para os meios de comunicação, inclusive na Costa Rica, com o objetivo de facilitar o caminho para uma intervenção na Nicarágua. Mas achamos que da parte do governo costarrriquenho, especialmente do presidente Monge, tem existido uma posição muito firme. Eu tive a oportunidade de conversar com ele em Buenos Aires, e demos todo o apoio à política de neutralidade da Costa Rica(...).

## BRASIL

(...) Nós temos tido boas relações com o governo brasileiro. Há um quadro de cooperação bastante amplo em termos econômicos. Em relação aos temas políticos, tem havido uma atitude

de consequente da parte do governo do presidente Figueiredo. Consideramos muito importante a decisão de nomear um embaixador brasileiro na Nicarágua, pois isso vem fortalecer as relações entre os dois países(...).

## DEFESA MILITAR

(...) A preparação militar é diária em nosso país. Demos todos os fuzis disponíveis ao povo nicaraguense para que não fique um só lugar indefeso. Claro que sempre temos menos fuzis do que mãos dispostas a empunhá-los. Sobram mãos e faltam fuzis. Um fato que tem impressionado os observadores estrangeiros é o de que apesar das tremendas pressões dos Estados Unidos, inclusive com a ameaça de invasão, não houve êxodo maciço no país. Pelo contrário, houve uma mobilização total para a defesa. Até pessoas que não haviam se incorporado às atividades políticas da revolução, se juntam agora às tarefas de defesa, cavando trincheiras, construindo refúgios e participando de palestras sobre defesa civil, problemas logísticos como alimentação, transporte etc. Há uma grande decisão de combate por parte do povo nicaraguense, que logicamente preferiria uma solução pacífica, mas está disposto a combater a intervenção e derrotá-la.

Nós dizemos *combater, resistir e derrotar*, porque uma intervenção direta dos Estados Unidos, com bombardeios maciços, desembarque de tropas aerotransportadas, nos coloca uma luta não a curto prazo, mas sim a médio. Eles não resistiriam a uma resposta do povo nicaraguense. Todos os dias estariam morrendo soldados invasores, e nós não lhes permitiríamos controlar nosso território. Seria automática a expansão do conflito para toda a América Central(...). (Entrevista a Horacio Verbitsky e Beatriz Bissio)



# O pacto social de Lusinchi

O novo presidente chega ao poder prometendo redistribuir riquezas e oposição à política de Ronald Reagan na América Central

Héctor Escobar

Ao assumir o poder em fevereiro deste ano, o social-democrata Jaime Lusinchi, eleito por esmagadora maioria de votos em dezembro passado, provocará de imediato uma mudança na correlação de forças políticas envolvidas na crise da América Central. O novo presidente venezuelano já deixou claro que seu país tomará uma posição muito próxima à do México nas gestões do Grupo de Contadora, o que representa um fortalecimento nas negociações pacificadoras e uma derrota para a posição norte-americana.

Mesmo antes de tomar posse, o sucessor do presidente Luis Herrera Campins garantiu que combaterá qualquer tipo de solução militar para o conflito centro-americano, que no seu entender tem origem na injustiça e na opressão. Lusinchi fez essas declarações pouco depois de entrevistar-se com o emissário especial dos EUA na América Central, Richard Stone. Na ocasião, ele revelou que vai nomear um embaixador com a tarefa exclusiva de acelerar as gestões de paz do Grupo de Contadora, do qual fazem parte também a Colômbia, Panamá e México.

Jaime Lusinchi, de 59 anos, é o sexto presidente eleito democraticamente nos últimos 25



Lusinchi, visto pelo cartunista uruguaio Hugo

anos na Venezuela, desde a derubada do ditador Marcos Pérez Jiménez. O Partido Ação Democrática (AD), ao qual pertence também o ex-presidente Carlos Andrés Pérez, recebeu 56,8% dos votos nas eleições de 4 de dezembro passado, assumindo o controle do Congresso, dos conselhos municipais e dos executivos provinciais. O partido democrata-cristão Copei obteve apenas 34,5% dos sufrágios.

Da mesma maneira que na Argentina, a polarização partidária foi marcante na Venezuela. Os dois maiores partidos obtiveram

92% dos votos, ficando o restante dividido entre os seis partidos de esquerda que apresentaram três candidatos presidenciais. Os partidos de esquerda ficaram com 7,5% dos votos e terão 13,24% de participação nos organismos deliberativos.

O novo presidente herda de seu antecessor uma situação muito difícil. Luis Herrera Campins duplicou a dívida externa durante o seu mandato (o débito total é hoje de 30 bilhões de dólares), desvalorizou a moeda nacional e paralisou a economia através de um agudo processo recessivo. Ele foi eleito em 1978 com o slogan: "Campins vai arrumar tudo". Mas quatro anos depois, o político democrata-cristão deixa o cargo com o inglório título de "o pior presidente da era democrática na Venezuela". As principais características de seu governo foram, segundo a Ação Democrática, corrupção, endividamento, desaceleração econômica e oportunismo em questões de política externa (Campins participou do Grupo de Contadora mas apoiava a junta militar democrata-cristã de El Salvador).

## Redistribuição de riquezas

A Ação Democrática, que já governou a Venezuela em três oportunidades, promete reconstruir a economia do país através de uma redistribuição de riquezas e benefícios. O novo presidente anunciou que vai convocar as mais importantes personalidades políticas da Venezuela, independentemente de suas posições ideológicas, com o objetivo de reverter uma crise que obriga hoje quase 80% da população a viver em condições extremamente difíceis.

Depois de um-quarto de século de democracia e após a "chuva" de petrodólares dos últimos dez anos, ainda não foi possível aos venezuelanos sair da situação de miséria. As favelas continuam a se multiplicar nos arre-



dores das grandes cidades, enquanto se ampliaram os problemas com saúde, educação, habitação e segurança social. Caracas, a capital, está cheia de obras caríssimas e monumentais. Seu metrô de luxo tem passagens que custam três vezes mais do que os ônibus. Suas ruas estão permanentemente congestionadas, refletindo o consumismo de uma classe média que foi a única beneficiária dos lucros do petróleo.

A crise econômica venezuelana no entanto não pode ser comparada com a de outros países do continente. Há uma forte indefinição cambial frente ao dólar, o que afeta toda a economia do país, uma vez que quase tudo o que se consome internamente é importado. Muitos venezuelanos já não passam os fins de semana em Miami, nem mudam mais de carro todo ano. Mas a burguesia continua com um alto padrão de vida.

A estabilidade social ocupa o primeiro lugar nas preocupações populares, de acordo com as pesquisas de opinião realizadas em Caracas. Em segundo lugar, vem a situação econômica e o desemprego, que hoje afeta 800 mil pessoas numa população total de 16 milhões de habitantes.

### Pacto Social

Surgido na década de 50 como um partido populista, a Ação Democrática chega pela quarta vez ao poder depois de conseguir a nacionalização do petróleo e do ferro, o voto feminino e a filiação à Opep. No plano internacional, a AD favoreceu a recuperação do canal do Panamá e apoiou o governo sandinista depois da derrubada de Somoza.

Hoje, o partido promete um programa de redenção nacional, para enfrentar o "desastre administrativo" da gestão Campins, que tentou atribuir todos os problemas do país a causas externas. No entender dos economistas da nova administração social-demo-



Caldera: a pesada herança de Campins

crata, a Venezuela está pagando o preço de uma política econômica e administrativa errada. Eles admitem no entanto que a saúde econômica do país está estacionária. Noventa e sete por cento das divisas vêm do petróleo, cujo preço no mercado internacional tende a cair, o que é um símbolo da vulnerabilidade econômica da Venezuela.

Jaime Lusinchi assume o poder propondo um Pacto Social, com o objetivo de redistribuir riquezas e rendas, sem prejudicar a situação dos assalariados de baixa renda. Vinte medidas fazem parte do Pacto Social, que segundo os "adecos" (membros da AD) não será uma reedição do Pacto de Moncloa (pacto anunciado na Espanha após a derrubada do franquismo e que garantiu a redemocratização). Lusinchi garante que as "coisas não continuarão como estão, porque o Pacto Social visa a favorecer as camadas mais pobres, que sem a garantia de direitos mínimos, escolherão a via revolucionária para promover as mudanças necessárias".

O Pacto prevê, entre outros pontos, os seguintes: a) Democracia social mediante uma nova

política de desenvolvimento, investimento e produção. Uma justa distribuição de rendas e luta contra todas as formas de miséria. b) Proteger a moeda nacional e reduzir a vulnerabilidade econômica do país, permitindo a expansão do consumo popular e da liquidez monetária de forma controlada. c) Facilitar a redistribuição de rendas de uma forma mais justa através da cogestão formada de novos empresários com trabalhadores e profissionais associados em Unidades Produtivas. d) Criar um Fundo de Solidariedade Social com recursos oriundos das Unidades Produtivas. e) A curto prazo, reconstruir a economia venezuelana com pleno emprego e eficiência administrativa. f) Refinanciamento da dívida externa pública. Executar uma política monetária, baseada na simplificação cambial.

O Pacto Social de Lusinchi procura basicamente modernizar o capitalismo venezuelano, fornecendo-lhe o oxigênio e uma nova oportunidade de fazê-lo menos selvagem. Esses objetivos serão alcançados, segundo a nova administração, através de um controle severo e da centralização do crédito público, para conter os efeitos inflacionários, e a perda de poder aquisitivo do salário.

### Não-alinhamento

Na área internacional, Lusinchi se manifestou contrário à bipolarização Leste-Oeste defendida pelo governo de Ronald Reagan. Isso significa que a Venezuela atuará na defesa da autodeterminação para a Nicarágua e no direito dos salvadorenses resolverem os seus problemas internos. O novo governo venezuelano considera o México como uma espécie de "irmão mais velho", conforme palavras do próprio presidente Jaime Lusinchi.

Carlos Andrés Pérez, que ainda tem muita influência dentro



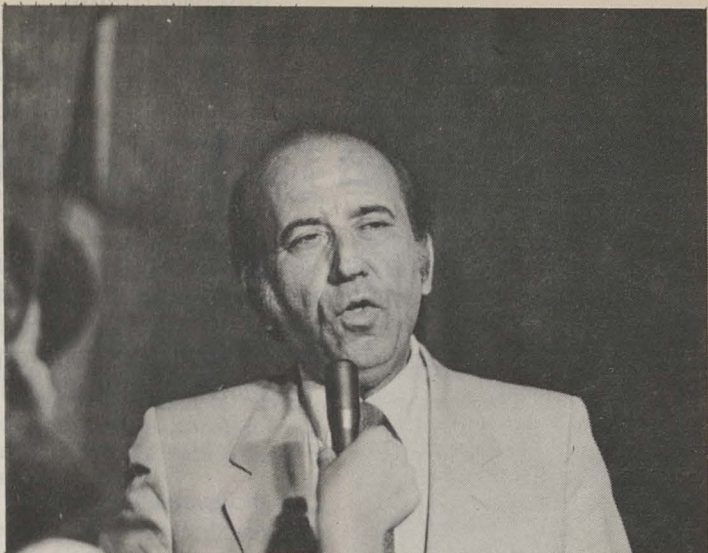
da Ação Democrática, garantiu que as ditaduras militares latino-americanas não terão nenhum apoio do governo social-democrata venezuelano. "Pinochet está agonizando — disse Pérez — e, no Uruguai, a situação é igual. No Paraguai, a múmia faraônica será destruída muito em breve pela própria lei biológica".

Lusinchi dará uma prioridade imediata à solução dos problemas fronteiriços com a Guiana e Colômbia, países aos quais prometeu amizade e cooperação em declarações feitas logo após a vitória eleitoral. O novo presidente disse que seu governo vai procurar uma integração com o Movimento dos Países Não-Alinhados, o que indiretamente representa uma aproximação com Cuba. Todas essas mudanças no plano diplomático provocaram nervosismo na Casa Branca e no Departamento de Estado. Em dezembro, nada menos do que dois enviados de Reagan — o ex-secretário Henry Kissinger e o emissário especial Richard Stone — estiveram na Venezuela para tentar "vender" o Plano de Cooperação para a América Central proposto pelo presidente norte-americano. Lusinchi não disse nem sim e nem não, e revelou que a questão será discutida pelo seu partido.

#### A crise no Copei

A saída de Herrera Campins coincide com o que os políticos venezuelanos classificaram de "a pior crise da história da democracia cristã no país". O Copei retrocedeu 15 anos em matéria de votos, o que criou sérias dúvidas sobre a sua implantação popular. Outro que sofreu um duro golpe foi o ex-presidente Rafael Caldera, que jogou todo o peso de seu prestígio na campanha eleitoral e saiu muito desgastado. Mas alguns especialistas afirmam que se o ex-presidente não tivesse disputado a eleição com Lusinchi, a derrota do Copei seria ainda maior.

Beatriz Bisso



Carlos Andrés Pérez (acima) ainda tem muita força na Ação Democrática. Herrera Campins (ao lado): atritos com Caldera

O fraco desempenho eleitoral dos democrata-cristãos venezuelanos interrompeu uma ascensão política que vinha se mantendo desde dezembro de 1958, quando o partido chegou ao poder no momento em que a democracia se consolidava no país. A derrota colocou em evidência também a divisão interna no partido, que até hoje se orgulha da sua unidade.

O ex-secretário-geral do Copei, Pedro Pablo Aguillar, líder da chamada corrente "Herrero-pablista" disse que o partido sofreu a sua maior derrota desde a criação e que "seria um suicida quem se dispusesse a enfrentar a crise agindo como avestruz, enterrando a cabeça na areia como se nada tivesse acontecido". As declarações de Aguillar foram encaradas como um sintoma do agravamento dos atritos entre os partidários do ex-presidente Herrera Campins e os adeptos de Rafael Caldera. Os dois políticos democrata-cristãos travaram uma



luta surda durante a campanha eleitoral.

Os seguidores de Herrera Campins acusam Caldera de haver traído a solidariedade partidária e afirmam que o antecessor de Lusinchi não foi o único responsável pela derrota do Copei. Já Caldera prefere atribuir a derrota a uma vontade do eleitorado de "castigar" o governo de Campins. O confronto entre as duas correntes democrata-cristãs deve no entanto se agravar à medida que se aproximarem as eleições municipais de julho. Aquele que ganhar mais votos acabará conquistando o poder interno no Copei.



# A marcha rumo ao confronto

Pela primeira vez desde a guerra do Vietnã, aviões norte-americanos bombardeiam posições militares - agora em território libanês - abrindo caminho para o que pode chegar a ser a Terceira Guerra Mundial

*Mohamed Salem*

Não é um bom augúrio para Reagan — num ano pré-eleitoral como o que se inicia e com uma campanha pela reeleição pela frente — ter sobre a cabeça a espada de Dâmocles da eclosão de um conflito generalizado no Levante, hipótese que os estados-maiores norte-americanos, árabes, europeus e israelenses, assim como os soviéticos, devem estar analisando em suas mesas de trabalho.

Por outro lado, se Reagan apostou que uma intervenção mais direta na guerra do Líbano não teria um custo muito elevado, a demonstração de força dos sírios ao repelir energicamente a agressão, como demonstra por exemplo, a derrubada de dois modernos bombardeios que atacaram suas tropas, prova que os estrategistas de Washington terão de redimensionar suas previsões em matéria de resistência e resposta árabes.

Um dirigente sírio nos dizia, a respeito da posição de seu país frente à agressão: “Não somos no Líbano, aonde fomos chamados para ajudar na paz, uma força de intervenção. Somos um exército árabe, num país árabe, uma força irmã”.

O ministro da Defesa sírio



O presidente sírio, Hafez Assad

afirmou recentemente que seu país quer a paz, mas que essa depende, essencialmente, da estratégia agressiva da aliança israelo-norte-americana. Mas advertiu que o poder de retaliação sírio é um dado importante a considerar. Mesmo a central nuclear de Dimona, onde Israel fabrica suas bombas atômicas, está ao alcance das armas sírias.

A reação árabe ao acordo privilegiado de Washington e Telavi-

ve (decisão adotada durante a visita do primeiro-ministro Yitzhak Shamir a Washington a fins do ano passado) foi unânime e já está em discussão a possibilidade de convocar uma reunião conjunta do mais alto nível para analisar a nova situação.

“Esses acordos constituem uma séria virada na história do Oriente Médio e conferem a Israel um ilimitado apoio norte-americano, transformando-o na nação mais forte da região”, escreve o jornal de Damasco *Al Baas*, que reflete as posições do partido governante. O periódico exorta os Estados árabes a adotarem “ações coletivas eficazes” que contrabalancem “este novo e perigoso desafio que ameaça não só a Síria mas todo o mundo árabe”.

Por sua vez, a Arábia Saudita enviou uma mensagem ao presidente Reagan que lhe foi entregue pessoalmente pelo representante saudita em Washington, o príncipe Sandar Ben Sultán. Sem revelar o conteúdo da mensagem, o diplomata informou que os acordos “não ajudam o processo de paz no Oriente Médio”.

No Kuait, o jornal *Al Rai Al Aan* informa que o “Estado judeu estará agora em condições



de ocupar novas zonas de território árabe”, enquanto que no Iraque o jornal *Al Saura*, portavoz oficial do governo, diz que “os novos acordos entre os Estados Unidos e Israel invalidam a iniciativa de paz do presidente Reagan de 1982”. Na Jordânia, o Conselho Nacional Consultivo declarou que os “Estados Unidos se desviaram do caminho de mediadores e se transformaram num inimigo da Nação Árabe”.

O *Le Matin* da Tunísia usou o mesmo tom ao afirmar que “os acordos estratégicos equivalem a uma declaração de guerra contra a Nação Árabe”.

Também o *Pravda*, de Moscou, dedicou comentários em seus editoriais sobre a situação no Oriente Médio, alertando que “qualquer agressão à Síria poderá ter consequências perigosas”.

#### Uma conjuntura crítica

A entrada em ação das forças militares norte-americanas no Líbano ocorre num momento crítico, em que as outras nações integrantes do corpo internacional

de paz discutem se devem ou não permanecer naquele país.

A deterioração da situação interna libanesa, devido em grande parte à incapacidade do governo Gemayel de impor-se como uma autoridade aceita e reconhecida, somado à entrada em combate de norte-americanos e também de franceses, levou a opinião pública mundial e as forças políticas dos países envolvidos, como a Grã-Bretanha, Estados Unidos, Itália e França, a se perguntarem a quem está realmente servindo essa força internacional, supostamente chamada para garantir a paz.

Muitos analistas do Oriente se perguntam se o governo de Amin Gemayel teria podido sobreviver estes meses sem a presença das tropas estrangeiras que, mais que beneficiar todos os setores da vida libanesa, asseguram com sua presença a permanência no poder de um governo débil e questionado.



“Marines”  
norte-americanos  
em Beirute:  
um novo Vietnã?

### MENSAGEM PALESTINA A SARAIVA GUERREIRO

A Federação de Entidades Árabe-Palestinas Brasileiras (FEAPB), que congrega 43 organizações representando mais de 40 mil palestinos radicados no Brasil, dirigiu através do seu presidente, Hassan Saad Eraq, uma mensagem ao ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, congratulando-se pela intervenção do embaixador do Brasil junto à ONU, Álvarez Maciel, no debate sobre o Oriente Médio efetuado no dia 13 de dezembro último.

Nessa mensagem é destacada a “clareza, segurança e coragem” como o representante brasileiro denunciou as ações israelenses que impedem a realização de negociações no Oriente Médio e que são — conforme declarou o embaixador brasileiro — “a manutenção do estabelecimento de colônias (na Cisjordânia), a anexação ilegal de Jerusa-

lém e das colinas do Golã e a prisão e deportação de líderes árabes eleitos”.

“O povo palestino — prossegue a mensagem — que luta pela sua autodeterminação, para estabelecer o seu Estado livre e independente onde possa viver em paz justa e duradoura, torna-se mais confiante na vitória com pronunciamentos desta grandeza”. O presidente cita em seguida os requisitos para a paz enunciados pelo representante brasileiro nas Nações Unidas: “a retirada de todas as forças de ocupação dos territórios árabes, respeito ao direito dos palestinos de voltarem a sua terra, participação da OLP nas negociações”.

Depois de afirmar que “a OLP não está fragmentada, pois ela é a representante única e legítima do povo palestino sob a liderança e comando de Yasser Arafat”, Hassan Saad Eraq considera que a posição do Itamarati “enobrecer a diplomacia brasileira que sempre se distinguiu pela capacidade de defender a soberania dos povos e dos países do Terceiro Mundo em sua luta de libertação”.



O chefe do estado-maior britânico, Frank Kingston, ao retornar de uma breve visita a Beirute, apresentou um relatório aconselhando a primeira-ministra Margaret Thatcher a retirar seus soldados do Líbano. O governo de Bettino Craxi por sua vez está estudando a possibilidade de retirar o contingente italiano de Beirute.

Reagan, por sua vez, enfrenta protestos do Congresso, onde vários e representativos parlamentares democratas se pronunciaram por uma revisão da decisão de manter sua força expedicionária no Líbano e qualificaram os bombardeios dos F-16 norte-americanos como "inconstitucionais", porque não houve consulta prévia ao Congresso, como exige a lei nesses casos.

O que enfrenta menos problemas no campo externo é o governo de Israel, que não só obteve um reforço significativo de sua aliança com os Estados Unidos, como conseguiu dar esse salto qualitativo sem fazer nenhuma concessão a Reagan.

#### Uma área explosiva

O Oriente Médio é uma área historicamente explosiva e as atuais iniciativas militares de Reagan podem ser um detonador. À medida que o governo Gemayel se transforma em uma ficção, se fortalece o poderio de Israel e os Estados Unidos dão início a operações militares de grande envergadura, há um perigoso avanço no sentido de um confronto com a União Soviética.

A Síria e a URSS têm uma aliança militar. Para Moscou, a Síria tem uma importância estratégica, já que em caso de guerra há uma saída para o Mediterrâneo através daquele país. Se hoje ou amanhã o governo de Damasco solicitasse a Moscou a presença de tropas militares, estas seriam enviadas imediatamente, como decorrência do acordo de

assistência mútua. E seria difícil para os Estados Unidos — apesar de seu poderio armado no Mediterrâneo — enfrentar uma aliança de tropas e forças sírio-soviéticas favorecidas pela proximidade das bases da URSS, por um melhor conhecimento do terreno e pela falta de apoio popular aos norte-americanos. "Eles estão no caminho de um novo Vietnã, no Oriente Médio. O Vietnã de Reagan", nos dizia um diplomata árabe.

É possível que a lição que os mísseis sírios deram à aviação norte-americana faça Reagan pensar duas vezes antes de deflagrar uma ofensiva. Mas se sua obstinação belicista o tornar insensível a essa e outras realidades, é possível que a 3ª guerra mundial não comece na Europa Ocidental, mas nesse Oriente Médio incandescente, onde, pela presença do petróleo, estão situados os interesses vitais dos Estados Unidos e de seus aliados.

## Amal: a voz dos "deserdados"

Alberto B. Mariani

**O**s xiítas no Líbano constituem a parte mais pobre da população e totalizam cerca de um milhão e meio, numa população de 3 milhões e 91 mil habitantes.

Desde 1980, os xiítas libaneses têm a sua organização, o *Amal*, e possuem um chefe: Nabih Berri.

Com efeito, foi em torno desse advogado de 44 anos que os "deserdados" libaneses começaram a ganhar peso político e a fazer ouvir a sua voz no plano nacional. Pode-se dizer que Nabih Berri é o político "mais novo" do Líbano, sendo a sua originalidade muito marcante. Não gosta de alianças e mostra-se muito pragmático, seja diante do governo libanês, seja da Frente de Salvação Nacional, de Walid Jumblatt.

Nabih Berri manifesta apenas um desejo: ver a comunidade xiíta gozar dos mesmos direitos que os outros libaneses. Estes são os trechos principais da entrevista que concedeu a cadernos do terceiro mundo.

*O que é, verdadeiramente, o Amal?*

— O Amal é um movimento que defende, prioritariamente,

os deserdados do Líbano. É um movimento religioso, ainda que os seus princípios políticos não sejam os da seita. Lutamos pela unidade do país e pela liberdade do Líbano. Entre os objetivos que nos propusemos alcançar, está a renovação política e administrativa do país. Politicamente, nós procuramos substituir o regime existente em Beirute, ainda que dentro da legalidade. Administrativamente, lutamos contra a feudalidade imperante e propomos uma renovação institucional baseada na competência e na justiça social.

*"Somos muito pragmáticos..."*

*Quais os laços existentes entre o movimento xiíta libanês e o movimento xiíta iraniano?*

— Não há qualquer laço. O Amal não é um movimento exclusivamente xiíta: é um movimento libanês. Do nosso movimento participam até mesmo cristãos. O Amal é um movimento político e religioso, mas não pretende ser, nem é, um movimento confessional.<sup>2</sup> Pelo con-

<sup>2</sup>Denomina-se de "confissão", a cada um dos credos religiosos existentes, como o sunita, o xiíta, o cristão maronita etc.





Berri: "nossa organização é contrária ao dogmatismo político"

trário, nos opomos firmemente ao confessionalismo e esperamos, num futuro próximo, varrê-lo das instituições políticas atuais.

*Mas, então, o que é que os caracteriza em relação às outras organizações políticas libanesas, pertencam elas à Frente Libanesa ou à Frente de Salvação Nacional?*

— Somos muito pragmáticos. Na nossa organização não se encontra o dogmatismo político. Algumas vezes estamos de acordo com as análises de uns ou de outros. Outras vezes nós as combatemos. Isso depende das circunstâncias. É preciso não esquecer a nossa especificidade. E o nosso ponto forte reside precisamente em tomarmos sempre a defesa dos deserdados.

*O Amal é então uma organização que se caracteriza por um misto de populismo e voluntarismo?*

— De modo nenhum. Para compreender a nossa posição política é necessário conhecer o

que se passa no Líbano desde 1943.

No nosso país, apesar da inexistência de um regime de classes, os responsáveis pela política libanesa procuraram sempre aplicar o Pacto de 1943 de uma maneira classista. E o resultado é termos hoje cidadãos de primeira, de segunda e de terceira classe... Para ter um emprego, por exemplo, é necessário pertencer a este ou aquele credo religioso.

A livre circulação na sociedade não passa de um sonho proibido! E não é tudo: ao lado de zonas onde a riqueza — se me permitem a expressão — salta aos olhos, existem regiões que são tão pobres que se torna difícil até descrevê-las.

**“Lutar por uma nova Constituição”**

*Qual é a situação dos xiítas no Líbano?*

— São os mais pobres. E também os mais numerosos: um milhão e 500 mil. Um dos objetivos da nossa presença em Genebra é precisamente fazer ouvir a sua

voz. Era preciso que os “notáveis” do nosso país soubessem que os xiítas também existem no Líbano e que eles constituem quase a maioria.

*Como pensa modificar a atual situação e fazer justiça à comunidade xiíta?*

— Para começar, bastaria proceder a um recenseamento da população. É bom que se saiba que nada é sagrado em política! Nem a Constituição, nem as instituições, nada! A Constituição é um documento humano, uma série de leis que o homem criou para o seu interesse. Se uma Constituição já não corresponde à realidade de um país e ao interesse dos homens que ela pretende administrar, então é preciso revogá-la... A Constituição de um país não é o Corão, não é o Evangelho!

*Quais as suas principais reivindicações no momento?*

— A nossa lista está muito sobrecarregada, mas, em particular, iremos lutar por uma nova Constituição. Uma Constituição pela qual todos os libaneses, sem qualquer diferença ou distinção, sejam tratados da mesma maneira e possam ser considerados cidadãos com plenos direitos, como todos os outros.

Seja qual for a Constituição que observe essa igualdade de princípio receberá o nosso apoio. Mas, antes de tudo, é necessário anular e tornar inofensivo o confessionalismo. É necessário que o Líbano possa constituir, finalmente, uma verdadeira unidade de sufrágio.

*O Amal reconhece a legitimidade do presidente libanês?*

— Certamente. No que nos diz respeito, a legitimidade do presidente Gemayel é um dado adquirido. Nunca afirmamos o contrário. Pessoalmente, critiquei o seu governo e bati-me contra a sua política, mas nunca neguei a sua legitimidade. ●



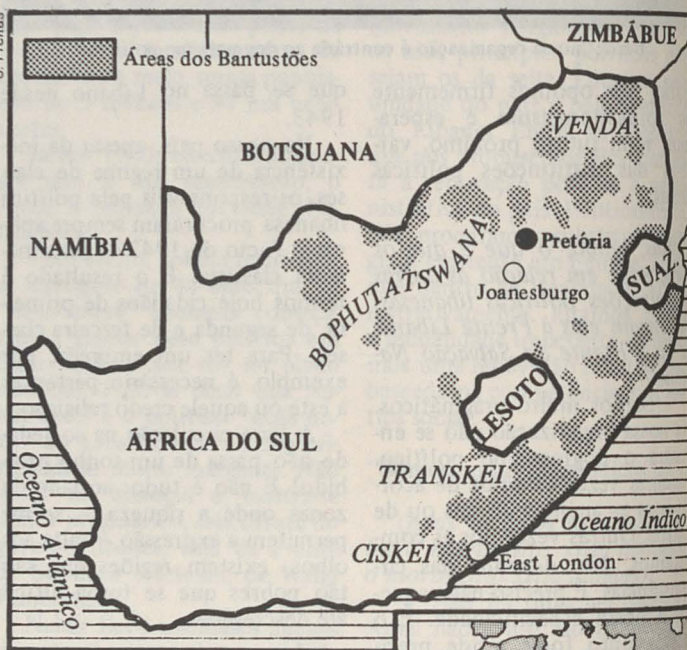
# Ciskei, o “corredor da vergonha”

Violência, miséria e corrupção no  
mais novo dos quatro bantustões  
“independentes” mostram o fracasso da política  
racista de confinamento de negros em guetos

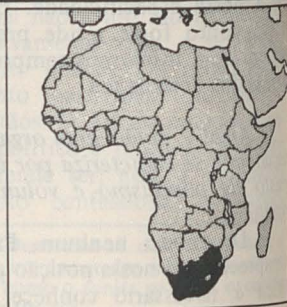
Carlos Castilho

Quando o Ciskei foi declarado “independente” pela África do Sul em dezembro de 1981, o pequeno bantustão de oito mil quilômetros quadrados também era conhecido como o “depósito de lixo” da cidade de East London, ou como o “corredor da vergonha”. Para os economistas da ONU trata-se, no entanto do pedaço de terra mais pobre do mundo. Hoje, o Ciskei somou a tudo isso, o título da mais corrupta e violenta de todas as administrações implantadas pelo *apartheid* nas dez regiões do país onde, desde a década de 60, os *afrikaaners* sonham concentrar 25 milhões de seres humanos.

A miséria dos quase um milhão de habitantes do Ciskei se tornou tão grande que mais da metade da população vive abaixo da chamada linha da pobreza, isto é, o mínimo calculado pela ONU para a sobrevivência humana. Desde junho, o bantustão se tornou um barril de pólvora e não são poucos os que prevêem que ele vai explodir muito em breve com uma violência ainda maior do que na rebelião negra de Soweto, em 1976. O virtual colapso do Ciskei tornou também evidente o fracasso defini-



Os quatro bantustões pseudo-independentes estendem-se por cerca de 13% do território sul-africano, em 113 áreas de dez regiões. É a zona estéril da RAS onde o *apartheid* pretende transformar a maioria da população africana em estrangeiros e emigrantes no seu próprio país





tivo do plano racista de criar uma "constelação de estados negros" para permitir que a minoria branca controle 86% do território sul-africano.

O rastilho de pólvora foi aceso no Ciskei em junho, quando a administração local aumentou em 10% os preços das passagens de ônibus. O reajuste afetou diretamente quase 300 mil pessoas que se deslocam diariamente de Mdantsane para as cidades brancas de East London e King Williams. Mdantsane é o segundo maior núcleo urbano negro da África do Sul, depois de Soweto, situada na periferia de Joanesburgo. Na verdade, trata-se de uma gigantesca cidade dormitório, já que mais da metade dos seus 500 mil habitantes trabalha fora do Ciskei, em áreas controladas pelos *afrikaners*. Esses trabalhadores gastam em média 10 horas por dia para irem e voltarem de seus empregos, o que significa que têm que sair de casa às três da madrugada e voltar pelas 10 horas da noite. Normalmente, o transporte consumia, antes do aumento, entre 15 e 20% do miserável salário que na média da população varia em torno dos 250 dólares *ao ano*. (No Brasil, isso equivaleria a uma média de 20 mil cruzeiros por mês).

### Um campo de concentração

O aumento das passagens provocou um boicote geral do serviço de ônibus organizado pelo Sindicato de Trabalhadores Estrangeiros da África do Sul (Saawu — um sindicato negro), que foi reprimido com uma violência sanguinária pela polícia do Ciskei e pelos esquadrões paramilitares organizados pelo "chefe" Lennox Sebe, o dirigente tribal que controla o governo local. O estádio "Sisa Dikushe" foi transformado num campo de concentração e câmara de torturas para quase dois mil presos. A Comissão de Direitos Humanos



A maioria dos habitantes de Ciskei vive abaixo da linha de pobreza

da África do Sul não teve dúvidas em classificar como "infernal" a situação enfrentada pelos presos em consequência do boicote. Cerca de 90 pessoas morreram na rua ou nas câmaras de tortura, onde o método mais usado era o de amarrar o preso num pedaço de madeira apoiado em duas mesas e girá-lo velocemente. Entre os torturadores este sistema foi apelidado de "helicóptero" e chegou a ser usado em mais de 20 militantes negros num mesmo dia.

No começo de outubro, o estádio foi desativado, e os presos foram transferidos para uma escola na região de Hlaziya, onde foram recebidas denúncias de que alguns detidos ficaram até sete horas pendurados em vigas do teto por algemas. A implantação do estado de emergência e do toque de recolher permitiram que os esquadrões de Lennox Sebe tomassem conta das ruas do Ciskei. Qualquer pessoa pedindo carona era imediatamente detida, o mesmo acontecendo com o motorista que parasse seu carro. É que o governo procurou impedir de todas as maneiras que os participantes do boicote achessem algum outro meio de transporte para chegarem a East

London e King Williams. Quando um negro falta ao trabalho na África do Sul, geralmente significa demissão sumária.

A situação chegou a um tal ponto que a embaixada norte-americana em Pretória pediu que os estrangeiros evitassem ir ao Ciskei, providência adotada também pelo Automóvel Clube da África do Sul. O jornal inglês *Observer* afirmou que centenas de suspeitos foram sumariamente submetidos ao *sjamboking*, castigos corporais com varas de madeira, antes que ficasse comprovado o seu envolvimento ou não nos protestos. No começo de novembro, foi preso o reverendo Smangalis Mkhatschawa, secretário-geral da Conferência de Bispos Católicos da África do Sul e que foi a Mdantsane para observar as denúncias de violação dos direitos humanos.

Em dezembro, as prisões em massa diminuíram mas começou o terror seletivo. Os "esquadrões" de Lennox agem impunemente perseguindo especialmente líderes sindicais, que em sua totalidade estão clandestinos. A igreja luterana advertiu que o clima de "intimidação é quase insuportável", num relatório preparado por um enviado es-



pecial que foi ao Ciskei no final de novembro.

O sistema despótico montado no bantustão tem como figura central Lennox Sebe, que se apresenta como chefe de um setor da etnia *xhosa*, a segunda mais importante entre os negros sul-africanos. Sebe recorreu a todo o tipo de intimidação para garantir a "independência" do Ciskei. No começo de 81, ele formou uma comissão especial para fazer uma sondagem sobre a proposta de autonomia feita pelo governo de Pretória. Os resultados mostraram um total de 90% de votos contra. Meses depois, Lennox ignorou as conclusões da investigação e organizou outra sondagem que estranhamente indicou um resultado oposto. Isso serviu como pretexto para impor a "independência" proposta pelos *afrikaaners*. O fato de se auto-proclamar chefe de seu grupo étnico não tem nada a ver com a liderança tradicional dos *xhosa*. A estrutura tribal foi quase inteiramente destruída após anos de colonização e violentação cultural da parte dos brancos. A penetração de valores europeus corrompeu a maioria dos dirigentes tribais que passaram a ser manipulados. Nessas condições, o acesso à "independência" garantiu o poder do clã Sebe, mesmo que a esmagadora maioria dos *xhosa* ache que a sua pátria não é o Ciskei. Mas o grosso da população ainda não conseguiu um grau de consciência política capaz de superar as fidelidades étnicas e alcançar um nível de organização capaz de eliminar o autoritarismo.

#### Aliado de Israel

O clã dos Sebe está no momento dividido por causa de disputas pelo poder. O meio irmão de Lennox, Charles Sebe, está preso depois de chefiar a polícia secreta do Ciskei. O filho de Charles também continua detido há seis meses, enquanto o sobri-

nho de Lennox, Kama Sebe, foi recolhido a uma unidade militar em setembro. O dirigente do Ciskei é considerado hoje o mais servil de todos os dirigentes dos 10 bantustões negros. Uma submissão que o colocou diretamente na mira dos governos de Israel e Formosa, que em todo o mundo, são os que mais admiram as realizações do *apartheid*.

Lennox já esteve em Telavive pelo menos três vezes nos últimos 18 meses. No começo de 83, ele participou de um seminário sobre segurança militar em Israel e foi fotografado no sul do Líbano junto com o major Haddad. A visita foi classificada como particular e destinada a tratamento médico, mas na volta Lennox trouxe um helicóptero e um jato executivo ganhos de presente do governo israelense. Em junho, foi anunciado que a força aérea do Ciskei comprou seis aviões e em novembro todo o efetivo da aeronáutica (23 cadetes) embarcou para Telavive onde receberá treinamento militar.

Israel oficialmente não reconhece a "independência" do Ciskei a exemplo de todos os demais países do mundo. Mas, na prática, a situação é outra. Desde 1982, existe em Telavive uma missão comercial permanente do Ciskei e no momento estão em estudos projetos no valor de quase três milhões de dólares que serão aplicados por empresas israelenses. Também existe um projeto de desenvolvimento agrícola e de implantação de uma emissora de TV no bantustão "independente" de Bophuthatswana. No começo do ano, toda a Câmara de Comércio de Venda, num total de 34 pessoas, foi até Israel para uma visita que durou um mês, e em Kangwane, os israelenses estão financiando um centro de treinamento de professores avaliado em vinte milhões de dólares.

A intensificação das relações comerciais e militares entre Is-

rael e os bantustões representa na verdade um apoio aberto à política de discriminação racial da África do Sul posta em prática pela minoria branca. Esse apoio é compartilhado também pelo governo anticomunista de Formosa, que este ano recebeu a visita do presidente de Venda, Patrick Lebowa. Um consórcio de 12 empresas de Formosa vai investir um total de 50 milhões de dólares nos quatro bantustões "autônomos", nos próximos dois anos.

As ligações externas com regimes comprometidos com o racismo branco e o agravamento da crise interna no Ciskei funcionam como o teste decisivo para o projeto de criação dos bantustões, surgido em 1962 e posto em prática a partir de 1976. No Ciskei, mesmo com a África do Sul financiando 70% do orçamento local (com a ajuda de Israel e Formosa), mais de 200 mil negros não encontram trabalho. Os outros 400 mil travam uma luta desigual pela sobrevivência tentando conseguir o seu sustento através de uma agricultura rudimentar num território onde apenas 15% das terras são férteis. Com isso, metade das crianças sofre de desnutrição crônica e um-quarto dos bebês negros morre antes de completar dois anos.

Por isso, um relatório da ONU publicado em novembro indicou que a sobrevivência econômica do Ciskei é absolutamente inviável. A explosão social em gestação já foi detectada até mesmo por outros "chefes" de bantustões não-autônomos. É o caso de Kwazulu, Gazankulu, Qwa Qwa e Kangwane. Eles se recusam a aceitar a "independência" desses territórios porque sabem que todas as promessas dos *afrikaaners* não foram levadas à prática nos quatro bantustões que concordaram em "ganhar a independência" (é o caso do Transkei, Venda, Bophuthatswana e Ciskei).



# Reflexões sobre a informação alternativa

Os novos espaços do alternativo na redemocratização, analisados no seminário latino-americano Altercom-Ilet no Brasil

Javier Riosanti

das criaram na região, aliadas ao capitalismo transnacional. A comunicação alternativa lutou contra as injustiças, contra os autoritarismos militares, contra a tortura. E deve continuar fazendo isto. Mas devemos perguntar-nos como se situam esses meios alternativos dentro da democracia, devemos definir as novas tarefas e os novos desafios.”

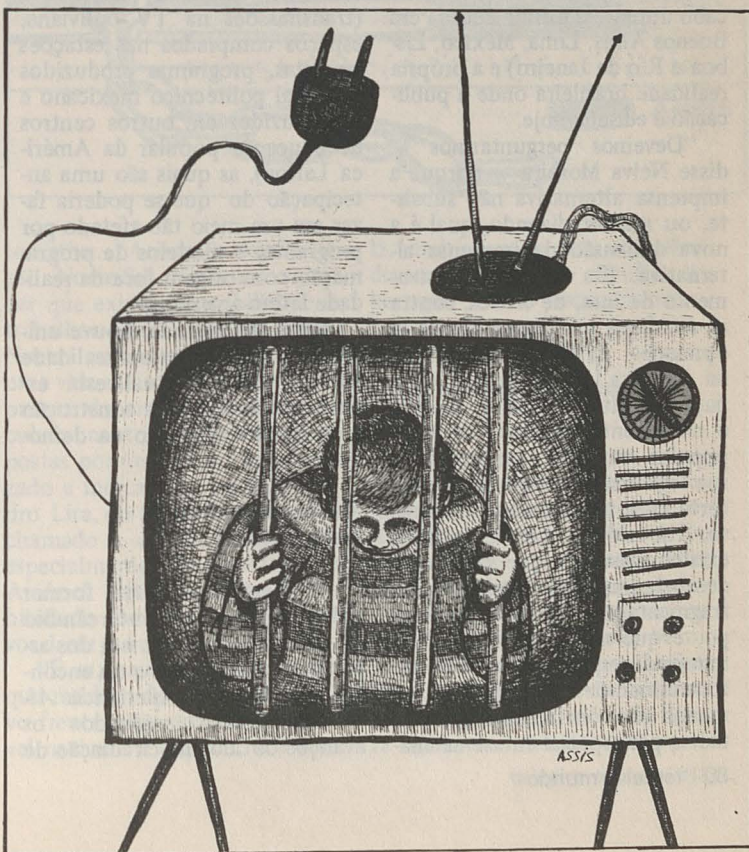
Na busca de respostas para essas questões compareceram os correspondentes do Ilet na Costa Rica, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Brasil, além dos representantes dos escritórios da entidade na Argentina, México e Chile. A estes se uniram jornalistas e trabalhadores da comunicação alternativa e popular brasileira em um frutífero intercâmbio de pontos de vista.

O senador Saturnino Braga encaminhou o debate da perspectiva brasileira. “Estamos preocupados em criar formas de jornalismo e comunicação que

Com a atenção voltada para a atual situação latino-americana, especialmente a redemocratização simbolizada pela Argentina e pelas dimensões da abertura brasileira, realizou-se no Rio de Janeiro (de 7 a 9 de dezembro) o seminário “Comunicação Alternativa na América Latina: redes e perspectivas de ação”. O encontro foi organizado pelo Ilet (Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais), através de seu programa *Altercom* — que publica documentos de informação alternativa —, e contou com a ativa colaboração do governo do estado do Rio de Janeiro e de cadernos do terceiro mundo.

“Nos últimos anos temos trabalhado com intensidade em prol do desenvolvimento de formas alternativas de comunicação na América Latina”, afirmou Fernando Reyes Matta, diretor de Comunicações do Ilet, ao iniciar os trabalhos do evento. “Sem dúvida foram múltiplas as experiências a nível de base, nos microespaços sociais, como também houve um avanço na existência de revistas, jornais, rádios e centros de documentação ca-

pazes de difundir um discurso alternativo àquele imposto pelos grupos econômicos e pólos de poder que as minorias privilegia-





possam dar conta do que na realidade se passa no debate político, das propostas renovadoras e da forma como o Brasil busca construir uma democracia plena, surgida do povo e de suas aspirações”, assinalou, acrescentando que “os jornalistas precisam reciclar suas capacidades, pressionadas agora pela complexidade da política e a diversidade de propostas políticas e sociais que toda abertura gera”. A presença do senador durante toda uma jornada de trabalho foi especialmente estimulante para os comunicadores que nem sempre têm a oportunidade de trocar opiniões em profundidade e com amplitude de tempo com as figuras políticas a respeito dos problemas da comunicação.

Por seu lado, o diretor de cadernos do terceiro mundo, Neiva Moreira, foi convidado a fazer uma apresentação introdutória sobre “comunicação e política”, tendo como referência a evolução de sua revista (levada a cabo durante a última década em Buenos Aires, Lima, México, Lisboa e Rio de Janeiro) e a própria realidade brasileira onde a publicação é editada hoje.

“Devemos perguntar-nos — disse Neiva Moreira — porque a imprensa alternativa não subsiste, ou melhor dizendo, qual é a nova dimensão da imprensa alternativa. Ela tem sido instrumento de luta, de crítica, contra as ditaduras militares e contra as opressões extremas registradas na América Latina. Quando o espaço autoritário se abre, quando o movimento histórico da força popular começa a recuperar a sua legítima presença, surge uma certa crise na imprensa alternativa. Há revistas que se fecham, existem assuntos que são tomados pela imprensa dominante, há fragmentação. Neste novo tempo, é que nós, jornalistas e comunicadores, devemos ver as outras dimensões dos direitos humanos que continuam desrespeitados, pôr especial ênfase na aná-

80 - terceiro mundo

lise e na formação da consciência frente à crise que atinge nossas sociedades, especialmente os segmentos mais pobres. No cenário da abertura, nossa tarefa é a formação da consciência política. Aí o alternativo deve recuperar sua vigência, lançar luz sobre as zonas obscuras que o sistema dominante não tem interesse em mostrar”.

Cada um dos participantes do encontro discorreu sobre suas experiências particulares. Para alguns o determinante está na imprensa sindical, comunitária e de base. Outros observaram a importância de certos programas nas rádios, abrindo o diálogo a novos temas e enfoques da realidade imediata. Houve insistência em inter-relacionar as revistas que conseguiram estabelecer uma presença em seus respectivos países, como referentes das propostas políticas que vêm dos partidos e setores vinculados às maiorias populares. Também se mencionaram algumas experiências de televisão alternativa (transmissões na TV boliviana, espaços comprados nas estações paulistas, programas produzidos no canal politécnico mexicano e reproduzidos em outros centros de educação popular da América Latina), as quais são uma antecipação do que se poderia fazer em um meio tão afetado por programas e modelos de programação com origem fora da realidade latino-americana.

Nessa diversidade, houve unidade: o alternativo na realidade latino-americana atual está estreitamente ligado à construção e ao desenvolvimento da democracia.

#### A rede alternativa: meta imediata

As perspectivas de formar redes eficientes de intercâmbio de informação foram um dos aspectos mais debatidos no encontro. A partir da experiência *Altercom*, foram analisados os avanços obtidos na circulação de

35 boletins distribuídos a mais de 500 destinatários, integrados por revistas alternativas, jornalistas progressistas que trabalham nos meios de massa, centros de documentação para setores populares e publicações de base interessadas em receber um fluxo de informação promotor de um “outro desenvolvimento”, democrático, participativo e solidário. Constatou-se, à luz de diversos testemunhos, que nos jornalistas ainda perduram determinados valores informativos que os levam a menosprezar aquelas notícias vinculadas a projetos de intercâmbio, de desenvolvimento e de perspectivas críticas à ordem dominante.

“Não é uma questão de recusa a conteúdos avançados. Muitas vezes não se vê a transcendência política e os problemas de dominação e poder envolvidos em certos fenômenos novos”, comentou um dos correspondentes. E citou o exemplo da tecnologia e as disputas pelos espaços de frequência e satélites, questão que se sente muitas vezes dentro do jornalismo alternativo como algo especializado e alheio ao debate político.

Além de distribuir esta “outra informação”, é necessário exercer uma tarefa pedagógica, assinalou Alfredo Paiva, conhecido perito latino-americano da comunicação. E essa tarefa pedagógica se acha intimamente relacionada com a existência de uma rede que permita conhecer experiências mútuas, saber como e porque determinados temas foram apresentados na imprensa ou na rádio alternativa de um país e transferir a idéia a outro.

“Um dos problemas centrais é o financiamento e distribuição da comunicação alternativa em geral”, observou Juan Gargurevich, do Peru. “É necessário estabelecer um sistema capaz de divulgar como se resolveu o problema em certas situações. Na imprensa peruana, realizam-se diversas fórmulas: associações de

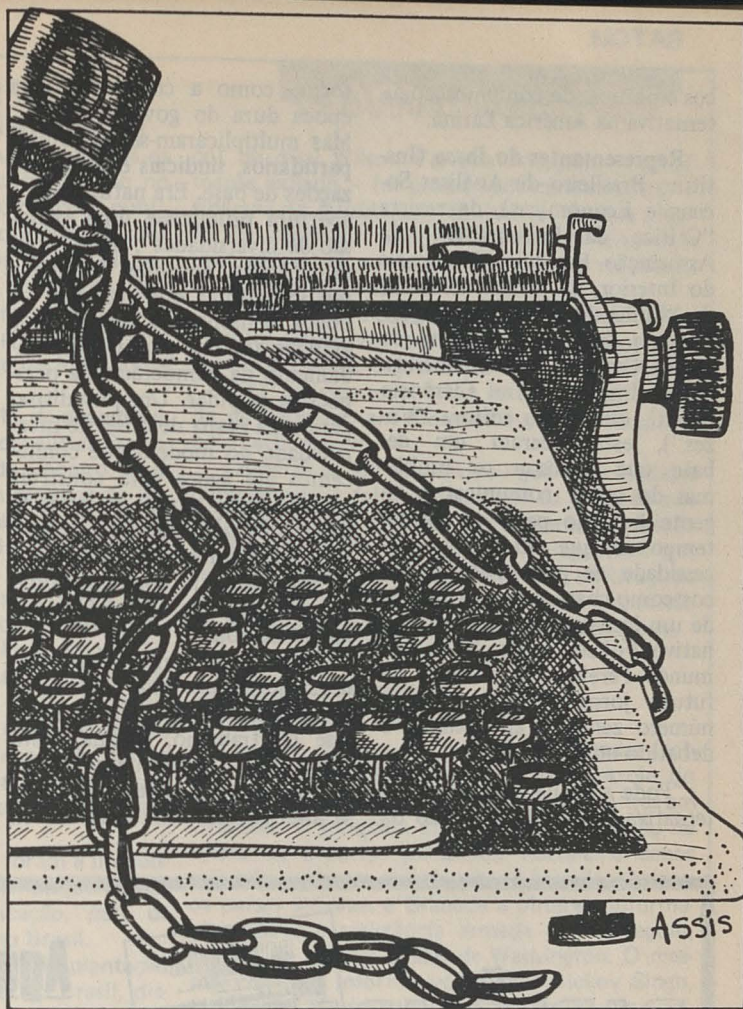
no. 62 — janeiro — 1984



partidos políticos, cooperativas e empresas com participação mista. Temos de trocar informações a esse respeito, transpor as barreiras. Aí também se inclui o alternativo.”

Dentro do âmbito dessas idéias, houve consenso sobre três questões fundamentais: a) a informação alternativa necessita de jornalistas com alto senso de “questionamento”, dispostos a ignorar o uso exagerado dos *press release* ou de relações públicas, para buscar e construir por si mesmos os dados que ponham em evidência o que a “grande imprensa” oculta; b) o jornalismo alternativo está transformando revolucionariamente o conceito de “fontes informativas” criado pelo grande sistema industrial da comunicação de massa, ao buscar o testemunho direto e os atores sociais excluídos, ao mesmo tempo em que está aderindo com imaginação aos bancos de dados, “criando notícia” a partir da perspectiva dos interesses dos grandes setores preteridos; c) a vinculação dos comunicadores e dos meios alternativos a uma rede fornece uma amplitude de possibilidades informativas e de contatos, apesar da precariedade de recursos com que cada meio realiza seu trabalho, ao mesmo tempo que constrói apoios mútuos de solidariedade para um jornalismo que está sempre se movendo “na área de risco”.

Nesse sentido, os apelos para fortalecer os mecanismos de inter-relação foram constantes durante os debates. Por um lado, a necessidade de incrementar as redes a nível de base, rearticulando o tecido social afetado pela ação dos regimes autoritários e a persistência de grupos de poder privilegiados nos diversos países da região. Por outro lado, incrementar a interação dos meios nacionais e outros com aqueles existentes nos Estados Unidos, Europa e outros lugares do mundo onde se dá a busca al-



ternativa. “Acima da confrontação Norte-Sul, devemos entender que existe a possibilidade de trabalhar junto com grupos do Norte, ansiosos por construir uma vida mais digna e livre, compactuando em uma relação articulada contra as opressões impostas por um sistema desumanizado e mercantil”, enfatizou Pedro Lira, do Chile. Por sua vez, o chamado a construir as pontes, especialmente entre a África e a América Latina, também foi sublinhado como outro dos objetivos desse grande sistema de redes.

“É aí, na formação de redes, que reside o futuro do alternativo frente a um sistema que a nível nacional e mundial se articu-

la, multiplicando suas muralhas diante daquilo que significa libertação”, diz o documento síntese do encontro.

#### Brasil, as novas perguntas

Além da participação brasileira mencionada anteriormente, houve uma jornada especial dedicada a tratar do problema da comunicação alternativa e seus desafios dentro da abertura democrática no país. A participação de 10 representantes brasileiros foi coordenada por Regina Festa, pesquisadora de comunicação e jornalista, além de figura conhecida nos debates teóri-

terceiro mundo - 81



cos e práticas de comunicação alternativa na América Latina.

Representantes do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), da revista "Crítica da Informação", da Associação Brasileira de Jornais do Interior, de jornais sindicais, da "Folha de Informática", juntamente com o presidente da União Católica Latino-Americana de Imprensa (frei Clarêncio Neotti, diretor da editora "Vozes"), estabeleceram um debate que analisou os problemas do poder comunicativo vigente hoje no país, ao mesmo tempo em que reiteraram a necessidade de parâmetros políticos como chave para a existência de um jornalismo crítico e alternativo. Foi essa a posição de Raimundo Pereira, coordenador do futuro jornal "Política", cujo número zero foi apresentado e debatido no encontro.

"Pode ser que a imprensa alternativa tenha desaparecido da

forma como a conhecemos na época dura do governo militar. Mas multiplicaram-se os jornais partidários, sindicais e de organizações de base. Era natural que a abertura produzisse uma explosão de diversidades", disse Pereira. "Agora devemos fomentar um jornalismo que recupere os novos consensos e construa os grandes acordos para o aprofundamento da democracia na perspectiva popular. Um jornalismo para uma etapa de crise, de incapacidade do modelo que conhecemos até agora para construir sozinho uma saída política. O projeto de uma transição suave é intrinsecamente antipopular e é aí, no confronto com essa saída, que se posiciona o projeto alternativo de hoje."

Além desse enfoque orientador, surgiram uma série de saídas renovadoras. Em uma síntese do trabalho, Regina Festa declarou: "Diante disso, quais são as opções para a imprensa alternativa? Uma delas talvez

seja dar-se prioridade a estudos e trabalhos de recepção crítica dos meios de comunicação da burguesia, principalmente a televisão. Outra, a regionalização dos jornais (jornais de bairro, jornais de estados, ao invés de jornais nacionais). Terceira, a utilização de espaços nos meios eletrônicos, em especial os pequenos e regionais (rádios do interior, pequenas estações de TV, TV comunitária e, no futuro, TV por cabo). Finalmente, a especialização do conteúdo para atrair públicos específicos."

"Além disso, há a necessidade de uma mudança de discurso. O signo dos anos 80 no Brasil é a crise econômica. Os jornais, para atraírem público, devem oferecer aos leitores instruções concretas sobre como cada pessoa e grupo de pessoas podem lutar para superá-la. Devem deixar de lado o discurso proselitista para adotar um discurso de ligação com a realidade da vida das pessoas."

# BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL  
de difusão  
para o exterior  
da Frente Sandinista  
de Libertação Nacional  
- FSLN



## Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) - Cr\$ 2.500,00  
Semestral (24 nºs) - Cr\$ 5.000,00

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_  
Estado: \_\_\_\_\_ País: \_\_\_\_\_

Estou remetendo  vale postal  cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) - CEP 20241, referente à minha assinatura  trimestral  semestral do Semanário *Barricada Internacional*.



## comunicação

### Brasil: Jornalistas debatem Nova Ordem Informativa Internacional (NOII)

A criação de um sindicato reunindo todos os trabalhadores em empresas de comunicação no Brasil — jornalistas, publicitários, relações públicas, radialistas e gráficos — e a formação de uma frente ampla, congregando vários setores da sociedade, como partidos políticos, sindicatos, igreja, advogados, artistas, estudantes e professores de Comunicação, foram as principais propostas apresentadas no 1º Simpósio Internacional sobre Nova Ordem Informativa.

O Simpósio, realizado de 8 a 11 de dezembro por iniciativa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, teve apoio da Unesco, que enviou seu assessor de imprensa, Edouard Baillby, para participar dos debates, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Participaram cerca de 70 pessoas, entre estudantes e profissionais. Apenas cinco sindicatos enviaram delegados — Alagoas, Pará, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo —, mas várias associações estiveram presentes, como a UCBC, Abepec, Intercom, Federação Nacional dos Jornalistas, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade, Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro, Ilet e Colégio de Jornalistas do Peru.

Os principais temas discutidos foram a implantação de novas tecnologias e a formulação de políticas democráticas de comunicação, para os meios de comunicação de massa no Brasil.

No debate sobre propostas para implantação de uma Nova Ordem Informativa no Brasil, discutiu-se a crescente presença do capital monopolista na rádiodifusão brasileira, cujo maior exemplo é a "Rede Globo de Televisão". Seu peso se expressa no fato de que mais de 40% dos investimentos em publicidade no Brasil destinam-se ao complexo "Globo". (Cristina Serra)

### Uruguai: Fechamento de meios de informação

O governo uruguaio fechou pelo prazo de uma semana o jornal "El Día", um periódico conservador de longa trajetória no país, o semanário "Somos Idea", do Partido Nacional e a rádio "CX30", conhecida como "La Radio".

O motivo alegado pelo governo para justificar os fechamentos é que esses órgãos divulgaram informações sobre atividades políticas, o que está proibido pela atual legislação de exceção. No caso da rádio "CX30", tratou-se da transmissão ao vivo da Convenção do Partido Nacional (Blan-

co) na qual Wilson Ferreira Aldunate — atualmente exilado — foi proclamado candidato à presidência da República. "El Día" e "Somos Idea" foram fechados também por terem divulgado uma entrevista e o plano político do candidato do Partido Nacional.

Todas essas medidas foram condenadas pelos círculos políticos e profissionais do Uruguai e da América Latina. O jornalista Germán Araújo, da "CX30", iniciou uma greve de fome na embaixada da Espanha, em Montevidéu, como protesto pelo fechamento.

Comenta-se em Montevidéu que essas medidas demonstram a falta de controle da situação por parte do regime, uma vez que a redemocratização da Argentina torna praticamente impossível que se possa manter a censura à imprensa no Uruguai.

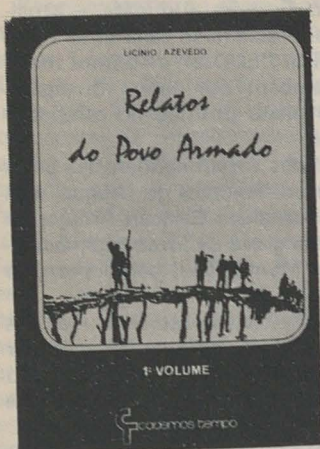
Em todo o litoral uruguaio se capta a televisão da Argentina e se ouvem as rádios do país vizinho.

### Granada: A invasão e a manipulação informativa

Desde o começo da ocupação, os Estados Unidos vêm estabelecendo um firme controle do fluxo de informações sobre os acontecimentos em Granada. O bloqueio informativo que atingiu de início os próprios jornalistas norte-americanos que não puderam acompanhar a invasão, obrigou os países vizinhos a Granada a obterem informações sobre a resistência armada que se seguiu, através de versões vindas de Washington. O mesmo controle informativo atingiu Rickey Singh, diretor do diário editado pela Conferência Caribenha de Igrejas, que teve revogada pelo governo a sua permissão de trabalho por haver criticado firmemente a invasão através do jornal "Nation" de Barbados.

Recente comentário do jornal "Justice" do Movimento Popular Unido (UPM) de San Vicente e Granadinas denunciou o "completo domínio nas ondas de rádio" da informação vinda dos Estados Unidos, desde os primeiros dias da invasão. O "Justice" afirmou ainda que os meios regionais e internacionais contribuíram para "gerar confusão mediante a divulgação de mentiras, calúnias e meias verdades sobre os fatos em Granada". Por outro lado, em Santa Lúcia, o jornal "Crusader", órgão do Partido Trabalhista Progressista (PLP) acusou os meios informativos conservadores dessa nação de terem utilizado a invasão a Granada, para apoiar a administração do primeiro-ministro Compton na sua adesão aos objetivos norte-americanos.





**RELATOS DO POVO ARMADO**

Vol. 1, Licínio Azevedo, *Cadernos Tempo (Moçambique)*, março, 1983.

Licínio Azevedo é um jornalista brasileiro que pode muito bem ser considerado um andarilho dos países do Terceiro Mundo, em especial daqueles nos quais está em eferescência a luta pela libertação ou o assentamento de uma nova realidade política, afastando o que foi o espectro do colonialismo. Durante anos, Licínio Azevedo percorreu a América Latina de ponta-a-ponta, usando todos os meios de transporte possíveis, como ele diz “em busca da identidade cultural latino-americana”, dissimulada pelos grandes veículos de comunicação sob o peso da cultura enlatada e consumista imposta pelo colonialismo norte-americano. Nessas viagens, recolheu elementos para várias reportagens e livros. Na Argentina, no Peru, na Bolívia, na Guatemala, Licínio Azevedo, incansável, tem procurado encontrar e desnudar os mecanismos gerais da exploração do homem no continente.

Editor e colaborador de várias publicações da imprensa brasileira, fundador da primeira cooperativa de jornalistas deste país, Licínio Azevedo recebeu o prêmio de jornalismo Vladimir Herzog em 1980.

Mas, a partir de 1976, Licínio Azevedo começou a ter contatos com a África. Trabalhou, nesse ano, no jornal *Nô Pintcha* da Guiné-Bissau e escreveu um livro, “Diário da Libertação”, editado no Brasil, sobre a Guiné-Bissau. A partir de 1978 foi para Moçambique onde trabalhou no Instituto Nacional de Cinema e escreveu outro livro, igualmente editado no Brasil, intitulado “Moçambique – com os *Mirage* sul-africanos a quatro minutos”.

Estes “Relatos do povo armado” é mais um livro do autor sobre Moçambique. Abrindo a coleção “Depoimentos”, dos *Cadernos Tempo*, a obra é um conjunto de narrativas, reportagens e contos sobre o tempo da guerra de libertação de Moçambique. Trata-se, assim, de uma compilação de histórias, casos, acontecimentos e figuras que Licínio Azevedo recolheu oralmente e a que deu forma escrita. No livro, do ponto de vista das personagens retratadas, relata-se um pouco do que foi a epopéia libertadora do povo moçambicano. São narrados episódios, uns conhecidos, outros menos divulgados, da campanha da Frelimo contra o exército colonialista português. São contados casos exemplares de uma guerra de guerrilha, ao lado de outros de grande dimensão humana que dão uma mostra heróica do que foi a luta travada. Como afirma Sol de Carvalho no curto prefácio

com que introduz o trabalho de Licínio Azevedo: “Acredito que um dos méritos deste livro é o de possibilitar a compreensão das gerações que não viveram a Luta de Libertação de que a vitória não foi linear, isenta de problemas, dificuldades ou mesmo refluxos. Aqueles que chegavam ao limiar da adolescência quando Moçambique se tornou independente têm, por vezes, tendência a esquecê-lo. Lembrá-los não é uma fuga ao enfrentamento da realidade atual. É, pelo contrário, capacitá-los para o combate que continua.”

Deste modo, o livro de Licínio Azevedo fará parte, no futuro, das obras fundamentais para a compreensão da história do Moçambique atual. (Orlando Loureiro)

**LE CONFLIT DU SAHARA OCCIDENTAL**

Maurice Barbier, Editions Harmatan, Paris

Trata-se da obra mais completa sobre as origens e o desenvolvimento da guerra pela independência do Saara Ocidental, a ex-colônia espanhola no norte da África, ocupada desde 1975 pelo Marrocos. Maurice Barbier, de 46 anos, é um especialista em questões de descolonização no Terceiro Mundo. Atualmente é professor de Ciências Políticas na Universidade de Nancy, na França, depois de ter escrito uma tese sobre as atividades do Comitê de Descolonização das Nações Unidas. Barbier esteve várias vezes no Saara, tendo acesso a documentos e informações inéditas sobre a história e a luta da Frente Polisario.

O livro traça um perfil dos antecedentes mais remotos da luta pela libertação do povo



saarauí, revelando todo o jogo de interesses das potências europeias que colonizaram o norte da África. Barbier mostra especialmente qual foi o papel da França e da Espanha no período colonial, quando o governo de Paris apoiou a repressão dos primeiros levantes nacionalistas no Saara, na tentativa de encontrar um acesso fácil à retaguarda das forças que lutavam pela independência da Argélia.

Na parte final do livro, o autor fornece detalhes sobre a organização interna da Frente Polisario e a estrutura do governo da República Árabe Saarauí Democrática proclamada em fevereiro de 1976, no território controlado pelos guerrilheiros.

#### PAKISTAN: THE ROOTS OF DICTATORSHIP

("Paquistão: as raízes da ditadura"), Hassan Gardezi e Jamil Rashid — Zed Press, Londres, 1983

Uma análise intensiva da estrutura e da dinâmica da sociedade moderna no Paquistão. Escrita por dois cientistas paquistaneses que recolheram também colaborações de outros estudiosos como Hamza Alavi, Feroz Ahmed, Zafar Shaheed e outros. O livro procura revelar a natureza da crise estrutural que atinge o Paquistão desde a independência — as enormes migrações internas, a polarização social, o sectarismo político, a guerra civil, a recessão econômica e o militarismo. Os autores discutem o papel hegemônico dos militares e da burocracia dentro do aparelho estatal, bem como o tipo de dominação que é exercido em relação às minorias étnicas. Um capítulo especial é dedicado à

análise da legislação islâmica introduzida pelos militares desde o golpe de 1977 e que teve como objetivo neutralizar a forte resistência das populações de origem muçulmana contra a aliança entre o governo do general Zia Ul-Haq com os Estados Unidos.

Hassan Gardezi e Jamil Rashid analisam também o papel da classe média na política e na economia do Paquistão, especialmente depois da ascensão de Zulfikar Ali Bhutto ao poder. Quase todos os textos são inéditos e atualizados, dentro de uma visão crítica da realidade de um país, que se transformou nos últimos anos no principal aliado dos Estados Unidos no subcontinente indiano.

#### O MENINO NEGRO

Câmara Laye. Col. Vozes da África. Instituto Nacional do Livro e do Disco, Luanda.

Na literatura africana, o nome de Câmara Laye é, hoje em dia, não apenas conhecido mas respeitado como um dos grandes autores do continente negro. A sua obra de ficção, toda ela voltada para o imaginário do homem negro, na perspectiva de um relacionamento das realidades tradicionais com as conquistas da vida moderna e o constante apego a uma libertação nacionalista, constitui um dos mais claros exemplos da identificação da literatura africana como uma vivência e uma realidade artísticas independentes da chamada cultura ocidental. Saliente-se acima de tudo, a tentativa exemplarmente conseguida do seu autor de dar a livros como este "Menino Negro" uma dimensão universalista, a partir de condicionantes aparentemente regionalistas. A persona-

gem do livro (ele próprio, escritor), provindo de uma educação inteiramente tradicionalista, tradição que ama e respeita, vai sofrendo, duramente, uma evolução no sentido da aproximação com outras realidades completamente diversas sem jamais deixar de ficar preso ao imaginário infantil que ele procura integrar por completo na sua vida atual. Esta, a originalidade fundamental de Câmara Laye e esta, também, a única via possível para o ganho de uma autêntica originalidade da literatura dos países africanos. Câmara Laye nasceu em 1928 em Kurussa (Guiné Conacri). Filho de um guerreiro, veio a ser mecânico de automóveis — profissão em que se especializou, graças a uma bolsa de estudo, na França.

Depois trabalhou nas fábricas Simca, enquanto estudava à noite. Continuou em Paris até 1956, ano em que se formou em Engenharia.

De regresso ao seu país natal, em 1958, após a independência, foi diretor do Centro de Investigação e Estudos do ministério da Informação. A partir de 1964 vive exilado no Senegal, trabalhando no Instituto Fundamental da África Negra da Universidade de Dakar.

"O Menino Negro" (1953) é o seu primeiro romance. Reflete a infância e a adolescência do autor numa sociedade tradicional, através de uma narrativa em que a evolução dessa época da sua vida se mistura com a profunda expressão do amor pela mãe. Todavia não se trata de uma obra exclusivamente lírica (basta lembrar a denúncia que o autor faz da brutalidade das cerimônias de iniciação). (Orlando Loureiro)



### Espanha: Cinema latino-americano ganha prêmios

Uma produção alemã sobre o poeta chileno Pablo Neruda e um filme argentino, "Espérame Mucho", ganharam o "Colón de Oro", prêmio máximo do 9º Festival Ibero-Americano de Cinema, que se encerrou a 8 de dezembro passado em Huelva, ao sul da Espanha, com a presença da cineasta e diretora-geral de Cinematografía, Pilar Miro, e do vice-presidente do Instituto de Cooperação Ibero-Americana (ICI), Inocêncio Arias, instituições patrocinadoras do evento.

"Ardiente Paciencia", a película sobre Neruda, dirigida pelo escritor chileno Antonio Skarmeta é uma produção da República Federal da Alemanha, tendo sido rodada em Portugal, com a participação de atores chilenos residentes em diversos países. Skarmeta, exilado em Berlim Ocidental desde 1975 teve seu primeiro longa-metragem de ficção também premiado pela rádio Exterior de Espanha, que o considerou o melhor filme apresentado no festival. Afirmando que sempre quis escrever alguma coisa sobre Neruda, diz que pretendeu destacar o Neruda íntimo, cheio de ternura e profundamente irônico. Igual impacto provocou o filme do diretor argentino Juan José Jusid, seu quinto longa-metragem, que mostra a estória de um menino e sua família, apresentando a situação social argentina de 1950/52 com a qual, segundo o crítico de "El País", Diego Galan, o público espanhol se identificou bastante.

O Cinema brasileiro também teve destaque no festival, com a premiação do filme "Paraíba Mulher Macho", de Tizuka Yamasaki, focalizando a luta pela independência feminina nos anos 20, que, por seu aspecto de defesa da mulher, recebeu também os prêmios da Confederação de Cineclubes da Espanha e da Associação de Escritores Cinematográficos de Andaluzia. Outra produção brasileira, "Pra Frente Brasil" recebeu o prêmio da crítica internacional, embora com as restrições de não abordar a origem do problema dos desaparecidos e colocá-lo de maneira ambígua.

O prêmio da melhor interpretação coube à atriz cubana Eslinda Núñez, por seu papel em "Amada", fato que causou surpresa pois a exibição do filme foi recebida com frieza pelo público e pelos jurados.

### A História recente de El Salvador num livro sobre Marianela García

Com a presença de numerosas personalidades do mundo político e cultural italiano foi feito o

lançamento de "Marianela e seus irmãos", uma obra de Raniero La Valle e Linda Bimbi que enfoca a história recente de El Salvador através da vida de Marianela García, ativista dos direitos humanos assassinada em março de 1983. O evento se deu na Sede do Centro de Solidariedade com os Povos da América Latina "Marianela García Villas", fundado recentemente por iniciativa do conselho da fábrica "Geri", uma empresa têxtil com pessoal majoritariamente feminino. Entre os presentes, destacavam-se o escritor Piero Pratesi, o sacerdote Gianni Baget Bozzo e os senadores Gian Gilippo Benedetti e Giglia Tedesco. A obra, publicada pela editora Feltrinelli, na sua série "Presenças", teve boa acolhida nos meios políticos e culturais italianos e atualmente está sendo traduzida para o espanhol, francês, inglês, norueguês e português.

La Valle, um dos autores, é um senador italiano pertencente ao grupo "Esquerda Independente", além de jornalista e escritor. Bimbi, a outra autora, viveu muitos anos na América Latina e é atualmente secretária da "Fundação Internacional Lelio Basso pelo Direito e a Libertação dos Povos". Eles produziram o livro através de uma série de encontros e conversas que tiveram com Marianela por ocasião de suas frequentes viagens à Itália, utilizando ainda diversos outros testemunhos. A obra reproduz a vida da jovem em sua luta na Comissão pelos Direitos do Homem de El Salvador, além de seu trabalho como advogada dos pobres e perseguidos políticos e sua militância como deputada na Democracia Cristã e sua posterior ruptura política com o regime de Napoleón Duarte. Aborda ainda aspectos mais privados e íntimos de sua vida, o relacionamento difícil com a sua família e amigos, o contraste entre a sua origem rica e as suas posteriores vivências de tortura e violência; a sua amizade com o bispo Arnulfo Romero, e finalmente, a sua morte.

Marianela García morreu a 13 de março de 1983, aos 34 anos, assassinada pelas forças repressivas de seu país enquanto reunia provas sobre o uso por parte do exército salvadorenho de armas químicas na luta antiguerilha. A sua vida originou um livro que, segundo Baget Bozzo, não ilustra apenas a história de Marianela, mas a própria história de El Salvador, e sobretudo dos camponeses a quem ela se ligou profundamente.

Inquirida por um jornalista, durante sua última viagem à Itália, sobre os motivos de arriscar assim a sua vida, Marianela respondeu: "Para que na Europa não se possa dizer: 'Eu não sabia'." Com efeito, no fundo do livro transparece um outro personagem silencioso, distraído, quase espectral mas não sem culpas: a Europa.



# A história do ANC

As circunstâncias históricas que levaram à formação do Congresso Nacional Africano\*



A África do Sul foi conquistada e, ainda hoje, é governada pelo uso da força. Como reserva ou efetivamente empregada, a força está presente em toda parte. E assim tem sido desde que o homem branco chegou à África do Sul. Para que possamos apreciar em toda a sua plenitude o significado político e social do Congresso Nacional Africano (ANC), bem como a necessidade do tipo de organização que hoje possui, temos que voltar-nos para o passado, para a história do contato entre africanos e brancos no sul do continente negro.

## Cem anos de guerra

O estabelecimento dos europeus na África do Sul se deu em 6 de abril de 1652. Devido às políticas agressivas, predatórias e à intrusão dos invasores, logo seguiram-se disputas que levaram à guerra. Tendo derrotado o povo *qoisan* que habitava a península do Cabo, roubando-lhe as terras, o gado e frequentemente suas vidas, os colonizadores dedicaram-se por um curto período à lavoura das terras férteis. No entanto, logo surgiram desentendimentos entre os lavradores e a Companhia Holandesa das Índias Orientais por causa do controle político e econômico que a Companhia tinha sobre os colonizadores. Alguns deixaram a península do Cabo e pouco penetraram mais para o interior até que chegaram ao Planalto Ocidental do Cabo, área habitada pela comunidade africana de língua *xhosa*.

Só na região do Cabo, houve nove guerras de resistência contra a usurpação dos brancos, cobrindo um período de quase cem anos. As populações negras conseguiram impedir o avanço, primeiro dos *boers* (colonizadores de origem holandesa) e depois das forças combinadas dos britânicos e *boers*. No entanto, o armamento superior ajudou os brancos a empurrar lentamente o povo indígena da África do Sul para além do Great Fish River, ocupando terras que sempre pertenceram aos negros.

Mas, apesar disto, o povo da África do Sul jamais foi conquistado, como ficou demonstrado através dos tempos em todo o território do país.

Para continuarem a sua marcha para o interior, os *boers* foram obrigados a mudar de curso, e se dirigiram para o norte, abandonando a direção leste que originalmente pretendiam seguir. Onde quer que tenham ido, os *boers* encontraram forte oposição. Foram combatidos e derrotados em Natal, na Basutolândia (hoje, Lesoto) e no Transvaal Oriental e foram reduzidos a quadrilhas errantes de bandoleiros. Na verdade, se não fosse a chegada das forças britânicas, os *boers* teriam sido derrotados. De fato, os *boers* nunca dominaram nenhum segmento do povo africano, conseguindo apenas escravizar grupos menores e mais fracos. Quando os holandeses chegaram ao Cabo, a África do Sul já estava ocupada pelos africanos. Não era uma "terra de ninguém".

## Buscar novos caminhos

A chegada das forças militares britânicas na África do Sul no começo do século 19, marcou uma mudança qualitativa e quantitativa na luta de resistência. Com uma esmagadora superioridade em armas e homens, bem treinados, os colonizadores acabaram com a oposição militar. A derrota da rebelião de Bambata, em 1906, encerrou essa primeira fase de 250 anos de resistência e preparou o cenário para a transmissão da administração do país dos imperialistas britânicos para os brancos locais.

Há uma ligação direta entre a rebelião Bambata de 1906 e a formação do ANC seis anos mais tarde. Derrotado militarmente e totalmente desarmado, roubado de suas terras pelos invasores estrangeiros, sendo-lhe negada qualquer autoridade para decidir sobre o governo de seu país, o povo sul-africano compreendeu que novos caminhos deveriam ser encontrados para continuar a luta. O povo buscava novas formas de organização e aprendia novos métodos de luta, sem lanças ou armas de fogo. Aprendia os caminhos dos comícios, maní-

\* Adaptação do "Diário do ANC", editado em 1982 por ocasião do 70º aniversário do Congresso Nacional Africano



festações, protestos, resistência pacífica e mesmo greves. A necessidade da unidade africana face ao inimigo e aos problemas comuns — uma necessidade há muito reconhecida por líderes africanos perspicazes — chegou forçosamente à África do Sul, com a promulgação da lei da União em 1910, (lei que constituiu a África do Sul como domínio britânico). O governo do general Louis Botha orientou-se no sentido de consolidar a hegemonia branca dentro do sistema da Lei da África do Sul, reunindo os segmentos da minoria branca, anteriormente envolvidos em amargas disputas.

O ANC foi formado em 8 de janeiro de 1912, não por um acidente da História, mas como a continuação lógica da luta anticolonial do povo da África do Sul, que começou com o próprio colonialismo. É lógico que não aconteceu do dia para a noite.

Muitos fatores levaram à formação do ANC. A introdução do cristianismo na África do Sul levou ao surgimento de cristãos negros que mais tarde rejeitaram os valores cristãos brancos, formando suas próprias igrejas independentes com novos valores e conceitos. O primeiro desses convertidos negros a formar uma igreja independente foi Nehemiah Tile que desempenhou um importante papel político e religioso. Ele formou a Igreja Thembu em 1883 no Transkei. A fundação da Igreja Etíope pelo reverendo M. M. Mokone no Witwatersrand em 1892, significou a ampliação do campo de batalha começada por Tile.

#### “União dos africanos”

Esse período viu surgirem jovens intelectuais africanos que vinham das escolas missionárias, estabelecidas em todo o país. Eles ajudaram a estabelecer os primeiros passos daquilo que mais tarde veio a ser a imprensa africana. Escreveram artigos em inglês e nas línguas africanas, que assim tiveram a possibilidade de se desenvolver. A primeira organização política formada, foi a *Imbumba Yama Afrika* (União dos Africanos) no Cabo, em 1882, que defendia a unidade africana independente da diversidade de credos religiosos e planejava levar delegações às autoridades brancas. Em 1884, mais duas organizações foram formadas novamente no Cabo, chamadas de Associação de Educação Nativa e a Associação Eleitoral que se preocupavam principalmente com política eleitoral.

Durante a guerra *anglo-boer* e imediatamente após o Tratado de Vereeniging em maio de 1902 (que pôs fim à guerra) medidas concretas foram tomadas pelos africanos para fundar um movimento que planejasse algum método de apresentar queixas, reivindicações e protestos ao governo. Essa consciência crescente e a percepção da necessidade de uma organização política de africanos numa

base mais ampla levaram Martin Lutuli, Saul Msane e Josiah Gumeme a encontrar Harriet Colenso para discutir a criação de uma organização política africana. Em julho de 1900, foi formado o Congresso Nativo do Natal, sendo seu primeiro-secretário H. C. Matiwane, e o presidente, Martin Lutuli — um tio do antigo presidente-geral do ANC, o chefe Albert Lutuli. Martin Lutuli presidiu-o durante três anos e foi substituído por Skweletu Nyongwana. O objetivo do Congresso era representar toda a comunidade negra do Natal.

No Cabo Oriental, em 1902, os africanos de East London ligados ao jornal *Izwi Labantu*, coordenam as atividades na Colônia do Cabo, particularmente em relação à política eleitoral. A orientação do Congresso Nativo da África do Sul está contida numa declaração de sua executiva em 1903, intitulada “Questões que afetam os nativos e pessoas de cor residentes na África do Sul britânica”.

A Associação de Vigilância Nativa da colônia de Orange River apresentou um depoimento perante a Comissão de Assuntos Nativos da África do Sul em 23 de setembro de 1904. O que impressionava, mas não surpreendia levando-se em conta a composição étnica da província, era a natureza “não tribalista” da liderança desta organização, a julgar pela delegação que se entrevistou com a Comissão de Assuntos Nativos.

Esses depoimentos e petições ao rei Eduardo VII, da Associação Nativa de Unidade Política da Colônia do Transvaal (25 de abril de 1905), ou do Congresso Nativo da Colônia do Orange River (junho de 1906) ou do Congresso Nativo do Natal (outubro de 1908), ou dos “aborígenes nativos da África do Sul, residentes no Transvaal” (22 de outubro de 1908) e as resoluções do Congresso Nativo Sul-Africano (10 de abril de 1906) ou o pedido ao secretário de Estado para as colônias do Congresso Nativo do Natal (outubro de 1908), dão-nos uma visão dos problemas e pressentimentos dos africanos que demonstravam uma percepção aguda da magnitude de sua discriminação em termos jurídicos colonialistas e do agudo antagonismo que nutriam contra qualquer continuação do sistema político das Repúblicas *boers*.

#### Lei da África do Sul

Essas petições (a União dos Nativos do Transvaal recolheu 3.764 assinaturas), exigiam o direito a voto amplo em toda a África do Sul. Em 4 meses, essas organizações realizaram congressos. A minuta da Lei da África do Sul (*South Africa Act*) foi discutida nessas reuniões. Foram adotadas resoluções protestando contra a segregação racial e contra a omissão em estender o direito de voto africano (que já existia no Cabo) para as regiões do norte. Foi a partir dessa conferência regional que





Os diferentes grupos étnicos resistiram à invasão branca do século 19 durante 100 anos em nove guerras

60 delegados eleitos foram a Bloemfontein para assistir a Convenção Nativa Sul-Africana, de 24 a 26 de março de 1909.

A Convenção Nativa Sul-Africana era composta de delegados da Colônia do Cabo, Natal, dos Estados Livres de Orange e do Transvaal e Bechuannalândia (hoje Botsuana). O reverendo Walter Rubusana, líder da delegação do Congresso Nativo Sul-Africano do Cabo, presidiu a Convenção e foi eleito presidente do mesmo. Eles discutiram todas as cláusulas da Lei da União (*Union Act*) que se relacionavam com os africanos e as pessoas de cor. As resoluções que atacavam o racismo inerente à minuta da Lei sobre a África do Sul, foram entregues aos governadores e primeiros-ministros das quatro colônias (Cabo, Natal e Estados Livres do Orange e do Transvaal) e ao Alto Comissário britânico para transmiti-las ao secretário de Estado para as colônias. Se a minuta não fosse retificada, uma delegação iria para a Inglaterra. A delegação deveria ser composta pelo reverendo Rubusana, presidente da Convenção Nativa, por T. M. Mapikela, da colônia do Orange River e por D. Dwanya, do Congresso do Cabo. O Congresso Nativo do Transvaal indicou Alfred Mangena que já estava em Londres e instruiu-o a "trabalhar em cooperação com os outros delegados". W. P. Schreiner foi convidado a juntar-se a eles e Tembo Jabavu representou a minúscula Convenção do Cabo. A comunidade das pessoas de cor foi representada pelo dr. Abdurahman, líder da Organização do Povo Africano, enquanto que o advogado Gandhi representou a comunidade indiana. Essa delegação desafiadora ficou mais tarde desapontada pela atitude do gover-

no britânico, que mais uma vez ignorou deliberadamente os desejos expressos pela população negra da África do Sul.

#### 8 de janeiro — um dia histórico

Esta nova consciência da necessidade de uma organização africana e a percepção da identidade de interesses dos grupos étnicos na África do Sul cresceu rapidamente. Jovens africanos radicais se tornaram mais convencidos da necessidade de organizar-se de acordo com essas novas linhas. Os estudantes africanos que estavam no estrangeiro, na América e na Grã-Bretanha, passaram a ser inspirados pelas atividades populares na sua terra natal. Por sua vez, eles forneceram ao povo novas idéias. Mas a principal razão para a formação do ANC foi a humilhação, a privação e o inquebrantável anseio de liberdade do povo africano. A experiência prática de dois séculos e meio de opressão e luta, cujo ápice foi a rebelião Bambata de 1906, demonstrou que os métodos antigos de luta não mais se adequavam à nova situação. O avanço da unidade e organização política de acordo com linhas modernas recebeu um impulso poderoso pela integração econômica das quatro colônias britânicas sob a hegemonia do imperialismo e dos milionários da mineração da região do Rand. O processo encontrou expressão política na projetada formação da "União Sul-Africana", e na transferência do poder efetivo para as mãos da minoria européia.

A Lei sobre "União da África do Sul", que passou na Câmara dos Comuns britânica em 1909 e foi ratificada pelo Parlamento branco sul-africano em 31 de maio de 1910 (o aniversário da data do



Tratado de Vereeniging assinado em 1902, com a conclusão da guerra *anglo-boer*) incorporava como sua disposição central — e chave — uma cláusula sobre segregação racial que impedia todos os negros de se tornarem elegíveis ou de se tornarem membros do Parlamento.

Face a esses problemas e ao fato de que seus interesses tinham sido totalmente desrespeitados na ausência de uma organização política própria que pudesse ser porta-voz das suas aspirações, os africanos começaram a trabalhar no sentido da unidade para a ação comum e a educar-se através da promoção de ajuda mútua, baseada no sentimento de fraternidade e no espírito de coletividade. Pixley ka Isaka Seme, que convocaria a reunião de 8 de janeiro, quando o *African National Congress* foi fundado, estava de fato impaciente sobre a formação do ANC. Em outubro de 1911, ele escreveu: "É tão decisivamente urgente que esta reunião deva acontecer neste ano porque um assunto que é tão importante para o nosso progresso e bem estar não deveria ser adiado desnecessariamente por motivos de diferenças pessoais e de egoísmos de nossos líderes". No que parecia ser uma declaração política ou um item da agenda da reunião que se aproximava — o tema central de sua contribuição —, dizia: "O demônio do racismo, as aberrações das disputas entre os *xhosa* e os *vingo*, a animosidade que existe entre os *zulu* e os *tonga*, entre os *basotho* e qualquer outro nativo, devem ser enter-

radas e esquecidas... Nós somos um único povo! Essas divisões, esses ciúmes são a causa de todos os infortúnios e de todo o nosso atraso e ignorância atuais".

Assim, em 8 de janeiro de 1912, quando o ANC foi formado, Seme fez o discurso que definia a linha de ação. Depois dos discursos de abertura terem sido feitos, a Assembléia cantou o hino de Tiyo Soga *Lizalis' indinga Lakho Thixo, Nkosi Yenyaniso* (Cumpra a sua promessa, Deus, Você que é o Senhor da Verdade).

Seme, apoiado por Alfred Mangena, fez a moção de que a Assembléia deveria estabelecer o Congresso Nacional Nativo Sul-Africano. Foi apoiado unanimemente. Um comitê foi nomeado para redigir uma constituição. George Montsioa sugeriu que sete chefes supremos fossem nomeados como presidentes honorários do Congresso Nacional Nativo Sul-Africano (o ANC). A conferência resolveu estabelecer duas câmaras, uma Alta e uma Baixa.

A câmara Alta era formada por Dalindyebo, dos *thembu*; Montsioa, dos *barolong*; Lewanika, da Barotselândia (parte da Zâmbia); Letsie II, da Basutolândia (hoje Lesoto) que foi eleito presidente da câmara Alta; Khama, da Bechannalândia (hoje Botswana); Marclane, da Pondolândia e Moepi, de Bakgatia. Dinizulu, chefe dos *zulu* que foi deposto e exilado no Transvaal pelos britânicos também foi incluído. A executiva da Câmara Alta, era constituída pelo reverendo John L. Dube, presidente das

### BREVE CRONOLOGIA DO ANC

- 1910 — Formação da União Sul-Africana que recebe o estatuto de "Domínio Britânico". Todo o poder é transferido para a minoria branca.
- 1912, 8 de janeiro — O *African National Congress* (ANC) é fundado na Conferência de Bloemfontein. É o primeiro movimento de libertação do continente africano. A presidência do Congresso Nacional Africano é atribuída a John L. Dube, o secretário-geral é Sol T. Plaatje.
- 1919 — O ANC organiza a campanha contra as leis racistas que obrigam a população negra a utilizar passaportes internos (*pass laws*). Greve de 70 mil mineiros africanos. A repressão da polícia provoca muitos mortos e feridos.
- 1921, 30 de julho — Fundação do Partido Comunista da África do Sul.
- 1948 — O Partido Nacionalista, de extrema direita, chega ao poder.
- 1950, 1º de maio — Greve geral contra as leis discriminatórias. A repressão causa 18 mortos e dezenas de feridos. O Partido Comunista é banido.
- 26 de junho — Primeira greve política do ANC como forma de protesto pelos mortos do 1º de Maio. Desde então, essa data é comemorada como o Dia da Liberdade da África do Sul.
- 1955, 5 de março — Formação da Sactu, primeira central sindical não-racista, que após adotar a Carta da Liberdade torna-se membro da Aliança do

Congresso (*Congress Alliance*).

26 de junho — Aprovação no Congresso do Povo do ANC, realizado em Kliptown, da Carta da Liberdade (*Freedom Charter*) que é adotada como programa do ANC.

1958, maio — Revolta de Sekhukhuniland contra a imposição das "autoridades bantu" primeiro passo para a criação dos bantustões; segue-se uma brutal repressão.

1960, 21 de março — Massacre de Sharpeville que deixa um saldo de 69 mortos.

28 de março — O ANC apela para uma jornada de protesto contra os massacres de Sharpeville. São queimados por todo o país milhares de "passaportes internos".

30 de março — O governo declara o estado de emergência e prende cerca de duas mil pessoas. O ANC é banido.

1961, março — Realiza-se a Conferência Africana em Pietermaritzburg com a participação de 1.400 delegados, sob a direção de Nelson Mandela. A Conferência apela para uma Convenção Nacional para decidir uma nova constituição.

31 de maio — A minoria branca corta todos os vínculos com a Grã-Bretanha e proclama a República da África do Sul. É declarada uma greve geral nacional de protesto contra a proclamação da RAS pela minoria racista.

11 de dezembro — A. J. Lutuli, presidente do ANC, recebe o Prêmio Nobel da Paz.

16 de dezembro — Formação do *Umkhonto we*



sessões; Solomon T. Plaatje, secretário, Pixley ka Isaka Semé foi eleito tesoureiro; Thomas Mapikela, do Estado Livre do Orange, tornou-se o presidente da câmara e Montsioa, o secretário de atas. O reverendo Mqoboli, presidente da igreja Wesleyana (Metodista) se tornou o capelão-chefe com o reverendo H. R. Ngcayiya, presidente da igreja Etíope, como seu assistente. O reverendo Walter Rubusana, Meshack Pelem, Sam Makgatho e Alfred Mangena foram eleitos vice-presidentes.

O 1º Comitê Executivo Nacional era constituído por ministros religiosos, advogados, um editor (Plaatje), um empreiteiro de obras (Mapikela), um professor e corretor de imóveis (Makgatho) e um intérprete, professor e agente de mão-de-obra nativa (Pelem). Eram pessoas que passaram por escolas missionárias; cinco deles estudaram no estrangeiro (EUA e Grã-Bretanha) e outros participaram de conferências no exterior. Eram muito experientes tanto na organização política municipal como nacionalmente, e relativamente jovens, com 30 a 50 anos. As quatro províncias estavam representadas na Executiva. Os chefes foram honrados de acordo com a tradição africana. Eles representavam as massas rurais, que eram a maioria da população.

Na conferência inaugural do ANC, 11 documentos foram lidos e os tópicos iam desde a discussão sobre escolas, assuntos quentes como a exploração da mão-de-obra "nativa", a segregação, a questão

ONU



O ANC marcou também o surgimento de uma nação

da terra e a lei sobre posseiros. No final das discussões, todos cantaram a canção de John Knox, "Pense na África", e os delegados voltaram às suas bases para transmitir as novas recomendações sobre a unidade africana e a luta contra a dominação branca.

*Sizwe, braço armado do ANC.*

- 1963, outubro - Mandela e outros dirigentes nacionalistas são presos. Após processos e julgamentos que se prolongam até 11 de junho de 1964, são condenados à prisão perpétua.
- 1967, 21 de julho - O presidente do ANC, A. J. Lutuli, é assassinado.
- 1975, 25 de junho - Independência de Moçambique.  
11 de novembro - Independência de Angola.
- 1976, 27 de março - O exército invasor sul-africano é derrotado e expulso do território angolano.  
16 de junho - Rebelião e massacre de Soweto. Só em Soweto foram assassinados cerca de mil jovens e centenas de outros no resto do país nos meses seguintes.
- 1977, 12 de setembro - Morre na prisão, vítima de torturas, Steve Biko, militante do ANC e criador do Movimento da Consciência Negra. O assassinato de Biko teve grandes repercussões internacionais provocando uma enorme onda de repúdio contra o *apartheid*.  
Outubro - O governo proíbe 15 organizações e dois jornais, o *World* e o *Weekend World*, durante um período de grande repressão.
- 1976, 6 de abril - Salomon Mahlangu, jovem militante do ANC, é enforcado em Pretória.
- 1980 - "Ano da Carta", em comemoração ao 25º aniversário da "Carta da Liberdade".  
Março - O jornal *Sunday Post* lança uma campanha para a libertação de Mandela que tem grande impacto no interior da África do Sul e

no estrangeiro. Quinze milhões de pessoas assinam em todo o mundo um documento exigindo a libertação do líder do ANC.

18 de abril - Independência do Zimbábue.

1º de junho - Sabotagem de guerrilheiros do *Umkhonto we Sizwe* contra os depósitos de petróleo de Sasol, nos arredores de Pretória. A mais espetacular ação armada dos revolucionários sul-africanos causou um prejuízo ao regime boer de cerca de 66 milhões de rands.

14 de novembro - Nelson Mandela recebe o Prêmio da Concórdia Internacional "Jawaharlal Nehru", que é recebido em seu nome por Oliver Tambo, presidente interino do ANC.

1981, maio - A população africana protesta e boicota as celebrações do regime do *apartheid* pela passagem do 20º aniversário da República da África do Sul, com as seguintes palavras-de-ordem: "Não há nada a celebrar", "República racista - Não! República do Povo - Sim!"

1982, 17 de agosto - Vítima de uma carta-bomba, morre em Maputo, Ruth First, jornalista e escritora sul-africana branca e militante do ANC.

1983, 9 de junho - Três jovens militantes do ANC são enforcados numa prisão de Pretória: Thelle Mogoerane, Jerry Mosoloti e Marcus Motaung. Eram acusados de terem atacado três patrulhas da polícia.

24 de julho - Nelson Mandela conquista o Prêmio Internacional "Simón Bolívar" instituído pela Unesco.



A formação do ANC a 8 de janeiro de 1912 significou não só o nascimento de uma organização política, mas também o da Nação. O ANC era a "União Sul-Africana" de todo o povo e a rejeição da União Branca/Européia. Ao ANC foi dada a tarefa de deflagrar esse processo de renascimento e de regeneração nacional. A formação do ANC significou a criação de uma nova lealdade, não-tribalista, uma lealdade que era intrinsecamente anti-colonial; e que no decorrer do tempo desenvolveu-se para se tornar antiimperialista. Este foi um ato de salvação nacional, uma continuação — sob novas condições históricas — da luta anticolonial. O ANC foi formado não apenas para representar a maioria esmagadora do nosso povo — por mais importante que isto seja —, mas mais exatamente para representar aquele segmento que tem sido o alvo principal da violenta legislação do governo, desde 1910. Depois de mais de 72 anos de formação do ANC, muita coisa aconteceu. Não se pretende aqui fazer um relato de tudo isso. Uma coisa pode ser dita com certeza: é que a tarefa original de unificar e dirigir a libertação do povo africano se expandiu e modificou. Hoje o ANC enfrenta a tarefa de organizar e dirigir todas as camadas africanas, indianas e mestiças oprimidas e de ganhar para sua bandeira todos os brancos de orientação democrática. Hoje, o ANC é uma organização popular; desfruta do apoio e confiança do povo que lidera; é visto pelas massas populares como um produto dos seus sacrifícios, o herdeiro e continuador das tradições revolucionárias, o líder e organizador do povo.

As atividades e pensamentos dos seus fundadores e continuadores criaram as bases sobre as quais os jovens nas fileiras do ANC ou no exército popular (*Umkhonto we Sizwe*) estão arrasando o inimigo em todas as frentes, caminhando a passos largos pela estrada da nossa liberdade.

#### A política do "African National Congress"

Após o massacre de Sharpeville (21 de março de 1960), o ANC foi posto fora-da-lei. O movimento foi para a clandestinidade, criando o *Umkhonto we Sizwe* ("Lança-da-Nação") o seu braço armado, em 1961. No começo da década de 60, atos de sabotagem foram realizados em todo o país e o nível de organização, apesar das dificuldades de trabalhar na clandestinidade, aumentou claramente. Com a captura daqueles que foram conhecidos como os "Réus do Processo de Rivônia", incluindo líderes como Govan Mbeki, Walter Sisulu, Ahmed Kathrada e Dennis Goldberg (que, junto com Nelson Mandela e outros, estão cumprindo pena de prisão perpétua), o ANC começou o processo de reconstrução organizacional.

92 - terceiro mundo



Os anos seguintes foram de intensa atividade. Tanto na clandestinidade dentro do país como no exterior, o ANC foi acumulando forças, elevando o nível de resistência das massas populares dentro do país, organizando a solidariedade internacional e travando contra o inimigo as batalhas de Wankie e Sipolilo no Zimbábue, durante os anos de 1967-1968. Os rumos que deveriam ser seguidos na década de 70, foram traçados na histórica conferência de Morogoro em 1969. Aí foram definidas as estratégias e táticas que deveriam guiar o movimento na busca do seu objetivo maior, a libertação total.

No começo da década de 70, o povo se manifestou com grande força nas greves, na militância da juventude e dos estudantes. Era clara a identificação do povo sul-africano oprimido com as lutas armadas que estavam sendo travadas, e que foram ganhas nas vizinhas Angola e Moçambique. No mundo inteiro repercutiu a bárbara agressão *boer*, em 1976, contra os levantes em escala nacional iniciados em Soweto e que deixaram mais de mil jovens mortos. Esses levantes marcaram um novo estágio na luta, elevando a níveis sem precedentes a resistência das massas em todas as frentes.

O ANC se decidiu pela luta armada em 1961, porque a sua própria experiência o convenceu de que o inimigo não está disposto a fazer concessões. As lutas dos outros povos, especialmente na África Austral, têm reforçado essa convicção. Elas provaram que as lutas armadas levam à independência. Por luta armada, entendemos uma confrontação total com o inimigo. Trata-se de uma confrontação política que inclui a luta armada como parte integrante.

A situação na África Austral, após a derrota política e militar do colonialismo português, mudou muito e hoje está a favor das forças revolucionárias. O poder popular emergiu em Moçambique e Ango-

no. 62 — janeiro — 1984





Biko, assassinado (à direita) e Mandela, preso (acima) simbolizam a resistência ao racismo



la. Esses países evoluíram para novas formas de poder do Estado, novas formas de relações sociais e de propriedade, e conseqüentemente aguçaram a confrontação entre as forças do progresso e aquelas da reação colonial e racista na África Austral.

A libertação do Zimbábue foi de grande significado para a luta do povo sul-africano. Na África do Sul, a luta pela libertação de Nelson Mandela, o líder do ANC que está sob regime de prisão perpétua, deflagrou uma campanha que logo tomou forma de condenação internacional ao *apartheid* e de reivindicação de um governo popular.

O Zimbábue também mostrou a tolice de acreditar que uma minoria branca pode desfrutar do poder e privilégio indefinidamente às custas de uma maioria negra. A luta do povo zimbabueano provou que nem a chantagem, nem a repressão podem dissuadir um povo de seu objetivo de independência nacional.

O ANC apóia totalmente a independência da Namíbia e defende a Organização do Povo do Sudoeste Africano - Swapo. O relacionamento entre o ANC e a Swapo desenvolveu-se através dos anos. Hoje, as duas organizações concordam em todas as questões fundamentais com que se defrontam.

Qual o significado de uma ofensiva total dentro da África do Sul? O ANC decidiu enfrentar o inimigo em todas as frentes - luta política; atividade sindical, incluindo greves; boicote escolar; na frente religiosa; revoltas camponesas, e ações militares como as explosões da refinaria de Sasolburg.

*Umkhonto we Sizwe*, o braço armado do ANC, sempre procurou aplicar a teoria militar às condições concretas do país. Evitando um choque frontal com o inimigo, o ANC vêm golpeando-o nos seus pontos fracos. Estamos convencidos de que a vitória não será possível sem a participação das massas, quer dizer, sem o envolvimento ativo das massas negras oprimidas. Nenhum grupo de revolu-

cionários que atue isoladamente, por mais abnegado, valeroso e disciplinado que seja, pode ser bem sucedido na derrubada de um regime fascista.

O objetivo do ANC é uma guerra a ser feita pelo povo inteiro, não apenas em greves e demonstrações, mas precisamente no campo da luta armada. O papel das massas como força de combate está crescendo, e a sua educação política é a principal tarefa que facilitará a unidade na ação envolvendo as massas negras e as forças democráticas da África do Sul.

Combatendo há mais de 70 anos, o ANC está consciente da amarga luta que ainda resta ao povo da África do Sul. Está consciente da solidariedade crescente e do apoio da comunidade democrática internacional, que se colocou contra o colonialismo, contra o *apartheid*, o racismo e o fascismo.

O ANC está, conseqüentemente, mais convencido do que nunca de que a eminente e inevitável vitória do povo namibiano, a exemplo do que aconteceu com o povo zimbabueano, será seguida igualmente pela inevitável vitória da maioria do povo da África do Sul, combatendo sob a bandeira do ANC, para derrubar o regime da minoria racista e destruir um sistema sócio-econômico desumano. O ANC está determinado a conseguir o seu objetivo - a total libertação do povo da África do Sul.

Maatla kea rona! Amandla ngawethu! Poder ao povo!



## Carta da Liberdade

# Visão de uma África do Sul popular

*"A Carta é algo mais do que uma simples enumeração de exigências de reformas democráticas. É um documento revolucionário precisamente porque as mudanças consideradas não podem ser levadas a cabo sem a destruição da presente estrutura política e econômica da África do Sul. A satisfação destas exigências requer organização e requer que sejam desencadeadas e incrementadas ações de massas as mais amplas possíveis... Se a frente unida for reforçada e desenvolvida, então a Carta da Liberdade transformar-se-á num instrumento vivo e dinâmico capaz de derrotar todos os opositores e de tornar real a África do Sul dos nossos sonhos ainda em nossa vida."*

Nelson Mandela,  
Junho de 1956

*"Caminhemos juntos para a Liberdade dizendo: a estrada para a liberdade pode ser comprida e árdua mas, porque a nossa causa é justa, chegaremos ao seu fim glorioso: a Liberdade. Comprometemo-nos todos a trabalhar em conjunto por amor da liberdade durante toda a nossa vida... e, na nossa caminhada comprometemo-nos a lutar juntos pela liberdade. Inspiremo-nos na Carta da Liberdade - O Povo Governará."*

Chefe Albert Lutuli  
Mensagem à Conferência Anual do ANC,  
em dezembro de 1955

### CARTA DA LIBERDADE

(Aprovada no Congresso do Povo, realizado em Klip-town, África do Sul, em 26 de junho de 1955)

Nós, Povo da África do Sul, declaramos, para que todos, no nosso país e no mundo, saibam:

— que a África do Sul pertence a todos os que nela vivem, negros e brancos, e que nenhum governo é legítimo se não se basear na vontade do povo; que o nosso povo foi espoliado do seu direito à terra em que nasceu, da liberdade e da paz por um governo baseado na injustiça e na desigualdade;

94 - terceiro mundo

— que o nosso país nunca será próspero ou livre enquanto o nosso povo não viver fraternalmente no gozo dos mesmos direitos e das mesmas oportunidades;

— que só um Estado democrático, baseado na vontade do povo, pode assegurar esses direitos sem distinção de cor, raça, sexo ou fé;

— e que, portanto, nós, povo da África do Sul, negros e brancos, em conjunto — iguais, compatriotas e irmãos — adotamos esta "Carta da Liberdade"; e que nos comprometemos a lutar juntos, com todas as nossas forças e com toda a nossa coragem até que a democracia seja conquistada.

#### O Povo governará!

Todos os homens e mulheres terão direito a eleger e a serem eleitos para todos os órgãos com poder legislativo; toda a população terá o direito de participar da administração do país;

todos terão os mesmos direitos seja qual for a sua raça, cor ou sexo;

todos os órgãos do governo minoritário, como as juntas consultivas, os conselhos e outros, serão substituídos por órgãos democráticos de poder local.

#### Todos os grupos nacionais terão os mesmos direitos!

Haverá igualdade para todos, seja qual for o grupo ou raça a que pertençam, nos órgãos de Estado, nos tribunais e nas escolas;

todos terão direito ao uso da sua língua e ao desenvolvimento da sua cultura própria;

todos os grupos nacionais serão protegidos por lei contra insultos à sua raça e ao seu sentimento nacional;

praticar a discriminação racial ou exortar à sua prática ou ao desprezo de uma raça ou cor será crime punível por lei; todas as leis e regulamentações baseadas no *apartheid* serão abolidas.

#### A riqueza nacional será distribuída pelo povo!

A riqueza nacional do nosso país, patrimônio de todos os sul-africanos, será devolvida ao povo;

a riqueza mineral do solo, os bancos e a indústria monopolista passarão a ser propriedade do povo;

toda a restante indústria e o comércio serão objeto de controle de modo a contribuir para o bem-estar do povo;

todos terão o direito de dedicar-se ao comércio e à indústria ou a seguir a profissão que entenderem.

#### A terra será repartida pelos que a trabalham!

Serão extintas todas as restrições ao direito à posse da terra baseadas na raça; toda a terra será repartida pelos que a trabalham e pôr-se-á fim, desse modo, à fome e à grande necessidade de terra;

o Estado ajudará os camponeses a adquirir ferramentas, sementes e tratores e construirá barragens para proteger o solo;

será garantida a liberdade de movimento a todos os que trabalham a terra;

todos terão o direito a viver da terra, se assim o desejarem; acabar-se-á com os esbulhos de gado que obrigam as pessoas a procurar trabalho de modo a pagar impostos; acabar-se-á com o trabalho forçado e com as prisões privadas das fazendas.

Todos serão iguais perante a lei!

Ninguém será preso, deportado ou posto em liberdade condicional sem um julgamento justo;

ninguém será condenado por ordem de um funcionário do governo;

os tribunais serão representativos de toda a população; a pena de prisão só será usada em casos de crimes graves;





contra o povo e terá como finalidade a reeducação do criminoso, e não a simples retaliação; a polícia e o exército serão abertos a todos, em pé de igualdade, e terão a função de proteger e de ajudar o povo; todas as leis que estabelecem a discriminação racial ou religiosa serão abolidas.

#### **Todos usufruirão dos direitos do homem!**

A lei garantirá a todos o direito de expressão, de organização, de reunião e de publicação assim como o direito a pregar e a observar qualquer religião e a educar os filhos; a inviolabilidade do domicílio será protegida por lei; todos poderão viajar sem restrições, do campo para a cidade, de província para província e para o estrangeiro; as leis que restringem estas liberdades, como a lei do "Passe", as autorizações de deslocamento e outras leis restritivas da liberdade de movimento serão abolidas.

#### **Haverá trabalho e segurança social!**

Todos os que trabalham terão direito a formar sindicatos, eleger os respectivos corpos gerentes e a negociar acordos salariais com as entidades patronais; o Estado reconhecerá o direito, e o dever, de todos trabalharem ou de se beneficiarem de subsídios de desemprego; homens e mulheres de todas as raças receberão salário igual por trabalho igual; haverá uma semana de 40 horas, um salário mínimo nacional, férias anuais pagas, direito a faltas justificadas por doença, para todos os trabalhadores; todas as mulheres terão direito a licença por maternidade com vencimento integral; os mineiros, os trabalhadores domésticos, os trabalhadores agrícolas e os funcionários públicos terão os mesmos direitos de todos os outros trabalhadores; o trabalho infantil, o acantonamento dos trabalhadores em casernas, o pagamento em espécie e o sistema do trabalho contratado serão abolidos.

#### **Liberdade para a cultura e ensino**

O governo terá a obrigação de revelar, desenvolver e encorajar os talentos existentes para engrandecimento da nossa vida cultural; os tesouros culturais da humanidade serão acessíveis a todos pelo livre intercâmbio de idéias, livros e pessoas; a finalidade do ensino será a de levar a juventude a amar o seu povo e a sua cultura, a venerar a fraternidade humana, a liberdade e a paz; o ensino será gratuito, obrigatório, universal e igual para todas as crianças; o ensino superior e o ensino técnico serão acessíveis a todos através de subsídios do Estado e de bolsas de estudo concedidas aos mais merecedores;

o analfabetismo adulto desaparecerá com uma campanha de alfabetização maciça, organizada pelo Estado; os professores terão os mesmos direitos que os outros cidadãos; será abolida a segregação na vida cultural, nos esportes e no ensino.

#### **Haverá casas, segurança e conforto!**

Todos terão o direito a viver onde desejarem, a ter uma habitação condigna e a criar a família com conforto e segurança; as casas desabitadas serão postas à disposição do povo; as rendas e os preços sofrerão uma diminuição, haverá comida em abundância e ninguém passará fome; o Estado estabelecerá um plano de prevenção da doença; será proporcionado tratamento gratuito a todos e cuidados especiais às mães e crianças pequenas; os bairros pobres serão demolidos e serão construídos subúrbios novos, onde haverá transportes, ruas, iluminação, campos de jogos, creches e centros de convívio; as pessoas idosas, os órfãos, os inválidos e os doentes ficarão a cargo do Estado; o tempo livre, o descanso e o lazer serão direito de todos; acabar-se-á com as localidades vedadas e com os guetos, e as leis que separam as famílias serão abolidas.

#### **Haverá paz e amizade!**

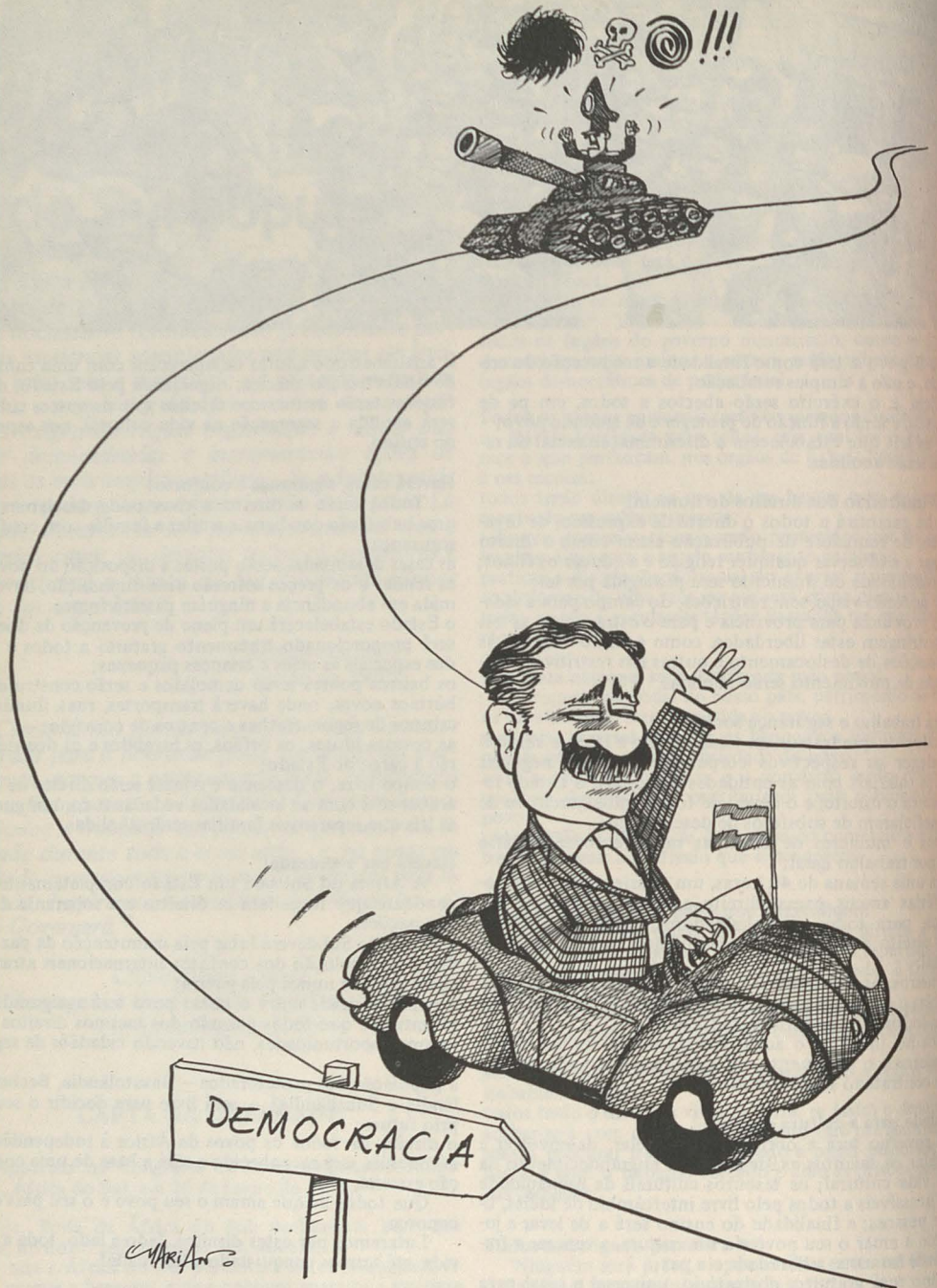
A África do Sul será um Estado completamente independente que respeitará os direitos e a soberania das outras nações; a África do Sul deverá lutar pela manutenção da paz mundial e pela solução dos conflitos internacionais através de negociações e nunca pela guerra; a paz e amizade entre o nosso povo será assegurada pela garantia de que todos gozarão dos mesmos direitos e das mesmas oportunidades, não havendo cidadãos de segunda classe; a população dos protetorados — Basutolândia, Bechuana-lândia e Suazilândia<sup>1</sup> — será livre para decidir o seu próprio futuro; o direito de todos os povos da África à independência e autonomia será reconhecido e será a base de uma cooperação estreita.

Que todos os que amam o seu povo e o seu país digam conosco:

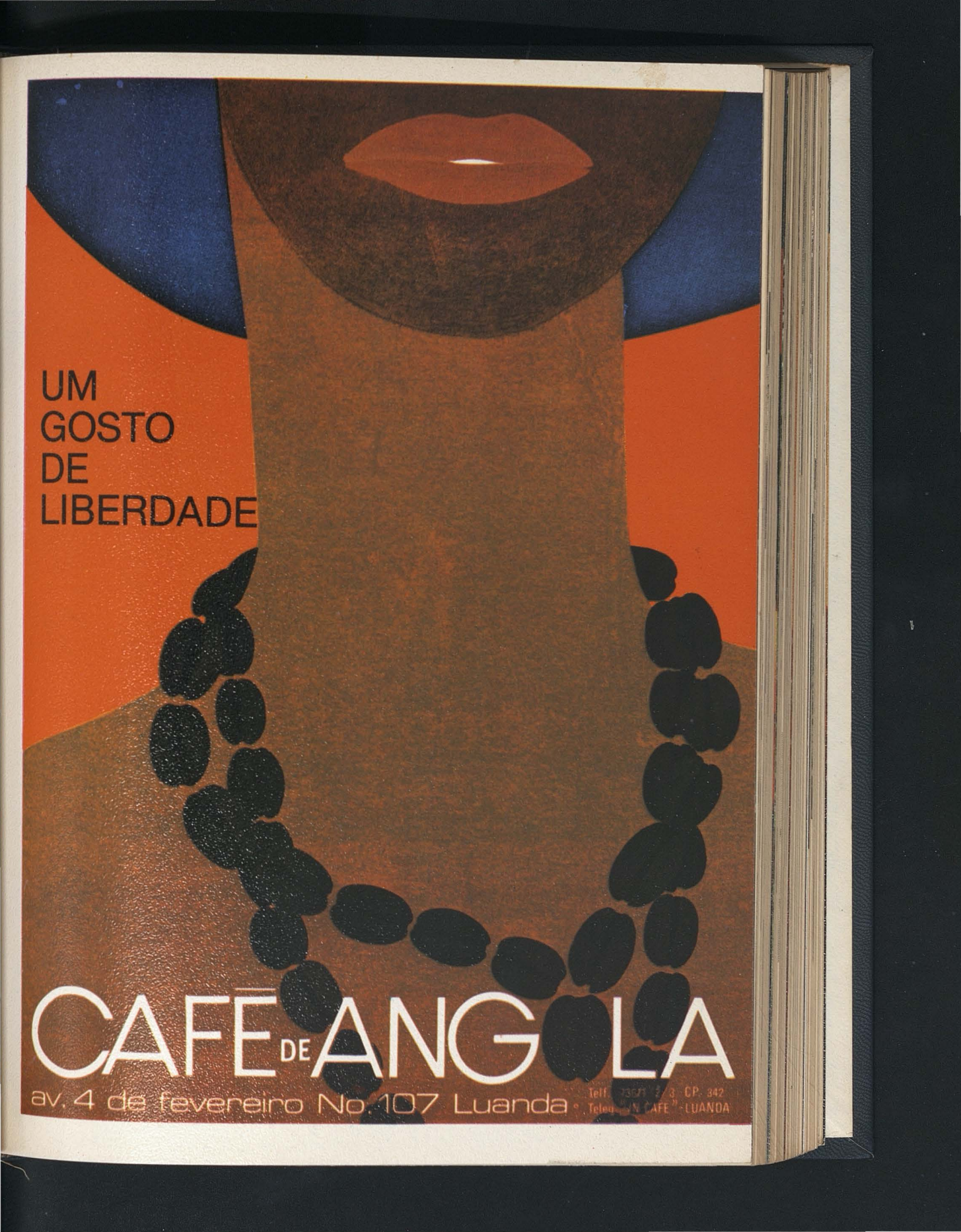
Lutaremos por estes direitos, lado a lado, toda a nossa vida, até termos conquistado a liberdade!

<sup>1</sup>Respectivamente os atuais Estados independentes de Lesoto, Botsuana e Suazilândia. (N. do E.)







A stylized, high-contrast illustration of a woman's face and neck. The face is rendered in a dark brown, almost black, color with a prominent, slightly open mouth. The neck is also in this dark color. A necklace of dark coffee beans is draped around the neck. The background is split into orange and blue sections. The overall style is graphic and minimalist.

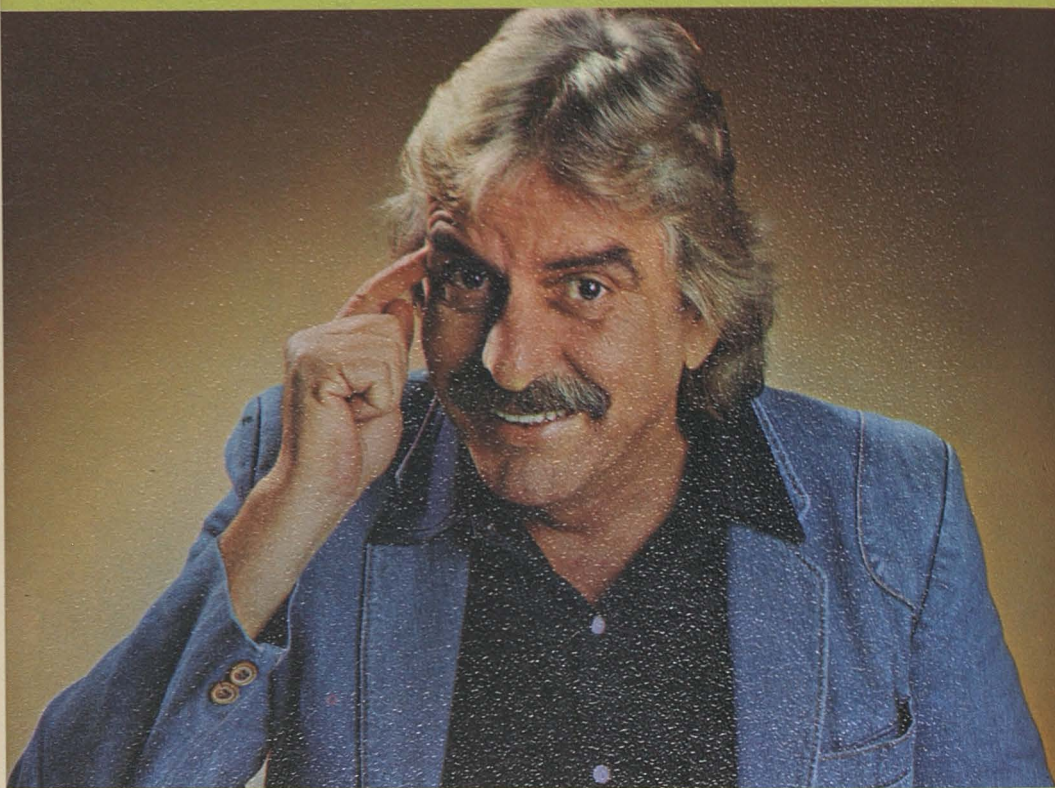
UM  
GOSTO  
DE  
LIBERDADE

# CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda • Telf. 73571 / 3 CP. 342  
Teleco. "N. CAFE" - LUANDA



**AS COISAS ESTÃO  
MUDANDO.**



**CADERNETA  
BANERJ**

**GARANTIA DO GOVERNO FEDERAL,  
DO GOVERNO ESTADUAL E DO BANERJ.**

